

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

JACQUELINE DE FREITAS PÁDUA

MOVIMENTOS SOCIAIS E AS JUVENTUDES RURAIS NO BRASIL:
uma análise a partir da Educação Ambiental Crítica

RIO GRANDE
2021

JACQUELINE DE FREITAS PÁDUA

MOVIMENTOS SOCIAIS E AS JUVENTUDES RURAIS NO BRASIL:
uma análise a partir da Educação Ambiental Crítica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Educação Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Botton Barcellos

RIO GRANDE
2021

Ficha Catalográfica

P125m Pádua, Jacqueline de Freitas.

Movimentos sociais e as juventudes rurais no Brasil: uma análise a partir da Educação Ambiental Crítica / Jacqueline de Freitas Pádua. – 2021.
136 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2021.

Orientador: Dr. Sérgio Botton Barcellos.

1. Juventude Rural 2. Educação Ambiental 3. Questões Socioambientais 4. Meio Rural I. Barcellos, Sérgio Botton II. Título.

CDU 316.35

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

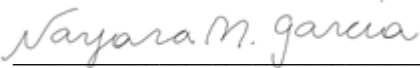
Jacqueline de Freitas Pádua

Movimentos sociais e as juventudes rurais no Brasil: uma análise a partir da Educação
Ambiental Crítica

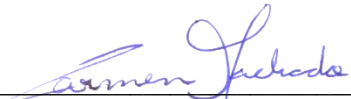
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental -
PPGEA da Universidade Federal do Rio Grande - FURG como requisito parcial à obtenção do
grau de Mestre em Educação Ambiental, aprovada pela comissão de avaliação abaixo assinada:



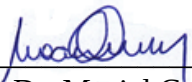
Prof. Dr. Sérgio Botton Barcellos
(PPGEA/FURG)



Prof.ª Dr.ª Narjara Mendes Garcia
(PPGEA/FURG)



Prof.ª Dr.ª Carmen Janaina Batista Machado
(PPGANT/UFPEL)



Prof. Dr. Maciel Cover
(PPGS/UFMA)

AGRADECIMENTOS

Há tantas pessoas que contribuíram para meu caminho até aqui que soa um pouco estranho agradecer apenas à algumas nesse espaço. Tantas relações e momentos nesses últimos dois anos compõem a Jacqueline que agora apresenta este texto. Como deixar de fora cada um dos guris do AOM, o grupo de percussão do qual eu fiz parte, que fizeram por muito tempo dos meus domingos um refúgio de criatividade e alegria? Como não mencionar cada um dos meus colegas da licenciatura na FURG que sempre renovam minha esperança na educação em nossas conversas? Cada uma das professoras e professores que cruzaram meu caminho nos últimos tempos com seus desafios e provocações? E minhas crianças do Wanda Rocha que constantemente me lembravam do porque eu amo esse caminho que escolhi? E minhas amigas e amigos fora do mundo acadêmico, fonte de alívio diário e trocas tão necessárias pra minha vida? São tantas pessoas que parece injusto deixar uma que seja de fora.

Mas ao mesmo tempo reconheço que é preciso nomear alguns que foram fundamentais para mim, principalmente no momento mais desafiador que foi a escrita dessa dissertação e o encerramento do meu mestrado. Primeiramente minha família. Meus pais com todo o apoio e a fé que depositaram em mim. Minha irmã, sempre fonte de escuta e troca de ideias, inspirando-me em minha própria trajetória. E o Ícaro, com seu colo sempre disposto, pronto a me acalmar, me acolher e não me deixar desistir sempre que as crises existenciais batiam a porta. O amor de vocês me moveu e me move todos os dias. Nos dias mais difíceis foram as palavras e o carinho de vocês que me guiaram. Quando eu achava que era isso, que não tinha mais jeito, era em vocês que eu encontrava o conforto e a tranquilidade para seguir. Vou ser sempre grata por isso.

Quero agradecer também à Elis. Amiga, desde o dia zero você estava lá. Para começar, sem nossos estudos eu nem sei se teria conseguido entrar no mestrado. Você foi a primeira com quem construí essa parceria acadêmica. E sorte a nossa que não paramos por aí. Ao longo desses últimos anos conseguimos unir uma rede de apoio de mulheres pesquisadoras como nós. Brenda, Fabi, Gis, Joyce, Lu e Sabrina. Amigas, eu escrevo essas palavras em meio às lágrimas. É impossível descrever a emoção de ter uma rede de apoio dessa em um momento tão solitário que pode ser a escrita de uma dissertação. Essa dissertação não é minha, ela é nossa. Sem a inspiração de vocês, sem a motivação de vocês, o exemplo, o acolhimento, o amor. Sem vocês nenhuma linha disso aqui seria possível. Quando nada funcionava na escrita, eu sabia que ainda tinha o espaço que nós construímos e que nada estava perdido. Só de ouvir vocês tudo se

alinhava em mim. Somos a prova viva de que o espaço acadêmico pode sim ser incrivelmente cooperativo e acolhedor. Cada uma de vocês ocupa um lugar muito importante no meu coração. E eu espero que sigamos espalhando essa palavra de apoio na escrita para mais mulheres pesquisadoras por aí. Amo vocês.

Também quero agradecer ao meu professor e orientador Sérgio. Ele acreditou na minha capacidade como pesquisadora muito antes do mestrado. Foi dele que recebi as primeiras direções e incentivos para percorrer esse caminho até aqui. Só quem tem a sorte de ter um orientador que se comunica por figurinhas pode entender o que eu quero dizer. Brincadeiras a parte, o quão importante é ter um orientador que, para além das metas que precisamos cumprir como bolsistas, converse abertamente sobre saúde mental, sobre a vida fora da academia, sobre os desafios da escrita, sobre os desafios da ciência. Mais que entregar resultados, o Sérgio desde do início esteve preocupado em nos formar, porque têm a consciência de que não, ser pesquisador não é algo inato, não está dado porque estamos em uma pós. Obrigada, professor, por sua preocupação e paciência em construir com a gente uma troca rica em compreensão e apoio.

Meus agradecimentos também às companheiras e companheiros do DIPEM, nosso grupo de pesquisa, cujo espaço recheado de discussões e debates sempre contribuiu muito para meu trabalho e trajetória como pesquisadora. Aos meus colegas e professores do PPGEA, que me auxiliaram na construção da perspectiva de Educação Ambiental que guiou minha pesquisa desde o início. E à CAPES pela bolsa e a possibilidade de executar minhas investigações ao longo desses últimos anos, principalmente nesse fim, durante a pandemia da Covid-19, que, mesmo diante das dificuldades de natureza sanitária, política e econômica, nos concedeu mais tempo para poder concluir nossos trabalhos de maneira satisfatória.

E por fim, mas não menos importante, gostaria de deixar minha gratidão à minha psicóloga Lara, por seu trabalho espetacular em me auxiliar nesse período tão difícil mentalmente e emocionalmente que pode ser a pós-graduação. Se você que está aqui lendo se encontra neste momento em sua trajetória acadêmica, saiba que buscar ajuda é extremamente importante. Ao contrário do que o senso comum acadêmico prega, não temos que dar conta de tudo sozinhas e sozinhos. A dissertação é sim feita a várias mãos e, mais do que tudo, é o resultado de um trabalho construído ao longo de dois anos de formação e não apenas um produto com finalidade em si próprio. Sejam gentis conosco e com nossos processos!

RESUMO

Neste trabalho buscamos compreender como a discussão das questões socioambientais, a partir da Educação Ambiental Crítica, está contida nas pautas socioambientais das juventudes rurais dos movimentos sociais camponeses brasileiros. Trazemos uma discussão sobre o contexto sociopolítico atual acerca da temática socioambiental e das juventudes rurais dos movimentos sociais no Brasil, utilizando de maneira central dos conceitos de juventude rural como sujeito político, dos autores Castro (2009; 2016), Weisheimer (2005) e Carneiro (1998); de ruralidade brasileira a partir de Wanderley (2014) e Brandenburg (2005) e de Educação Ambiental Crítica, auxiliados pelos autores Layrargues (2020) e Loureiro (2013). Através de uma metodologia qualitativa, utilizamos da análise de conteúdo para categorizar as pautas socioambientais contidas nas pautas e posicionamentos dos(as) jovens que militam nos movimentos sociais rurais. As fontes de pesquisa foram os dados secundários disponíveis nos sites, em documentos e canais do YouTube dos movimentos sociais estudados. Nosso olhar sobre as juventudes foi guiado pela ideia de que esses sujeitos, nos últimos anos no país, têm se caracterizado como atores políticos em relação às diversas questões socioambientais, inclusive a questão agrária, em meio a complexidade da ruralidade brasileira, onde também estão presentes. Partindo da Educação Ambiental Crítica, com o intuito de compreender as denúncias e anúncios que esses(as) jovens vem realizando sobre suas realidades diante da crise ambiental, elaboramos nossas categorias de análise. Acreditamos que as discussões realizadas neste trabalho possam contribuir para a literatura a respeito dessa categoria, agregando à temática da juventude rural a complexidade das questões socioambientais e seus desdobramentos na realidade. Além de permitir explicitar o papel desses(as) jovens no enfrentamento sociopolítico à crise ambiental. As juventudes rurais organizadas demonstraram se auto reconhecer como responsáveis pela continuidade da luta nos movimentos atribuindo a si mesmas a qualidade de força transformadora. Esses(as) sujeitos(as) englobam em suas pautas, de maneira articulada, as questões sociais, políticas, econômicas e ambientais. Essas juventudes demonstraram que, apesar de possuírem elementos em comum, como os dilemas relativos à vida no rural, são diversos entre si e possuem visões próprias sobre seus territórios e suas lutas. Alguns desses(as) jovens, como os militantes do MST, MPA, MMC e PJR, buscam dar foco a pautas como a produção de alimentos saudáveis e agroecológicos como saída para a crise socioambiental degradante que têm se agravado no país. Outros, como os(as) jovens do MAM e MAB, são mais ativos nas disputas por acesso a um território ambientalmente justo e saudável no enfrentamento a grandes empreendimentos e ao agronegócio. Já as juventudes da CONAQ apresentaram ter em suas relações com as questões socioambientais marcadas pelo valor cultural do território característico das comunidades quilombolas.

Palavras-chave: Juventude rural; Educação ambiental; Questões socioambientais; Meio rural.

ABSTRACT

In this work, we seek to understand how the discussion of socio-environmental issues, based on Critical Environmental Education, is contained in the socio-environmental agendas of rural youth in Brazilian rural social movements. We present a discussion on the current socio-political context about the socio-environmental and rural youth theme of social movements in Brazil, using centrally the concepts of rural youth as a political subject, by authors Castro (2009; 2016), Weisheimer (2005) and Carneiro (1998); Brazilian rurality from Wanderley (2014) and Brandenburg (2005) and Critical Environmental Education, aided by the authors Layrargues (2020) and Loureiro (2013). Through a qualitative methodology, we use content analysis to categorize the socio-environmental agendas contained in the guidelines and positions of young people who are active in rural social movements. The research sources were secondary data available on the websites, documents and YouTube channels of the social movements studied. Our view of youth was guided by the idea that these subjects, in recent years in the country, have been characterized as political actors in relation to various socio-environmental issues, including the agrarian issue, amid the complexity of rurality in Brazil, where they are also present. Based on Critical Environmental Education, in order to understand the complaints and announcements that these young people have been making about their realities in the face of the environmental crisis, we developed our analysis categories. We believe that the discussions carried out in this work can contribute to the literature on this category, adding to the theme of rural youth the complexity of socio-environmental issues and their consequences in reality. In addition to making it possible to explain the part of these young people in the socio-political confrontation of the environmental crisis. The organized rural youths showed self-recognition as responsible for the continuity of the struggle in the movements, attributing to themselves the quality of transforming force. These subjects include in their agendas, in an articulated way, social, political, economic and environmental issues. These youths demonstrated that, despite having elements in common, such as the dilemmas related to rural life, they are diverse and have their own views about their territories and their struggles. Some of these young people, such as the militants of the MST, MPA, MMC and PJR, seek to focus on agendas such as the production of healthy and agro-ecological foods as a way out of the degrading socio-environmental crisis that has worsened in the country. Others, such as young people from MAM and MAB, are more active in the disputes for access to an environmentally fair and healthy territory in the face of large enterprises and agribusiness. The CONAQ youths, on the other hand, showed that their relationship with socio-environmental issues was marked by the cultural value of the territory characteristic of quilombola communities.

Keywords: Rural youth; Environmental Education; Social-environmental Issues; Countryside.

RESUMEN

En este trabajo, buscamos comprender cómo la discusión de los temas socioambientales, basada en la Educación Ambiental Crítica, está contenida en las agendas socioambientales de la juventud rural en los movimientos sociales rurales brasileños. Presentamos una discusión sobre el contexto sociopolítico actual sobre el tema socioambiental y juventud rural de los movimientos sociales en Brasil, utilizando de manera central los conceptos de juventud rural como sujeto político, por los autores Castro (2009; 2016), Weisheimer (2005) y Carneiro (1998); ruralidad brasileña de Wanderley (2014) y Brandenburg (2005); Educación Ambiental Crítica, con la ayuda de los autores Layrargues (2020) y Loureiro (2013). A través de una metodología cualitativa, utilizamos el análisis de contenido para categorizar los lineamientos socioambientales contenidos en los lineamientos y posiciones de los jóvenes activos en los movimientos sociales rurales. Las fuentes de investigación fueron datos secundarios disponibles en los sitios web, documentos y canales de YouTube de los movimientos sociales estudiados. Nuestra visión de la juventud estuvo guiada por la idea de que estos sujetos, en los últimos años en el país, se han caracterizado como actores políticos en relación con diversos temas socioambientales, incluido el agrario, en medio de la complejidad de la ruralidad en Brasil. Con base en Educación Ambiental Crítica, para comprender las quejas y anuncios que estos jóvenes vienen haciendo sobre sus realidades frente a la crisis ambiental, desarrollamos nuestras categorías de análisis. Creemos que las discusiones realizadas en este trabajo pueden aportar a la literatura sobre esta categoría, sumando al tema de la juventud rural la complejidad de los temas socioambientales y sus consecuencias en la realidad. Además de permitir explicar el papel de estos jóvenes en el enfrentamiento sociopolítico de la crisis ambiental. Los jóvenes campesinos organizados se reconocen como responsables de la continuidad de la lucha en los movimientos, atribuyéndose la cualidad de fuerza transformadora. Ellos incluyen en sus agendas, de manera articulada, temas sociales, políticos, económicos y ambientales. Estos jóvenes demostraron que, a pesar de tener elementos en común, como los dilemas relacionados con la vida rural, son diversos y tienen visiones propias sobre sus territorios y sus luchas. Algunos de estos jóvenes, como los militantes del MST, MPA, MMC y PJR, buscan enfocarse en agendas como la producción de alimentos saludables y agroecológicos como salida a la degradante crisis socioambiental que se ha agudizado en el país. Otros, como los jóvenes del MAM y MAB, son más activos en las disputas por el acceso a un territorio ambientalmente justo y saludable frente a las grandes empresas y la agroindustria. Los jóvenes de la CONAQ, por su parte, mostraron que su relación con los temas socioambientales estuvo marcada por el valor cultural del territorio característico de las comunidades quilombolas.

Palabras clave: Juventud Rural; Educación Ambiental; Problemas sociales y ambientales; Campo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Pautas das juventudes rurais dos movimentos sociais campestinos.....	65
Figura 1 - Principais códigos temáticos para análise.....	70
Quadro 2 - Relação entre os dados dos conflitos socioambientais e das juventudes.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEIER-AB	Centro Estadual Integrado de Educação Rural de Águia Branca
Ciapo	Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
Cnapo	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Conab	Companhia Nacional de Abastecimentos
CONAQ	Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas
Conjuve	Conselho Nacional de Juventude
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão da Pastoral da Terra
DF	Distrito Federal
Efasul	Escola Família Agrícola da Região Sul
ENJUCA	Encontro de Juventudes do Capibaribe
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FMI	Fundo Monetário Internacional

GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INB	Indústrias Nucleares do Brasil
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MMC	Movimento Mulheres Camponesas
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial de Saúde

ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAE-AF	Programa de Atendimento Emergencial à Agricultura Familiar
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNERA	Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
Projovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronaf Agroecologia	Programa Nacional de Crédito para a Agricultura Familiar
PRONEMA	Programa Nacional de Educação Ambiental
Rede PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar
REMEA	Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
REVER	Revista de Extensão e Estudos Rurais

Rio-92	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente no Rio de Janeiro em 1992
SC	Santa Catarina
SJN	Secretaria Nacional de Juventude
UHE Estreito	Usina Hidrelétrica de Estreito
UNAG	Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I - AS JUVENTUDES RURAIS NO CAMPO DE ESTUDOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	26
1.1. O contexto sócio-político do rural e ambiental brasileiro	26
1.2. As bases teóricas: as juventudes, o rural brasileiro e a Educação Ambiental	32
1.2.1. As juventudes rurais como atores políticos	32
1.2.2. A discussão de campesinato no contexto rural brasileiro	37
1.2.3. As questões socioambientais sob a perspectiva da Educação Ambiental	42
1.3. As juventudes rurais em perspectiva	48
1.3.1. As juventudes rurais e os conflitos socioambientais no Brasil	56
CAPÍTULO II - AS JUVENTUDES RURAIS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS	65
2.1. Os movimentos sociais no Brasil e a questão ambiental	65
2.2. As expressões das juventudes rurais nos movimentos sociais do campo	71
2.3. Os movimentos sociais do campo e a relação com as pautas socioambientais	80
2.3.1. A Via Campesina	80
2.3.2. Os movimentos sociais e as juventudes rurais	83
<i>Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ)</i>	83
<i>Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)</i>	84
<i>Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)</i>	86
<i>Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)</i>	88
<i>Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)</i>	90
<i>Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)</i>	92
<i>Pastoral da Juventude Rural (PJR)</i>	94
CAPÍTULO III – AS JUVENTUDES RURAIS NO ESTEIO DAS PAUTAS E MOBILIZAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO BRASIL	98
3.1. A continuidade da luta através da formação das juventudes	98

3.2. O entrelaçamento entre a questão ambiental e as pautas sociais e políticas	102
3.3. A produção de alimentos saudáveis e agroecológicos como enfrentamento à crise ambiental	107
3.4. Os conflitos socioambientais e as disputas por territórios	113
3.5. A ancestralidade e o valor cultural do território das juventudes quilombolas	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129

INTRODUÇÃO

Esta dissertação compõe as pesquisas realizadas na linha de pesquisa de Educação Ambiental Não-Formal do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Nosso objetivo geral aqui é compreender como a discussão das questões socioambientais, a partir da Educação Ambiental Crítica, está contida nas pautas socioambientais das juventudes rurais dos movimentos sociais camponeses brasileiros¹. Buscamos perceber a Educação Ambiental para além dos espaços formais, como escolas e universidades, mas também no cotidiano dentro das comunidades e no âmbito dos movimentos sociais.

A questão de pesquisa que guiou nossa investigação foi: “como a discussão da Educação Ambiental Crítica está contida nas pautas socioambientais dos movimentos sociais camponeses brasileiros com organização em juventude rural?”. Os objetivos específicos que nos auxiliaram nos caminhos da pesquisa e que nos guiaram na construção dos capítulos desta dissertação foram: discutir o contexto atual acerca da temática socioambiental e das juventudes rurais dos movimentos sociais; compreender o contexto histórico-social no qual as juventudes rurais dos movimentos estão inseridas; analisar como o debate socioambiental proposto pela Educação Ambiental Crítica pode estar contido nas pautas das juventudes rurais.

Como tema da pesquisa buscamos articular duas grandes temáticas: as juventudes rurais e a Educação Ambiental. As juventudes rurais nem sempre possuem destaque no meio acadêmico, as discussões sobre essa categoria muitas vezes se resumem ao êxodo rural e a possível continuidade da vida no campo. Porém, em consonância com outros(as) autores(as), acreditamos que essas juventudes rurais estão sujeitas a mudanças de acordo com os lugares em que transita, as diferentes relações sociais que estabelece e que vem passando por uma reordenação diante do mundo atual. Contudo, analisar a situação das juventudes rurais implica também analisar como vivem suas famílias no meio rural brasileiro, contexto ainda marcado por dificuldades econômicas, sociais e ambientais. E, no nosso caso, analisar o contexto de atuação dos movimentos sociais onde essas juventudes se encontram inseridas. Sob a lente da

¹ Escolhemos usar como voz narrativa a primeira pessoa do plural por entendermos que essa dissertação é fruto do trabalho colaborativo entre a discente mestranda e o professor orientador.

Educação Ambiental Crítica, buscamos perceber como são produzidos e compartilhados os sentidos que as juventudes pautam sobre a questão ambiental nas suas formas de organização política. Acreditamos que a Educação Ambiental Crítica se apresenta como caminho para a compreensão dessas juventudes rurais que vivenciam no meio rural e nos espaços dos movimentos as questões ambientais, sociais e culturais de forma integrada em seus cotidianos.

Após participar como bolsista no período entre 2017 e 2018 de um projeto da CNPQ intitulado de “Mapeamento das ações da juventude rural sobre as mobilizações e conflitos socioambientais no Brasil”, com a coordenação do meu orientador, Sérgio Botton Barcellos, meu olhar se voltou para o meio rural e a forma como as questões socioambientais influenciam e refletem nas formas de vida e nas escolhas da juventude. Venho de uma família com raízes no meio rural, faço parte da primeira geração que nasceu no meio urbano e cresci sendo influenciada por esses dois mundos: o rural e o urbano, com fronteiras ao mesmo tempo tão tênues e tão definidas.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017), o Brasil possui predominantemente municípios rurais (60,4% dos municípios existentes), apesar de abrigar apenas 17% da população. Há atualmente uma predominância de pessoas mais velhas que 65 anos no espaço rural, número que vem aumentando nos últimos anos. Os(as) jovens que vivem no meio rural estão estimados em cerca de 10%. O Censo Agropecuário de 2017 mostra uma redução em 8% na participação dos grupos etários entre 18 e 45 anos, enquanto os grupos entre 45 e 65 anos ou mais cresceram 9%. Enquanto isso, a área total de estabelecimentos agropecuários no país aumentou em 5% em relação ao último censo realizado em 2006, são mais de 5 milhões de estabelecimentos ocupando aproximadamente 351 milhões de hectares. A maior parte desses estabelecimentos (70%) possui entre 1 a 50 hectares. Os estabelecimentos com menos de 10 ha representam 50% e ocupam apenas 2,27% da área total (7 993 969 ha). Por outro lado, as 51.203 fazendas com mais de mil hectares (1% do total de estabelecimentos) ocupam 47,6% de todo o território agrícola do país (167 227 511 ha), o que demonstra uma das facetas da questão da desigualdade da concentração de terras no Brasil. Em relação aos conflitos socioambientais no contexto rural, em 2020 foram registradas 1.576 ocorrências de conflitos por terra, o maior número desde 1985 e 25% superior a 2019 segundo o mapeamento feito pela Comissão da Pastoral da Terra (CPT, 2021). Os principais tipos de violência cometidos foram “invasão”, “grilagem” e “desmatamento ilegal”. Já os conflitos pela água envolveram em sua grande parte as mineradoras internacionais, responsáveis por 39% das 350 ocorrências.

Diante desse contexto, nos interessa compreender como as juventudes rurais estão sendo afetadas pelas mudanças e crises presentes no mundo rural e como a participação nos movimentos sociais interferem e passam a compor os projetos de vida desses(as) jovens e suas famílias em diferentes contextos socioeconômicos. É nesse meio rural, que se encontra em constante relação com o urbano, um meio complexo, permeado por fatores sociais, históricos, econômicos e também ambientais diversos, onde muitas vezes a questão ambiental e a questão agrária se misturam, onde buscamos compreender as pautas das juventudes nos territórios em que vivem e atuam. Acreditamos que a questão ambiental também faz parte dessa ruralidade vivenciada por essas juventudes (BRANDENBURG, 2005). Segundo a autora Castro (2016), a partir dos anos 2000, com o aumento dos processos organizativos dos partidos políticos, movimentos sociais e outras organizações sociais a questão da juventude e sua presença em espaços políticos começa a ganhar maior visibilidade acadêmica, ganhando significado de categoria política. Há uma mudança de perspectiva sobre as juventudes brasileiras, que passam a ser reconhecidas como sujeito de direitos, dentro e fora dos movimentos sociais (CASTRO, 2016).

Pensando nesse cenário, decidimos ter como sujeitos(as) da pesquisa os(as) jovens que atuam nos movimentos sociais camponeses. Escolhemos os seguintes movimentos: Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Pastoral da Juventude Rural (PJR). Todos esses movimentos estão ligados à Via Campesina e também possuem juventudes organizadas, seja em coletivos ou em secretarias.

Devido ao contexto que se instalou no Brasil e no mundo a partir do início do ano de 2020, com a pandemia da Covid-19 e a suspensão das atividades presenciais em diversos setores, incluindo aulas e atividades de campo, com o intuito de minimizar a propagação do vírus SARS-CoV-2, nós optamos por realizar uma pesquisa com coleta de dados de fontes secundárias, por entendermos que um campo exploratório, uma aproximação presencial e procedimentos como entrevistas e observações seriam inviáveis durante esse ano. Assim, optamos por utilizar plataformas digitais como nossa fonte de dados, incluindo os sites e os canais do YouTube dos movimentos sociais, buscando por notícias, entrevistas, cartilhas, documentos e vídeos que fossem produzidos e/ou tivessem participação das juventudes organizadas dos movimentos sociais camponeses. O meio digital nesses últimos dois anos se

tornou o principal espaço de comunicação, reuniões, manifestações, divulgações e formações. Foi através de *lives* e das redes sociais que os movimentos sociais e outras diversas organizações mantiveram seus eventos e seus encontros.

Utilizamos ao longo de todo o trabalho o termo “socioambiental”. Entendemos que o modelo atual de desenvolvimento capitalista acaba por gerar diversas consequências para a sociedade e para o meio ambiente, consequências que de maneira interligada impactam a biodiversidade, a cultura e a qualidade de vida. Como exemplos temos os impactos gerados pela atuação das empresas mineradoras, construção de barragens hidrelétricas, a atividade agropecuária, levando à desmatamentos, poluição dos mananciais, intoxicação por químicos e agrotóxicos, entre outros. Impactos esses que além de prejudicar as dinâmicas ecológicas dos ecossistemas, interferem nas dinâmicas sociais e culturais das populações atingidas por essas atividades. Como aponta Loureiro (2013, p. 69), por mais que seja redundante dizer “socioambiental” ao considerarmos o ambiente como “uma síntese de relações sociais com a natureza em um determinado recorte espaço-temporal” onde o social já estaria implícito, adotar esse termo nos auxilia a demarcar o campo político, se diferenciando de uma visão biologizante da crise ambiental.

Pensando nos espaços dos movimentos sociais, acreditamos que nos diferentes processos que ocorrem em sociedade ligados à nossa condição de ser social é onde está a educação. Para além de acumulação de conhecimento, o processo educativo se encontra na realidade das relações sociais e na consciência sobre ela, fazendo da educação uma “prática social dialógica intencional” (LOUREIRO, 2008, p. 190). Logo, ao compreender as particularidades sociais ligadas a classes, etnia, gênero, família, comunidade, grupos sociais etc., se faz possível compreender as dinâmicas das relações sociais no contexto ambiental. Desse modo, os conceitos da Educação Ambiental Crítica podem nos auxiliar na compreensão do contexto dos movimentos sociais, que se encontram permeados variadas dinâmicas contraditórias que os atores sociais vivenciam concretamente em suas realidades, como os conflitos socioambientais, as consequências dos usos e apropriações da natureza, as disputas políticas e institucionais, as mobilizações etc. (LOUREIRO, 2008).

Realizamos um estado da arte sobre a temática da juventude rural de forma relacionada com as questões ambientais para buscar compreender como a dinâmica do “ficar e sair” do campo vem sendo tratada, além de como como diversos fatores, como o econômico, o social, cultural e até mesmo o ambiental, vem sendo investigado junto a esses(as) sujeitos. Foi possível

perceber que grande parte dos estudos que relacionam essas duas temáticas tem como foco o debate sobre os conflitos socioambientais. Seja em casos que os(as) jovens se encontravam participando politicamente de espaços de luta no contexto dos conflitos socioambientais, seja em situações onde os(as) jovens se encontravam em conflito de escolhas diante da presença de mineradoras ou avanço da pecuária, que por um lado significava poluição e perda de acesso aos bens naturais, e por outro emprego e acesso à educação. Ainda assim, não encontramos nenhum trabalho acadêmico recente que relacionasse as juventudes rurais dos movimentos sociais à perspectiva de Educação Ambiental Crítica aqui proposta. Por essa razão acreditamos que nosso trabalho pode contribuir para a inclusão desses(as) sujeitos no campo da Educação Ambiental. Além disso, é uma oportunidade para trazer mais elementos de discussão e enriquecer o analiticamente o próprio campo teórico com as experiências e práticas dessas juventudes em relação às questões socioambientais.

Neste trabalho buscamos aprofundar a compreensão de um grupo social, a juventude rural, o que abrange um universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes. Com a lente da Educação Ambiental Crítica, buscamos compreender como são pautadas as questões socioambientais pelas juventudes rurais, a partir do contexto dos movimentos sociais dos quais elas participam. Assim, a escolha metodológica é por uma abordagem qualitativa (DALLE et al., 2005). Escolhemos analisar os posicionamentos e pautas das juventudes rurais dos movimentos sociais a partir de plataformas digitais como nossa fonte de dados, incluindo os sites e os canais do YouTube dos movimentos sociais camponeses brasileiros nos últimos cinco anos. Utilizamos o software Atlas ti. 9 para organizar e codificar as transcrições dos materiais selecionados. Como guia para as análises e criação das categorias, utilizamos a teoria metodológica da análise de conteúdo, da autora Bardin (2016) que nos permitiu traçar paralelos entre o conteúdo das falas das juventudes rurais e os conceitos da Educação Ambiental Crítica.

Como campo de investigação e meio de coleta de dados, optamos por fontes secundárias. Essa alternativa de pesquisa foi escolhida principalmente pelo contexto da pandemia da Covid-19 em que vivemos nesse último ano de pesquisa. Impossibilitados de realizar incursões a campo com segurança, preferimos utilizar as falas e pautas das juventudes disponíveis na internet. Logo, nossas principais fontes de dados foram os sites oficiais, cartilhas divulgadas pelos movimentos e vídeos nos canais da plataforma do YouTube. O YouTube foi muito utilizado nesse último ano como local para a realização dos principais eventos e encontros dos movimentos sociais, além de meio para divulgação e promoção de debates, nesse período onde os encontros presenciais estavam suspensos.

Os sites analisados e os documentos contidos neles foram das seguintes organizações e movimentos sociais: CONAQ (<http://conaq.org.br/>); MMC (<https://mmcbrasil.org/>); MAB (<https://mab.org.br/>); MPA (<https://mpabrasil.org.br/>); MST (<https://mpabrasil.org.br/>); MAM (<http://mamnacional.org.br/>). Os canais do YouTube onde a pesquisa foi realizada foram: Conaquilombos (CONAQ); Juventude MST (MST); MAB Brasil (MAB); MAM Nacional (MAM); Movimento Mulheres Camponesas (MMC); Movimento Sem Terra (MST); MPA Brasil (MPA); PJR Brasil (PJR). Para selecionarmos vídeos e nos sites documentos, cartilhas e artigos relacionados às juventudes rurais usamos as seguintes palavras chaves: “juventude”; “juventudes”, “jovens” na área de busca dos sites e dos canais do YouTube. Fizemos também uma pesquisa mais ampla na busca por relatos individuais ou outros vídeos em que pudessem estar participando alguns(as) jovens desses movimentos. Para a análise de todos esses materiais, o método escolhido foi a análise de conteúdo segundo a autora Bardin (2016).

A análise de conteúdo constitui um instrumento de indução com o qual é possível investigar as causas a partir dos efeitos. Nos apoiando nos elementos que compõem a comunicação (a mensagem, o emissor e o receptor) podemos vir a “saber mais” sobre o conteúdo comunicado (BARDIN, 2016). O emissor ou produtor da mensagem pode ser representado pela mensagem que ele produz. O receptor é aquele a quem a mensagem foi destinada, portanto o conteúdo da mensagem pode fornecer informações sobre ele também. Quando os(as) jovens organizados dos movimentos camponeses falam, o conteúdo de suas mensagens nos diz sobre esses(as) jovens e sobre as juventudes camponesas a quem eles se dirigem. Assim como a análise da própria mensagem, seja seu código de linguagem ou do universo de significados ao qual ela recorre. O mesmo acontece em relação ao conteúdo dos sites e das cartilhas.

A análise de conteúdo é constituída pelas seguintes etapas: organização da análise; codificação e categorização. Durante a organização da análise fizemos uma pré-análise com o objetivo de escolher os vídeos e os materiais a serem analisados, formular os objetivos da análise e elaborar indicadores que irão fundamentar a interpretação final. Realizamos uma leitura flutuante no material transcrito dos vídeos, assim como dos sites e das cartilhas, com o intuito de estabelecer um contato inicial com o conteúdo presente. A partir dessa leitura inicial escolhemos quais vídeos e quais documentos iriam compor o *corpus* da análise. Ou seja, quais seriam submetidos aos procedimentos analíticos. O nosso *corpus* é composto pelas transcrições de vídeos que contenham falas de pessoas que se intitulam jovens camponeses; que exerçam militância em algum dos movimentos sociais camponeses aqui analisados; que estejam

publicados no YouTube em canais oficiais dos movimentos com data de publicação posterior ou igual a 2016 (últimos 5 anos)² e que contém falas substanciais desses(as) jovens. E também pelas seções dos sites que tratam a respeito das questões das juventudes e das questões socioambientais.

Em relação aos vídeos do YouTube, inicialmente selecionamos 33 (trinta e três). Após uma triagem inicial - da qual não selecionamos os vídeos onde quem falava não era parte da juventude ou em que as falas eram muito breves ou específicas e não correspondiam aos nossos objetivos de análise - foram selecionados 24 (vinte e quatro) vídeos. Desses vídeos, transcrevemos ao todo as falas de 64 (sessenta e quatro) jovens. Esses dados, juntamente com o material dos sites e cartilhas, passaram a compor o *corpus* de análise. A partir da leitura inicial do material transcrito elaboramos objetivos iniciais de análise. Eles guiaram a elaboração das unidades de registro e a codificação dos dados obtidos, além de estarem intrinsecamente ligados à nossa questão de pesquisa. No nosso caso os objetivos elaborados a partir da leitura flutuante foram: compreender como a juventude rural organizada se reconhece enquanto juventude; perceber como os(as) jovens se educam nos espaços dos movimentos sociais; identificar como essa juventude rural pauta as questões socioambientais.

Após esses procedimentos iniciais, partimos para a etapa de codificação. Tratando o material de análise é possível alcançar uma representação do conteúdo e da sua expressão e ao mesmo tempo traçar uma relação entre a teoria que se baseiam nossas hipóteses e objetivos e os dados que as falas analisadas representam (BARDIN, 2016). A primeira etapa consiste em escolher quais elementos do texto servirão como as unidades de registro, de significado. Elas são a base da construção das categorias na próxima etapa da análise. Optamos por construir as unidades utilizando o recorte semântico, ou seja, a partir do significado. Nossas unidades de registro nesse caso são os temas. Estruturalmente o tema pode ser uma frase, frases compostas ou condensadas, das quais pode se retirar ideias constituintes, proposições portadoras de significados ou enunciados que contenham motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências contidos nas falas analisadas (BARDIN, 2016). Além do tema, escolhido

² A escolha do período recente se deu pelo intuito de contribuir com as análises acerca das juventudes rurais brasileiras da contemporaneidade. Entendemos que essa é uma temática recente na literatura sob a perspectiva em que a abordamos, a relacionando diretamente com as questões socioambientais. Assim, optando pelos últimos anos buscamos captar as discussões mais atuais e das gerações mais recentes das organizações e movimentos sociais a partir do crescimento de conflitos socioambientais e das abordagens mais recentes a partir da questão socioambiental no Brasil e destas organizações e movimentos sociais.

como unidade de registro, é preciso também explicitar as unidades de contexto. Ou seja, em qual contexto está inserido o tema escolhido.

Guiados pelo objetivo geral e específico da pesquisa, durante a codificação, fomos criando os códigos de acordo com a leitura do material, deixando que cada temática encontrada se transformasse em um código. Utilizando o software Atlas.ti versão 9³ para organização dos dados e para a criação dos códigos foi possível compreender a frequência e correlação entre cada uma das temáticas que surgem das falas dessa juventude rural organizada aqui analisada. Ao todo identificamos 19 códigos pertinentes à investigação. São eles: agronegócio; agrotóxicos, água; conflitos socioambientais; continuidade da luta; crise do capitalismo; defesa dos bens naturais; educação; êxodo rural; formação no movimento; juventude; meio rural; mineração; novo modelo produtivo; organização da juventude; questões socioambientais; relação campo-cidade; tecnologia; transformadora. É a partir dessas relações entre os diversos temas que surgiram que pudemos construir a análise qualitativa presente nos capítulos 2 e 3 desta dissertação.

Na etapa de categorização - no nosso caso partindo do critério semântico e dos temas definidos - são criadas as categorias, que reúnem um grupo de elementos sob um título genérico escolhido em razão das características em comum desses elementos (BARDIN, 2016). O principal objetivo da categorização é fornecer uma representação dos dados brutos, tendo por suposição que decompor e reconstruir em categorias as mensagens analisadas pode auxiliar a identificar a correspondência entre as mesmas e a realidade a qual elas pertencem (BARDIN, 2016). O processo de categorização que adotamos tem como ponto de partida a análise progressiva dos elementos dentro de cada tema previamente codificados e, a partir dessa classificação, foram definidos os títulos conceituais de cada categoria. As nossas categorias correspondem aos itens do Capítulo 3.

Assim, esse trabalho, além da Introdução, é constituído pelo Capítulo 1, “A questão ambiental e as juventudes rurais no campo de estudos da Educação Ambiental”, no qual buscamos contextualizar os debates sobre questão socioambiental no Brasil nos últimos anos e demonstrar como eles se relacionam com as pautas dos movimentos sociais camponeses, com a

³ Optamos por utilizar um software para auxiliar na organização do material para a realização das análises qualitativas por entendermos que a quantidade de materiais a serem analisados (todas as transcrições, documentos, sites, etc.) inviabilizaria uma análise manual. O Atlas ti. versão 9 é um programa simples e bastante utilizado para a categorização de dados qualitativos. Ele permitiu que o agrupamento e a categorização, assim como a visualização e análise dos dados se dessem de uma maneira mais rápida, organizada e de fácil manipulação.

questão agrária e com as discussões sobre as juventudes rurais. Nesse capítulo tecemos nosso marco teórico contendo as contribuições teóricas e conceituais de alguns autores para a construção do nosso debate. Os autores Castro (2009; 2016), Weisheimer (2005) e Carneiro (1998) contribuíram com a perspectiva sobre as juventudes rurais e seu papel como atores políticos no cenário brasileiro. Os autores Bezerra e Bacelar (2013), Wanderley (2014) e Brandenburg (2005) auxiliaram no debate sobre a questão agrária, a conceituação de campesinato e a análise do meio rural brasileiro. Do campo da Educação Ambiental, os autores Leff (2015) auxiliaram na definição do campo ambiental e seus debates. A seguir, trouxemos Layragues (2020) e Loureiro (2013) que contribuíram para as discussões sobre a Educação Ambiental Crítica. Trazemos também um estado da arte que foi construído ao longo da pesquisa, contendo diversos trabalhos que nos últimos anos se debruçaram sobre as temáticas ambientais, rurais e das juventudes, com o intuito de localizar essas temáticas na literatura científica, além de guiar os caminhos investigativos do nosso trabalho.

No Capítulo 2, “As juventudes rurais nos movimentos sociais”, procuramos apresentar nosso campo, os(as) sujeitos(as) de análise, assim como o *corpus* da pesquisa. Para contextualizar, trazemos um breve histórico da trajetória dos movimentos sociais no Brasil, buscando focar em como a questão ambiental foi assimilada e pautada por esses movimentos ao longo dos últimos anos. Trazemos também uma caracterização de todos os movimentos sociais com organização em juventude rural escolhidos, suas origens, suas principais pautas e como ocorreu a organização das juventudes que fazem parte desses movimentos. E por fim, apresentamos nosso escopo de pesquisa descrevendo quais foram os vídeos selecionados para a construção de nossas análises e reflexões sobre as juventudes do campo e suas pautas socioambientais.

No Capítulo 3, “As juventude rurais no esteio das pautas e mobilizações socioambientais no Brasil”, a partir da análise das falas das juventudes rurais dos movimentos sociais captadas em eventos e entrevistas registradas no YouTube, bem como registros em sites e documentos, tendo como suporte teórico o campo da Educação Ambiental Crítica, realizamos uma discussão a partir das principais pautas socioambientais formuladas por esses(as) jovens. Destacamos a presença de temáticas como os conflitos socioambientais, a crise ambiental, modo de produção do agronegócio, a Agroecologia, o valor cultural dos territórios. Foi possível compreendermos como essas juventudes interligam as questões sociais, ambientais e políticas em suas pautas e posicionamentos. Percebemos também uma diferença entre os perfis das diferentes organizações e movimentos sociais. Nos espaços dos movimentos mais ligados à

produção de alimentos e ao cultivo da terra, como o MPA, o MST, o MMC e a PJR, as principais pautas estavam relacionadas à Agroecologia e a alimentação saudável. Nos movimentos ligados à disputa de territórios e aos conflitos, como o MAM e o MAB, as temáticas eram em torno da Reforma Agrária e do enfrentamento diante de grandes empreendimentos, como as monoculturas e as mineradoras. Para as juventudes quilombolas da CONAQ o entendimento sobre o território e as disputas envolvendo o direito à terra ganham um sentido relacionado à cultura quilombola e à ancestralidade.

Por fim, trazemos as considerações finais, na qual buscamos retomar nossos objetivos com o trabalho e os resultados da pesquisa elaborados ao longo dos capítulos. Além de tecer comentários sobre os desafios enfrentados ao realizar esse trabalho durante um período atípico de pandemia global, também trazemos os limites de nossa pesquisa e de nosso trabalho. E por fim, buscamos discutir algumas questões que permanecem em aberto e que podem seguir sendo desenvolvidas por outros trabalhos posteriores.

CAPÍTULO I - AS JUVENTUDES RURAIS NO CAMPO DE ESTUDOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Através deste primeiro capítulo temos como intuito contextualizar e traçar os pontos de partida da pesquisa, percorrendo os caminhos da questão ambiental e sua relação com os caminhos dos movimentos sociais do campo e suas pautas relativas às juventudes rurais, além de nos localizar dentro do campo da Educação Ambiental. Compreendemos que por ser um campo científico considerado recente e multifacetado é importante tanto para o fluir da pesquisa quanto para a compreensão de quem nos lê, explicitar as bases teóricas das quais partimos para realização das análises nos Capítulos 2 e 3. Primeiramente trazemos o marco teórico que guia as nossas argumentações ao longo da dissertação, com os principais conceitos a serem abordados. Depois, trazemos um estado da arte na intenção de elucidar sobre como essas temáticas vêm sendo abordadas pelo meio acadêmico nos últimos anos, além de evidenciar nosso ponto de partida com a pesquisa. E por fim, com o objetivo de contextualizar o tema de pesquisa, trazemos os dados sobre o meio rural brasileiro, suas juventudes e as principais questões socioambientais que os permeiam.

1.1. O contexto sócio-político do rural e ambiental brasileiro

Como forma de contextualizar de maneira geral as discussões realizadas na dissertação, trazemos alguns dados a respeito da composição do meio rural brasileiro, sua população - o que inclui as juventudes - e um panorama de como se encontra o debate sobre as questões socioambientais no Brasil de hoje, incluindo parte do cenário político atual. A nova metodologia apresentada pelo IBGE a partir de 2017 para a caracterização dos espaços urbanos e rurais passou a levar em consideração a densidade demográfica, a localização em relação aos principais centros urbanos e o tamanho da população. Após a análise dos critérios, os municípios foram caracterizados como “urbanos”, “rurais” ou “intermediários”

A partir dessa nova metodologia estima-se que cerca de 35 milhões de pessoas vivem no rural. Pelo levantamento do IBGE (2017) o país tem mais municípios predominantemente rurais, ou seja, 60,4% dos 5.565 municípios existentes, embora abriguem apenas 17% da

população. As pessoas com mais de 65 anos representam 21,4% dos moradores rurais. No censo de 2006 o índice era de 17,52%. A representatividade dos(as) jovens com idade entre 25 anos e 35 anos em áreas rurais caiu de 13,56% para 9,48% entre 2006 e 2017. O percentual correspondente ao grupo entre 35 anos e 45 anos nos campos também diminuiu: de 21,93% para 18,29% (IBGE, 2017). Os(as) jovens que vivem no rural estão estimados em cerca de 10%, sendo que no último censo eram 13%. Quanto à idade, houve redução em 8% na participação dos grupos etários entre 18 e 45 anos, enquanto os grupos entre 45 e 65 anos ou mais cresceram 9% (IBGE, 2017). Por mais que esse dado isolado não nos permita afirmar que o campo está envelhecendo, é possível perceber uma tendência de diminuição das populações mais jovens e um predomínio de pessoas mais velhas no meio rural brasileiro.

Segundo o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2017, a área total de estabelecimentos agropecuários no Brasil aumentou em 5% em relação ao último censo realizado em 2006, são mais de 5 milhões de estabelecimentos ocupando aproximadamente 351 milhões de hectares. A maior parte desses estabelecimentos (70%) possui entre 1 a 50 hectares. Os estabelecimentos com menos de 10 ha representam 50% e ocupam apenas 2,27% da área total (7 993 969 ha). Por outro lado, as 51.203 fazendas com mais de mil hectares (1% do total de estabelecimentos) ocupam 47,6% de todo o território agrícola do país (167 227 511 ha), o que demonstra uma das facetas da questão da desigualdade da concentração de terras no Brasil. As características da maioria desses espaços têm relação com a matriz econômica voltada para commodities no Brasil (IBGE, 2017).

Em relação ao gênero dos produtores, a maioria dos estabelecimentos são administrados por pessoas do sexo masculino (81%), sendo que em 20,3% a administração é dividida entre o casal responsável. Já em relação à faixa etária, 11,21% dos estabelecimentos são administrados por pessoas de até 35 anos. Segundo o Censo 2017, as propriedades com faixa de área menor que 1 hectare apresentam uma proporção de gênero mais equilibrada. Em 73% dos estabelecimentos, o pessoal ocupado possuía alguma relação de parentesco com o produtor. Do pessoal que não possui parentesco, 47% eram temporários e 48% permanentes. Apesar do aumento na área ocupada pelas propriedades rurais, o número de pessoas ocupadas em serviços ligados a esses estabelecimentos teve uma queda de 8% em relação a 2006. Em relação ao uso da terra, houve um aumento na área utilizada para lavouras temporárias (15,9%) e também na área destinada a pastagens plantadas (31,9%). Quanto às matas, houve um aumento de 30,3% nas matas naturais registradas, além de um aumento de 2,5% nas áreas de matas plantadas.

Sobre a agricultura familiar, a qual para o IBGE (2017) a principal característica possuir gestão da propriedade compartilhada pela família e ter na atividade produtiva agropecuária a principal fonte de renda, conforme o Decreto nº 9.064/17, foram classificados no Brasil 3,9 milhões de estabelecimentos com essas características, correspondendo a 77% do total. Porém, esses estabelecimentos correspondem a apenas 23% da área ocupada pelo total de estabelecimentos agropecuários no Brasil. Ainda assim, 67% de todo o pessoal ocupado com atividades agropecuárias está vinculado a esses estabelecimentos, correspondendo a 10,1 bilhões de pessoas. Apesar de empregar o maior número de pessoas, os estabelecimentos familiares ainda ocupam a menor área do país, mais uma característica do predomínio da agricultura voltada para a produção de commodities. A região brasileira que mais pessoas trabalhando na agricultura familiar é a Região Nordeste (46,6%). A agricultura familiar foi a responsável por 23% de todo o valor da produção agropecuária brasileira, sendo a Região Sul a mais produtiva.

Seguindo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, em relação ao uso de agrotóxicos, achamos pertinente fazer uma análise comparativa entre os censos de 1995, 2006 e 2017. Comparando o número de produtores que declararam utilizar agrotóxicos em suas produções nos três anos, houve entre os anos de 1995 e 2006 uma redução de 18% no total desses estabelecimentos. Já entre os períodos de 2006 a 2017, o que ocorreu foi um aumento de 20% no total de estabelecimentos que faziam uso de agrotóxicos. Ao acrescentarmos os dados sobre a área, percebemos que o grupo que mais aumentou o uso de agrotóxico nos últimos anos foi o de estabelecimentos com 500 ou mais hectares (35% de aumento entre 1995 e 2017). Enquanto que o grupo de lavouras com menos de 5 ha e o grupo entre 5 ha e menos de 50 ha tiveram redução no número de agrotóxicos no mesmo período (-5,97% e -4,30% respectivamente). Ao analisarmos apenas o período mais recente, entre 2006 e 2017, todos os grupos tiveram aumento no uso de agrotóxico, sendo o destaque para o grupo de estabelecimentos com mais de 500 ha, que teve um aumento de 67,80% (IBGE, 2017).

A partir destes dados podemos visualizar o cenário rural do Brasil na atualidade. Por mais que a maior parte do território brasileiro possua características rurais, a maioria da população ainda se encontra nos centros urbanos. Além disso, na área rural, quem ocupa a maior porção do território é uma pequena parte da população do campo, sendo que 1% do total de fazendas, estabelecimentos e propriedades correspondem a quase metade de toda a área rural brasileira (47,6%) (IBGE, 2017). Somado aos dados sobre o uso de agrotóxicos, podemos perceber que é nessas grandes propriedades onde o uso é mais intensivo e vem crescendo nos

últimos anos. Já nos estabelecimentos menores, onde predomina a agricultura familiar, é onde estão empregados a maioria da população que trabalha no rural e onde se usa menos agrotóxicos na produção de alimentos. A agricultura familiar, apesar de ser a maioria entre os estabelecimentos, ocupa a menor parte do território disponível para suas atividades. Esse quadro de concentração de terras e avanço do modelo de produção do agronegócio, que necessita de grandes extensões de terra e um intensivo uso de agrotóxicos, têm se agravado nos últimos anos no Brasil. Trazemos para debate algumas mudanças do cenário político e econômico que acreditamos terem contribuído nessa situação.

Com o fim do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2017, algumas das principais políticas públicas voltadas ao incentivo das atividades produtivas da agricultura familiar tiveram seus alcances e financiamentos reduzidos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que permitiam ao governo adquirir alimentos diretamente dos agricultores familiares para a distribuição em escolas, creches, hospitais, etc. O MDA atuava em três eixos de intervenção: política agrária, política de fortalecimento da agricultura familiar e política de desenvolvimento territorial (MATTEI, 2017). Dentre as principais consequências dessa mudança se encontra a desestruturação do PAA. Foram cancelados os repasses para a Companhia Nacional de Abastecimentos (Conab), responsável por implementar o programa. Outra medida foi o cancelamento da chamada da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que visava contratar serviços especializados para as organizações de agricultores familiares.

Para Mattei (2017) essas medidas representavam a escolha do governo Temer por um projeto de desenvolvimento agrário e rural que não contempla a grande maioria da população rural (agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, extrativistas, quilombolas, povos indígenas). Atualmente essa linha de decisões políticas segue modificando as condições de produção de alimentos para a agricultura familiar. Layrargues (2020) destaca que com o governo Bolsonaro esse quadro se agravou ainda mais. Somado à política para o rural alinhada aos grandes produtores, a política ambiental do atual governo (ou ausência de uma) tem completado o cenário de avanço do agronegócio nos últimos anos, resultando em, para além do aumento da concentração de terras, invasão de terras indígenas, grandes queimadas nas florestas brasileiras, aumento da insegurança alimentar, entre outros retrocessos na área socioambiental que tem sido marca da ascensão do antiecológico e da negação da crise climática que caracteriza o atual governo Bolsonaro. Segundo Layrargues (2020, p. 47):

Desde o regime militar, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente em 1973, a instância político-administrativa federal que precedeu o Ministério do Meio Ambiente; e com a instituição da Política Nacional do Meio Ambiente em 1981, de onde todo arcabouço da gestão e legislação ambiental despontaria; essa foi a primeira vez que a sociedade brasileira se viu diante de um governo – novamente militar – que adotou uma enfática narrativa conspiratória que explicitamente afirmava que a política ambiental brasileira havia sido manipulada por ‘esquerdistas’ infiltrados no campo ambiental, cuja meta residiria na sabotagem da economia brasileira, se a defesa ambiental fosse bem sucedida.

Tomando iniciativas no sentido de acabar com as restrições ambientais às ações de madeireiros, garimpeiros e grileiros, o governo Bolsonaro escolhe não se responsabilizar pela defesa do meio ambiente e pela manutenção de condições ambientais dignas para todos e todas, indo contra o que está previsto na Constituição, que garante o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Assim, nesse novo cenário onde o antiecológismo ganha força apoiado ideologicamente pelo Estado, surge a necessidade de se “reconfigurar a pauta programática” do ecologismo no sentido da mobilização popular e dos movimentos coletivos com o objetivo de protestar, denunciar e contestar os rumos que a política ambiental tem tomado nestes últimos dois anos (LAYRARGUES, 2020). E o mesmo se dá em relação às políticas voltadas ao rural brasileiro.

Gostaríamos de destacar uma das medidas mais recentes durante o governo Bolsonaro que foi o veto ao PL 823 que impacta diretamente na agricultura familiar. Vetado por dois anos consecutivos pelo presidente da república (2020 e 2021), o PL 823 (Lei Assis Carvalho II), aprovado recentemente na Câmara e no Senado, é uma reedição do PL 735 (Lei Assis Carvalho I). Traz entre suas medidas a criação de um Fomento Emergencial não reembolsável para estruturação das unidades produtivas, que possui valores diferenciados para famílias mais pobres, estabelecimentos onde a chefe de família seja uma mulher e quando há a necessidade de construção de cisternas. Além disso, o projeto de lei previa um Programa de Atendimento Emergencial à Agricultura Familiar (PAE-AF), uma tentativa de resgate do PAA. Incluía também uma linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Benefício Garantia Safra para cobertura de perdas na produção, além de propostas de alargar os prazos para saldar as dívidas e suspender cobranças judiciais. Pensando na situação atual do país que vem enfrentando a pandemia da Covid-19⁴, esse PL seria importante para auxiliar a população mais pobre do campo que vem sofrendo com a crise econômica e sanitária em que se encontra o Brasil. O veto a esse PL demonstra a continuidade

⁴ A pandemia da doença respiratória Covid-19 se espalhou pelo mundo a partir do final do ano de 2019, resultando em uma crise sanitária global. No Brasil ocorreu um elevado número de mortes neste período de quase dois anos (já ultrapassava 600 mil mortes quando essa dissertação estava sendo concluída).

da política iniciada no governo Temer de favorecimento do agronegócio e dos grandes estabelecimentos agropecuários em detrimento dos produtores dos pequenos estabelecimentos e da agricultura familiar.

Ainda nessa linha, impactando tanto a produção no campo como o meio ambiente, existe atualmente um projeto de lei (PL nº 6.299/2002), nomeado pela sociedade civil como Pacote do Veneno, o qual aguarda votação na Câmara dos Deputados e pretende flexibilizar a Lei dos Agrotóxicos de 1989 (Lei nº. 7.802/89). Desde o começo do mandato, o governo Bolsonaro já liberou mais de 1,1 mil novos produtos químicos no Brasil⁵. O Pacote do Veneno é mais uma tentativa de flexibilizar o sistema normativo regulatório de agrotóxicos no Brasil para reduzir custos para o setor produtivo, incidindo principalmente nos dispositivos mais protetivos para a saúde e para o ambiente.

A lei nº 7.802 somente teve seu decreto regulamentador nº 4.074 publicado em 2002, mesmo ano de apresentação do PL, ou seja, ainda sem que tivesse transcorrido o tempo necessário para identificar, com base técnica ou científica, impactos sobre a agricultura brasileira. O PL na verdade mostra-se como a principal estratégia de mercado das indústrias transnacionais que produzem agrotóxicos e transgênicos e que veem no Brasil em crise uma oportunidade para comercializar produtos que já não podem ser produzidos ou consumidos tão livremente em outros países em função de sua elevada toxicidade e do perigo que representam para os seres humanos e para o ambiente (FRIEDRICH et al., 2018).

É a partir deste cenário sócio-político, que têm moldado a realidade e os debates sobre o contexto rural e o ambiental no Brasil, de onde tecemos nossas reflexões sobre as juventudes rurais dos movimentos sociais campestres brasileiros. Contexto que é marcado pelo enfraquecimento das políticas voltadas à agricultura familiar, da preservação e do acesso justo ao meio ambiente e também pelos impactos gerados pelos últimos dois anos da pandemia da Covid-19. Para auxiliar na compreensão desse cenário e nas análises que iremos realizar ao longo da dissertação no próximo item trazemos as bases teóricas sobre as quais apoiamos na construção de nossas reflexões sobre as juventudes rurais, o contexto rural brasileiro e as questões socioambientais.

⁵ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/16/coquetel-de-veneno-organizacoes-denunciam-risco-crescente-do-uso-de-agrotoxicos>. Acesso em:

1.2. As bases teóricas: as juventudes, o rural brasileiro e a Educação Ambiental

1.2.1. As juventudes rurais como atores políticos

Para contribuir na delimitação da categoria “juventude”, da qual nos utilizamos no trabalho, trazemos neste item alguns autores e autoras que vêm se debruçando sobre o estudo dessa temática nos últimos anos no Brasil. Weisheimer (2005) realizou uma sistematização do debate acadêmico brasileiro sobre a temática da "juventude rural" no período entre 1990 e 2004. O autor afirma que, apesar de não ter encontrado muitos consensos, foi possível notar alguns temas recorrentes, principalmente sobre o papel dos(as) jovens para o desenvolvimento agrário e para a sucessão rural (WEISHEIMER, 2005). De maneira geral, as produções acadêmicas que ele analisou dão um destaque para a diversidade regional, cultural, social e econômica das juventudes rurais brasileiras, além de apontarem para a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas específicas para essa categoria, principalmente aquelas voltadas à valorização do rural e à formação desses(as) jovens (WEISHEIMER, 2005).

Segundo Weisheimer (2005), a maior parte das abordagens se concentravam em tratar os(as) jovens apenas como objeto de estudo, mas não se preocupavam em problematizar a própria construção da categoria, reduzindo-a aos critérios etários. Além disso, apesar do destaque a diversidade apontada para a construção da identidade e os processos de socialização, o autor discute a persistência em tratar os(as) jovens que vivem em diferentes espaços sociais rurais de maneira homogênea, muitas vezes se baseando em uma dicotomia entre o rural e o urbano (WEISHEIMER, 2005). O autor destaca a ausência de estudos sobre as juventudes rurais brasileiras em âmbito nacional e regional no período entre 1990 e 2004, ficando limitados às especificidades dos contextos locais em detrimento dos aspectos globais e históricos (WEISHEIMER, 2005). Essa situação está se alterando nos últimos anos.

Um exemplo disso é o trabalho de Elisa Guaraná Castro, que em sua trajetória como pesquisadora vem se debruçando sobre o tema das juventudes rurais. Castro (2009, p. 181) em suas reflexões aponta que parte dos trabalhos sobre a “juventude” costuma adotar “definições genéricas, associadas a problemas e expectativas”, a juventude como “solução”, juventude como “transição”, como uma categoria marcada por comportamentos predispostos, ou muitas vezes associada a uma imagem de incompletude, que necessitam de encaminhamentos e

direcionamentos. No Brasil, os estudos acerca da juventude em sua maioria tratam a respeito da juventude urbana, além de que como “ator político” as políticas públicas de juventude não têm a juventude rural como foco prioritário (CASTRO, 2009).

A autora Carneiro (1998) também comenta sobre as dificuldades em se definir e se delimitar tal categoria, mas não acredita que a definição deva seguir critérios biológicos ou jurídicos. À autora interessa mais compreender como as juventudes rurais são afetadas pelas mudanças e crises presentes no mundo rural e como esses movimentos interferem e passam a compor os projetos de vida desses(as) jovens e suas famílias em diferentes contextos socioeconômicos (CARNEIRO, 1998). Para a autora, “o jovem é aquele indivíduo que se encontraria em uma fase caracterizada pela discrepância entre o projeto de vida vislumbrado e as atividades em realização” (CARNEIRO, 1998, p. 96).

Ao tratar dos(as) jovens rurais, a questão sobre “ficar ou sair” do campo muitas vezes toma a centralidade, contribuindo para criar uma impressão de “jovem desinteressado” pelo campo. Cover (2011) aponta em seu trabalho que a migração do meio rural sofreu alterações a partir da década de 1990 no Brasil. Algumas características desse movimento seriam: a forte disputa entre o agronegócio e os proprietários pela posse de terras; a proletarianização dos(as) jovens rurais, que diante da falta de condições de permanecer com qualidade de vida no campo, migram para conseguir não apenas empregos, mas acesso a lazer, tecnologia, educação, etc. (COVER, 2011).

Também é importante destacar, que essas juventudes que se encontram no campo não são todas iguais. A percepção sobre o que significa “ser jovem” está sujeita a mudanças de acordo com os lugares em que os(as) jovens transitam e as diferentes relações sociais que estabeleceram ao longo de suas vidas. Assim adotamos ao longo do texto, quando nos referimos aos nossos sujeitos de pesquisa, a opção por tratá-los no plural⁶, por entender que por mais que possuam um denominador em comum, viver no meio rural brasileiro e estarem sujeitos às particularidades desse ambiente, cada uma das juventudes aqui tratadas, em seus diferentes territórios, em suas diferentes comunidades, em distintos contextos sociais, culturais, históricos e ambientais, possuem um significado e uma experiência particular sobre o “ser jovem”.

⁶ Exceto quando estamos nos referindo exclusivamente à categoria conceitual de investigação “juventude” ou “juventude rural”.

Castro (2009) propõe um olhar sobre a “juventude” que leve em conta a autopercepção dessa categoria, que vem passando por uma reordenação diante do mundo atual. Segundo a autora, "esse jovem rural se apresenta longe do isolamento, dialoga com o mundo globalizado e reafirma sua identidade como trabalhador, camponês, agricultor familiar, associando diversas estratégias de disputa por terra e por seus direitos como trabalhador e cidadão" (CASTRO, 2009, p. 183). Para além de buscar definições generalizantes para tratar da “juventude”, optamos por agregar o olhar da diversidade, que vem se mostrando presente em alguns trabalhos sobre as juventudes rurais no Brasil.

Castro (2009) realizou sua pesquisa de tese junto às juventudes de um assentamento rural no Rio de Janeiro, acompanhando os(as) jovens em seu cotidiano, estando presente onde as juventudes rurais organizada dos mais diversos movimentos sociais brasileiros debatiam suas pautas e reivindicações. A autora afirma que esse processo de organização das juventudes rurais se intensificou entre 2000 e 2007 (CASTRO, 2009), diversos movimentos sociais como o MST, a PRJ, MPA, todos parte da Via Campesina, e também movimentos sindicais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) possuem grupos de juventude em alguma instância nos movimentos.

Segundo Castro (2016), a partir dos anos 2000, com o aumento dos processos organizativos dos partidos políticos, movimentos sociais e outras organizações sociais a questão da juventude e sua presença em espaços políticos começa a ganhar maior visibilidade acadêmica. A juventude nos últimos anos ganhou o significado de categoria política. E esse movimento se expressa também na institucionalização do tema através de iniciativas dos governos entre 2005 e 2015, como a Lei nº 11.129/05, que cria a Secretaria Nacional de Juventude (SJN), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), se tornando um marco para as políticas públicas de juventude (CASTRO, 2016). Além também da Lei nº 12.852/03, que estabelece o Estatuto da Juventude. Já as Conferências Nacionais da Juventude (nos anos de 2008, 2011 e 2015) funcionaram como espaços de articulação e disputa política para essa juventude, incluindo a juventude rural, indígena, dos povos e comunidades tradicionais, que, mesmo que em minoria em comparação com a juventude urbana, marcou presença nesses encontros.

Esse conjunto de fatores contribuiu para mudar a perspectiva sobre as juventudes brasileiras, nesse momento reconhecida como sujeito de direitos, dentro e fora dos movimentos

sociais (CASTRO, 2016). Ainda, chama a atenção para os possíveis desdobramentos dessa mudança, como a consolidação da juventude como agente no processo de construção das políticas públicas e não apenas como jovem atendido por elas. No entanto, Castro (2016) já apontava que esse processo, que ainda estava em curso, poderia sofrer recuos.

Castro (2016) observa que nos últimos 20 anos houve uma mudança também na representação social das juventudes, tanto pelas organizações quanto por quem se auto intitula jovem. A “juventude” se tornou uma categoria dentro dos movimentos organizados apenas recentemente no Brasil. O ideário que predominava sobre os(as) jovens nos movimentos era uma representação da juventude associada à rebeldia, a presença deles em movimentos históricos que buscavam transformações sociais era ligada à “natureza da juventude” em atuar politicamente (CASTRO, 2016). Ao mesmo tempo que, nos anos 1990, para o senso comum a “juventude” representava apatia, a chamada juventude de shopping center. Nenhuma dessas identificações levava em conta a complexidade social e política desta categoria, relacionando-a a apenas a faixa etária. Para a autora:

[...] por um lado, vivenciamos um processo de desnaturalização da ideia de “juventude naturalmente rebelde” e seu oposto binário “juventude apática”. Por outro, a própria representação política da juventude se apresenta de múltiplas formas, reproduzindo “antigos” e “novos” significados do “que é ser jovem” [...]. (CASTRO, 2016, p. 198).

Atualmente, a categoria “juventude” passou a significar uma categoria de representação política em diversos espaços organizativos e de participação política. Os(as) jovens que assim se auto identificam e que vivem todas as implicações dessa identidade em suas vidas cotidianas, começam a também participar dos debates sobre o tema, contribuindo para a visibilização do mesmo, inclusive nos espaços de militância. Os diferentes impactos sociais para a população brasileira jovem, como o acesso à educação, lazer e cultura, ausência de oportunidade de empregos, violência, marcam as diferentes respostas organizativas que essa juventude diversa passa a adotar, incluindo as juventudes que se denominam rurais ou do campo (CASTRO, 2016). Nos interessa aqui buscar compreender como esses(as) jovens pautam as questões ambientais para além dos seus espaços de vida, mas em seus locais de militância.

A categoria “juventude rural”, em um primeiro movimento, se mostrou útil para a organização em espaços nacionais de representação e a disputa por políticas públicas. Dito isso, houve também um avanço no sentido de tornar evidente a diversidade dessas populações “dos campos, das águas e das florestas” – como têm se autodenominado essas populações rurais organizadas – contribuindo para a consolidação das identidades políticas de maneira mais

específica dentro dos movimentos sociais (CASTRO, 2016). Contudo, os(as) jovens que vivem no contexto rural compartilham as barreiras que ainda existem para suas autonomias e possibilidades de escolha, como o acesso à escolarização, à terra e à renda, que ainda permanecem como demandas não atendidas para esses sujeitos.

Em suas investigações, Castro (2016) observa que apesar dos membros das organizações sociais afirmarem que sempre houve grande participação das juventudes, isso por si só não tinha ainda representado uma construção de identidade política dessa categoria nos movimentos. Para a maioria dos dirigentes que a autora entrevistou, o tema central ligado à “juventude” era a possibilidade de renovação do movimento (CASTRO, 2016). Já os que se identificavam como “juventude” à época da pesquisa, que ocorreu entre 2005 e 2006, buscavam elaborar suas identidades com pautas e questões específicas, incluindo os desafios dos(as) jovens que vivem no meio rural brasileiro.

Esse processo, porém, não ocorreu sem conflitos, sendo apontados por esses(as) jovens as dificuldades em ser ouvidos e obter reconhecimento nos espaços de decisão (CASTRO, 2016). Assim, como parte de nossos objetivos, pretendemos entender como essas juventudes rurais se encontram nesses anos mais recentes nesse processo de reconhecimento como atores políticos dentro dos movimentos sociais camponeses, em vista das mudanças sociopolíticas que ocorreram no país. Quais as pautas têm sido importantes para essas juventudes? Como as questões ligadas ao meio ambiente têm sido tratadas por essas pautas? E como a pandemia da COVID-19 modificou o cenário nesses movimentos? Para além de saber se essas juventudes estão ficando ou saindo do campo, o que essas juventudes estão pautando em suas complexidades de existências.

Observando as principais demandas apresentadas pelos(as) jovens dos movimentos sociais do campo que a autora investigou, Castro comenta que “se por um lado [os(as) jovens] reforçam questões consideradas específicas, como acesso à educação e a terra, por outro constroem essas demandas no contexto de transformações sociais da própria realidade do campo e da sociedade brasileira.” (CASTRO, 2009, p. 197). Pensando de maneira ampla no contexto do rural no Brasil, que ainda é marcado por dificuldades econômicas e sociais, analisar a situação das juventudes rurais implica também analisar como vivem suas famílias no campo, pois como afirma Castro (2009) “[...] os problemas enfrentados pelos jovens são antes de tudo problemas enfrentados pela pequena produção familiar [...]” (CASTRO, 2009, p. 190). Por

esses motivos buscamos a seguir delimitar nosso entendimento sobre o campo brasileiro e sua população, a qual as juventudes rurais pertencem.

1.2.2. A discussão de campesinato no contexto rural brasileiro

Iniciamos esse item destacando que o tema abordado, a ruralidade brasileira, possui certa complexidade teórica que não nos propomos a esgotar nesta dissertação. Nosso intuito aqui é construir a base conceitual sobre a qual realizamos nossas discussões sobre as juventudes rurais dos movimentos sociais camponeses. Entendemos que para compreender esses(as) jovens e o contexto desses movimentos precisamos buscar compreender o rural brasileiro, que é de onde partem esses(as) sujeitos. Assim, para iniciarmos as reflexões, trazemos as considerações do projeto "Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas", publicado em 2013, realizado em parceria entre o governo federal, movimentos sociais, gestores públicos, entidades privadas e diversos pesquisadores com o intuito de contribuir na ampliação do debate sobre os espaços rurais brasileiros (BEZZERA; BACELAR, 2013).

Esse trabalho se inicia fazendo um resgate do papel do contexto rural na história do desenvolvimento social econômico em diversos países, destacando que, principalmente após os anos 1970, predominaram duas concepções sobre o rural: que ele seria superado pela urbanização e desapareceria com o avanço do desenvolvimento econômico e a ideia de que ele persiste e renasceria (BEZZERA; BACELAR, 2013). Nos anos 2000, com a diversificação dos espaços rurais, os autores passam a observar o surgimento de uma nova ruralidade, impulsionando os debates sobre o tema em agendas internacionais, o que leva a necessidade da formulação de novas concepções e metodologias que percebam o rural para além da oposição com o urbano (BEZZERA; BACELAR, 2013). Além disso, o projeto busca fazer um apanhado das diversas tipologias desenvolvidas e utilizadas pelas agências multilaterais e organismos internacionais que influenciaram os debates no contexto europeu e latino-americano. Foi realizado também um estudo comparativo entre cinco países latino-americanos e três europeus com o objetivo de compreender como as discussões sobre ruralidade vêm ocorrendo globalmente, tornando possível identificar a presença de uma heterogeneidade em relação a diversos níveis (o comércio de commodities; o gerenciamento dos Estados sobre as políticas

agrárias; as fisionomias econômica, social e ambiental dos territórios) (BEZZERA; BACELAR, 2013).

Gostaríamos de destacar o trabalho dos autores Wanderley e Favareto (2013), que também compõe o projeto "Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas", com o intuito de aproximar-nos dos debates no âmbito brasileiro. Os autores se dedicam a apresentar uma visão extensa e aprofundada sobre os principais conceitos que permeiam o debate sobre o rural como ruralidade e territorialidade (WANDERLEY; FAVARETO, 2013). Para esses autores, o rural não se limita a visão economicista como território de produção agropecuária, mas sim como forma territorial da vida social, se mostrando independente do espaço urbano, além de se apresentar de maneira plural nos diferentes espaços rurais (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

Tradicionalmente no Brasil, o rural assume caráter periférico. Para Wanderley e Favareto (2013) isso implica que no país a relação entre o rural e o urbano se dê de forma diferente do que em outros países, sendo em sua maioria uma relação de dominância, onde o rural necessariamente seria eliminado pelas forças progressistas com sede no contexto urbano. Entretanto, longe de reforçar a dicotomia entre urbano e rural, os autores buscam afirmar a interdependência entre esses espaços, não sendo realidades isoladas e independentes uma das dinâmicas da outra (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

Ainda sobre a singularidade brasileira, os autores destacam que o rural não pode ser visto como uma categoria a-histórica, estando relacionado a trajetória da formação social do Brasil. Além disso, os autores buscam destacar a diversidade do rural brasileiro, seja em relação às formas predominantes de propriedade de terra, seja as diferentes organizações econômicas, sociais e culturais de cada território rural, o que demandaria um maior cuidado com as tipologias e políticas construídas de maneira generalizante. Outra característica destacada pelos autores é o vazio institucional na regulação territorial do rural brasileiro, o que explicita ainda mais o caráter periférico desse espaço na trajetória do desenvolvimento do país (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

Em relação a população que vive no contexto rural, os autores afirmam que frequentemente a elite latifundiária, ao longo da história do rural brasileiro, esteve em posição de poder, muitas vezes se confundindo com o próprio poder local, enquanto que os demais, principalmente a porção não proprietária de terras, foram ao longo tempo ignorados como sujeitos de direitos (WANDERLEY; FAVARETO, 2013). Ao encontro desse posicionamento,

em um estudo sobre o campesinato brasileiro, a autora Wanderley (2014) afirma que historicamente existe a tendência a se negar a contribuição dessa população do campo que não as elites, que a autora denomina como campesinato, para a história do campo no Brasil. Atualmente a imagem consolidada que se relaciona a agricultura no país está ligada às “grandes propriedades monocultoras, produzindo para os mercados internacionais, sobre a base de um moderno e sofisticado padrão tecnológico” (WANDERLEY, 2014, p. 26).

A definição da categoria campesinato é um objeto de discussão. Wanderley (2014) escolhe tratar a questão através da busca pela compreensão do lugar social o qual a população do campo que compõe o campesinato brasileiro ocupa. A autora busca compreender os percalços e os rumos que esses trabalhadores rurais percorreram e percorrem na história do campo brasileiro suas diferentes estratégias de vida e de luta que muitos adotaram e adotam até os dias de hoje; os desafios e os conflitos vividos pelas diferentes famílias do meio rural no Brasil. Uma categoria heterogênea e diversa, mas que tem como agregador o fato de viverem no contexto rural brasileiro como pequenos produtores agrícolas “vinculados a famílias e grupos sociais que se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, cujo eixos são construídos pelos laços familiares e de vizinhança”(WANDERLEY, 2014, p. 30). Essa é a definição que procuramos adotar ao nos referirmos a categoria “campesinato”.

A autora destaca como desde o início de sua história, que a distribuição e posse de terras no Brasil ocorreu em maioria de forma desigual e precária. Assim, as particularidades do campesinato brasileiro derivam das “estratégias de resistência camponesa ao modo como se estruturou a atividade agrícola no país, desde seus primórdios, sob o domínio dos grandes empreendimentos e de sua capacidade de criar espaços para uma outra agricultura, a de base familiar e comunitário” (WANDERLEY, 2014, p. 27).

O “sistema de posse” predominante no país desde após sua independência, perdurou por muito tempo no Brasil favorecendo a concentração de terras em poucos e grandes proprietários. Para conseguir mão de obra, eles disponibilizavam parte da terra para colonos e posseiros, que ganhavam o direito de usufruir da terra em troca de trabalho na grande propriedade. Essa relação era marcada pela ausência de vínculos ou garantias de continuidade, variando de lugar para lugar as condições em que essa troca ocorria, desde total dependência com o grande proprietário até uma certa liberdade para produzir na terra “emprestada” (WANDERLEY, 2014).

Na década de 1960, com a implementação da modernização da agricultura no Brasil e o estabelecimento do Estatuto do Trabalhador Rural, a autora Wanderley destaca duas consequências que a modernização trouxe à realidade do campo brasileiro:

[...] a subordinação da atividade agrícola às exigências dos setores dominantes da indústria e do capital financeiro [máquinas, equipamentos e insumos] e a ocupação das fronteiras agrícolas por grandes empresas, que se beneficiam de políticas públicas de incentivo a essa expansão [...] (WANDERLEY, 2014, p. 28).

Os grandes proprietários ao trocarem a maior parte da mão de obra por maquinários e se depararem com as novas exigências do Estatuto, passam a expulsar seus colonos e posseiros das pequenas propriedades em que vivem. Exceto nos casos em que é dado a esses pequenos proprietários a oportunidade de adquirir a terra que ocupava, a maioria dos trabalhadores rurais se vê obrigada a migrar para os centros urbanos, em sua maioria para as regiões periféricas e passarem a sazonalmente oferecerem sua mão de obra em épocas de colheitas, muitas vezes em regiões distantes das quais se estabeleceram. Para compreender o rural de hoje, as principais reivindicações dos movimentos sociais camponeses e as situações enfrentadas pela juventude na atualidade é preciso entender também como a história do campo moldou as dinâmicas sociais e econômicas presentes.

É nesse período, nas décadas de 1960 e 1970, que surgem no Brasil os movimentos de luta pela terra, ligados aos movimentos sindicais e as Ligas Camponesas. No período de redemocratização brasileira, com a emergência desses movimentos sociais há uma introdução no debate de propostas de novos modelos de agricultura. O autor Alfio Brandenburg também faz uma análise do meio rural brasileiro e suas lutas nesse período. Para Brandenburg (2005) as contestações aos efeitos da modernização, ou, como o autor a denomina, “revolução verde” no Brasil começam a partir da década de 70, quando começam a surgir questionamentos às políticas agrícolas subsidiadas pelo Estado.

Esses movimentos sociais passam a relacionar a questão ambiental à questão agrária, como o movimento de pequenos agricultores familiares atingidos por barragem, o movimento indígena e o movimento seringueiro. Começa a se contestar o modelo hegemônico de agricultura em prol de um novo modelo de agricultura alternativa. Brandenburg afirma que apenas nesse “momento que o ambiente natural se coloca como uma questão para a sociedade” a discussão sobre ambiente no meio rural começa a se fazer presente nas ciências humanas (BRANDENBURG, 2005, p. 4).

Em concordância com Wanderley (2014), essa dissertação se guia sobre a ideia de que esta discussão é uma discussão política. O campesinato, diante da modernização, busca se afirmar como também compatível com o desenvolvimento agrícola e com o avanço tecnológico, capaz de também melhorar sua produtividade e ocupar o espaço e as políticas que inicialmente apenas privilegiam as grandes propriedades (WANDERLEY, 2014, p. 30) .

Para pensar o campo teórico da temática rural, Brandenburg (2005) propõe uma divisão em duas principais correntes de pensamento e de teorias predominantes atualmente sobre a questão ambiental no campo no contexto da reorganização deste espaço diante da sociedade globalizada: uma corrente que aponta para o “desaparecimento de um rural agrícola”, com a agricultura rumando se tornar mais um braço da atividade industrial, sendo cada vez mais privilegiadas outras atividades que não ela; e uma segunda corrente que indica uma “reconstrução de uma ruralidade que resgata um mundo da vida rural articulado com valores urbanos” (BRANDENBURG, 2005, p. 7).

Como escolha teórica para o presente projeto, a corrente de pensamento que guiará as análises e reflexões a respeito do rural se aproxima da segunda proposta por Brandenburg (2005). Para esse autor a reconstrução da ruralidade no campo estaria baseada em dois universos: “o mundo da vida rural, expresso pelo cotidiano marcante das relações comunitárias no campo, e o sistema urbanizado, que através de relações de troca mediatiza valores universais com a sociedade” (BRANDENBURG, 2005, p. 8).

Essa ruralidade agrega novas formas de se produzir, diferentes saberes e outras atividades que passam a constituir também o cotidiano do campo. É nesse contexto que a questão ambiental também passa a fazer parte da construção dessa ruralidade e que também as teorias ambientais podem contribuir para sua compreensão. Brandenburg (2005) aponta a abordagem interdisciplinar como “uma das mais promissoras para a compreensão de um rural em cujo espaço ainda se desenvolve uma das atividades produtivas mais próximas da natureza: agricultura” (BRANDENBURG, 2005, p. 9). E é a partir dessa visão de um rural em constante relação com o urbano, um meio complexo, permeado por fatores sociais, históricos, econômicos e também ambientais diversos, onde muitas vezes a questão ambiental e a questão agrária se inter-relacionam, que buscamos compreender as pautas das juventudes associadas a temáticas ambientais elaboradas no contexto da organização política e de vida destas juventudes.

1.2.3. As questões socioambientais sob a perspectiva da Educação Ambiental

As discussões em torno das questões ambientais começam a despontar no século XX, primeiramente ligadas aos movimentos de contracultura no Hemisfério Norte por volta dos anos 1970. O surgimento da chamada “nova esquerda” e dos “novos movimentos sociais”, a partir das críticas que surgiam principalmente entre os(as) jovens norte-americanos e europeus às contradições da ordem vigente, aos valores consumistas e materialistas, vem como oposição ao paradigma ocidental moderno, industrial e científico, e em seu lugar o resgate de um “horizonte utópico uma vida livre das normalizações e repressões sociais e em harmonia com a natureza” (CARVALHO, 2017, p. 34).

Para Loureiro (2013) o que esse debate trouxe de novo foi à utilização da categoria ambiente enquanto estratégia central para se repensar o modelo de vida e a estrutura social de uma sociedade que pela primeira vez percebe o planeta em que vive como fonte limitada de bens naturais. O debate ambiental passa a ser politizado na medida em que traz a discussão sobre a natureza para o campo político, social e econômico (LOUREIRO, 2013).

O autor Enrique Leff (2015, p. 201) em sua construção teórico metodológica de Educação Ambiental considera necessária uma reorientação do processo de produção e aplicação do conhecimento, para superar o que ele define por “racionalidade econômica e tecnológica”. Essa racionalidade é marcada pela superexploração da natureza, por uma fragmentação das ciências e por processos poluidores (LEFF, 2015). Podemos observar essa racionalidade nos principais processos produtivos hegemônicos de nossa sociedade atualmente, entre eles a agricultura, permeada pela lógica do agronegócio, do excessivo uso de agrotóxicos, maquinários e transgenia. Racionalidade a qual os movimentos sociais camponeses afirmam fazer oposição.

Para Leff (2015, p. 202) a reorientação das atividades e a superação desta racionalidade implica a construção de uma “racionalidade ambiental”, fundamentada em uma racionalidade teórica e substantiva, incluindo valores da diversidade ética e cultural, e a prevalência do qualitativo sobre o quantitativo. Leff (2015) define o ambiente da seguinte forma:

[...] O ambiente é integrado por processos, tanto de ordem física como social, dominados e excluídos pela racionalidade econômica: a natureza superexplorada e a degradação ambiental socioambiental, a perda de diversidade biológica e cultural, a pobreza associada à destruição do patrimônio de recursos dos povos e à dissolução de suas identidades étnicas, a desigual distribuição dos custos ecológicos do crescimento

e a deterioração da qualidade de vida. Ao mesmo tempo, o ambiente surge como um novo potencial produtivo, resultado da articulação de processos de ordem natural e social [...]. (LEFF, 2015, p. 224).

São esses debates, tanto no âmbito social, quanto no âmbito acadêmico, que começam a mover as discussões sobre o meio ambiente e a forma que as sociedades vinham se relacionando com os bens naturais. Na década de 1970 se inicia uma série de encontros e conferências que buscam unificar e elevar o debate em um nível internacional, incluindo as discussões sobre a própria Educação Ambiental e seu papel frente à crise ecológica⁷. O intuito da maioria desses encontros foi consolidar as bases da Educação Ambiental e destacar a importância desse campo para o combate à crise ambiental. Porém alguns autores do próprio campo tecem críticas a esses eventos e conferências.

Loureiro (2013) afirma que a maioria das discussões ocorreram de forma superficial, sem a preocupação em se construir uma base epistemológica e filosófica, em um patamar de ideias onde não há condições de confronto, algo que acaba permitindo o uso de conceitos chaves segundo interesses específicos. O que faz consonância com o posicionamento de Layrargues (2020), para quem o legado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente no Rio de Janeiro em 1992 (Rio-92), com o pacto do desenvolvimento sustentável no primeiro quarto de século a partir de 1992, foi mais discurso do que prática e não surtiu o efeito desejado da transição ecológica⁸.

Partimos aqui do pressuposto que a Educação Ambiental constitui um campo acadêmico por si só, com particularidades que o tornaram independente do campo ambiental e do campo educacional. Assim como outros autores do campo nos fundamentamos na noção de Campo Social de Bourdieu, há um conjunto diverso de atores sociais e instituições que, apesar de possuírem concepções e propostas políticas, pedagógicas e epistemológicas distintas, se guiam por um cerne de valores e normas em comum que compõe o campo da Educação Ambiental (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

⁷ Para mais informações sobre as conferências que marcaram os debates sobre Educação Ambiental nas últimas décadas ver Carvalho (2017).

⁸ Enquanto a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente no Rio de Janeiro em 1992 (Rio-92) ocorria, em paralelo a ela também acontecia a Jornada Internacional de Educação Ambiental (1992), a qual contou com a participação dos movimentos sociais e outros setores da sociedade civil que não se sentiam representados pelas discussões promovidas pela Conferência da ONU. A Jornada teve como principal produto o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que reconhece o valor central da educação na formação de valores e ação social. O Tratado também afirma que a “educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas” (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>).

Há uma disputa de hegemonia entre esses diferentes atores sociais e suas interpretações da realidade. Dentro do campo as múltiplas tendências oscilam, de maneira plural, entre dois polos representados de um lado pela conservação e de outro pela transformação das relações socioambientais. A partir das dinâmicas dos grupos nesse eixo que se torna possível a análise das macrotendências. Assim, “a noção de Campo Social agrega à análise da Educação Ambiental as ideias de pluralidade, diversidade e de disputa pela definição legítima deste universo e pelo direito de orientar os rumos de sua práxis” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 25).

Historicamente, é a partir dos anos 90 que o perfil da Educação Ambiental começa a se diversificar quando os debates sobre a dimensão social do ambiente ganham espaço onde antes predominava o conservacionismo. O discurso conservacionista, ao abordar de uma maneira natural e técnica a questão ambiental teve fácil adesão pelos setores governamental e econômico por não colocar em questão a ordem social existente. Porém, ao incorporar o pensamento de Paulo Freire, os princípios da Educação Popular, da Teoria Crítica, da Ecologia Política e demais linhas de pensamentos que afirmam a necessidade de se pensar junto a questão ambiental a compreensão dos mecanismos de reprodução social, a Educação Ambiental ganha uma nova identidade “alternativa” (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Por influência internacional, ao longo dos anos 90, o discurso de responsabilidade individual sobre os impactos no meio ambiente e a lógica do “cada um faz a sua parte” como meio para a resolução da crise ambiental passam a estimular um foco maior à mudança comportamental. Isso gera um impulso à linha pragmática que passa a ser aderida por boa parte dos educadores ambientais.

Com base nesse desenvolvimento histórico dentro do campo da Educação Ambiental e assumindo os riscos de serem imparciais e incompletos, que Layrargues e Lima (2014) propõe a existência de três macrotendências como modelos político-pedagógicos para a Educação Ambiental: conservacionista, pragmática e crítica⁹. Levando sempre em consideração que cada uma dessas macrotendências engloba diversas possibilidades de posições a respeito da crise

⁹ No trabalho de Layrargues e Lima (2014) intitulado “As macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira”, os autores reconhecem as limitações que implica a tipificação de uma realidade complexa ao possivelmente retirar dela o dinamismo. Porém, em concordância com eles, entendemos que diferenciar e compreender linhas de pensamentos distintas - mas que muitas vezes são tratadas como iguais dentro da Educação Ambiental - é uma vantagem analítica, permitindo-nos aprofundar nas reflexões sobre o campo. Além disso, sob a perspectiva política, essa diferenciação entre as correntes político-pedagógicas da Educação Ambiental nos possibilita explicitar os interesses, as motivações e os valores que conduzem suas bases teóricas e práticas.

socioambiental, suas causas e consequências, além de possuírem em seus espectros uma diversidade de metodologias e abordagens teóricas, e que consequentemente irão se aproximam mais ou menos dos tipos ideais propostos.

A macrotendência conservacionista engloba correntes que valorizam a dimensão do cuidado em relação ao meio ambiente, focando na mudança comportamental individual das práticas relacionadas ao meio ambiente, em atividades de sensopercepção ao ar livre, Alfabetização Ecológica e outras práticas que possuem como base o conservacionismo e comportamentalismo (LAYRARGUES; LIMA, 2014). Suas linhas de pensamento estão distantes das dinâmicas sociais e políticas, logo possuem um alcance bastante limitado nos diálogos com as lutas pela transformação social e nos debates envolvendo conflitos socioambientais. Por não questionarem as estruturas sociais e políticas, indicam apenas mudanças culturais, representando uma posição conservadora da Educação Ambiental.

Já a macrotendência pragmática surge em meio a hegemonia neoliberal que se institui mundialmente desde dos anos 80 e chega ao Brasil efetivamente com o governo Collor de Mello nos anos 90. Nesse cenário onde a lógica do mercado predomina, o consumo é a máxima e a produção crescentes de resíduos sólidos começa a representar uma preocupação, a busca por soluções que conciliam o progresso econômico e a questão ambiental resulta na adoção de práticas como certificações, a noção de responsabilidade socioambiental, mecanismos de desenvolvimento limpo e ecoeficiência produtiva, consumo verde, apostando na revolução tecnológica como saída para o desenvolvimento. Essa é a tendência que envolve as correntes da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável.

A macrotendência crítica é o espectro do campo da Educação Ambiental que a nossa pesquisa está localizada. Esta macrotendência reúne correntes como a Educação Ambiental Popular, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental. Partindo da análise dos mecanismos de acumulação capitalista e de dominação humana, a Educação Ambiental Crítica busca o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental (LAYRARGUES; LIMA, 2014). A redemocratização do Estado brasileiro; o surgimento de novos movimentos sociais incluindo novas demandas como as ambientais; o ambiente da Conferência do Rio em 1992; além do “amadurecimento de uma consciência e de uma cultura socioambiental que articulava o desenvolvimento e o meio ambiente, os saberes disciplinares e as lutas de militâncias ecológicas e sociais” são todos fatores do contexto histórico brasileiro

apontados por Layrargues & Lima (2014, p. 33) como favoráveis ao surgimento do pensamento crítico dentro da Educação Ambiental no Brasil.

Essa perspectiva vem tratar de uma urgente transformação social que visa a superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza. Loureiro (2019), em suas reflexões sobre a Educação Ambiental Crítica, também aponta a importância de, para além de apontar os problemas ambientais, problematizá-los com o intuito de compreender suas dinâmicas causais e os atores sociais que o vivenciam. De acordo com Loureiro (2015, p. 173):

[...] tomar tal posicionamento como pressuposto exige de um educador ambiental clareza do que se apresenta como determinante, do que é estratégico e do que é finalidade, do que é conjunturalmente possível fazer e do que é um horizonte que se busca. Exige uma postura teórico-prática de recusa ou no mínimo de dúvida quanto às soluções simplificadas.

Como afirma Loureiro (2008), acreditamos que nos diferentes processos que ocorrem em sociedade ligados à nossa condição de ser social é onde está a educação. Para além de acumulação de conhecimento, o processo educativo se encontra na realidade das relações sociais e na consciência sobre ela, fazendo da educação uma “prática social dialógica intencional” (LOUREIRO, 2008, p. 190). Logo, ao compreender as particularidades sociais ligadas a classes, etnia, gênero, família, comunidade, grupos sociais etc., se faz possível compreender as dinâmicas das relações sociais no contexto ambiental. Daí, como aponta Loureiro (2008), pensar a Educação Ambiental no contexto dos movimentos sociais demanda pensar as variadas dinâmicas contraditórias que os atores sociais vivenciam concretamente em suas realidades, como os conflitos socioambientais, as consequências dos usos e apropriações da natureza, as disputas políticas e institucionais, as mobilizações etc. (LOUREIRO, 2008).

Alguns dos conceitos-chaves da corrente crítica são Cidadania, Democracia, Participação, Emancipação, Conflito, Justiça Ambiental e Transformação Social, estando presentes nessa macrotendência uma forte natureza sociológica e política. Além disso, a Educação Ambiental Crítica se associa ao pensamento complexo quando ao tratar da questão ambiental não espera encontrar respostas em soluções reducionista, buscando ressignificar as falsas dualidades do paradigma cartesiano. O que inclui, além da dualidade sociedade e natureza, a dualidade entre indivíduo e sociedade. Assim, como afirmam Layrargues e Lima (2014, p. 33), “as dimensões política e social da educação e da vida humana são fundamentais para a sua compreensão, mas elas não existem separadas da existência dos indivíduos, de seus valores, crenças e subjetividades”.

Ao nos propor a analisar as pautas socioambientais que fazem parte da militância das juventudes rurais dos movimentos sociais, nossa escolha foi em ter como o principal ponto de análise as falas dessas juventudes. Além das pautas de seus coletivos e secretarias dentro de seus movimentos, nos interessa ouvir o que esses(as) jovens têm expressado sobre a temática socioambiental. Além de buscar compreender como se organizam estruturalmente em seus movimentos e seus territórios, fazemos o esforço de também ouvir como se posicionam sobre essas questões ligadas ao meio ambiente. Como atores políticos, como bem descreve Castro (2009), os debates ambientais estariam presentes em suas falas e posicionamentos?

Para nos auxiliar nesse caminho analítico, trazemos a definição de “sujeito ecológico” da autora Carvalho (2005) como ponto de partida, ao mesmo tempo em que buscamos superá-la, como propõe o autor Layrargues (2020), rumo a ideia de um “sujeito ecopolítico”, pautado na construção de um enfrentamento político, na cobrança por compromisso e responsabilidade ambiental da esfera política e econômica. Para Layrargues (2020), o conceito de “sujeito ecológico” foi cunhado em um contexto em que as conquistas no âmbito ambiental estavam crescendo junto ao Estado, ao longo dos últimos governos progressistas, com o processo de institucionalização da Educação Ambiental e de ganhos de políticas públicas voltadas à questão ambiental¹⁰.

Os tempos agora, quinze anos depois, são outros. Mais do que nunca a superação da crise ambiental não se resume a uma questão ética e moral, mas também a uma questão política e econômica, assim “não basta formar sujeitos ecologicamente conscientes se eles também não forem politicamente atuantes” (LAYRARGUES, 2020, p. 62). A partir dessa visão, o autor vem trazer a crítica ao campo da Educação Ambiental brasileira e seu alinhamento aos preceitos da sociedade capitalista. Segundo o autor “salvo em poucos espaços entrincheirados da perspectiva Crítica da Educação Ambiental numa fração do setor acadêmico e dos movimentos sociais” a Educação Ambiental vem naturalizando o capitalismo e deixando de

¹⁰ Durante a abertura democrática em 1988, na promulgação da Constituição Brasileira, a Educação Ambiental é incluída como direito de todos e dever do Estado no capítulo referente ao meio ambiente. No ano de 1989 é criado o Fundo Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 7.797/89) com o objetivo de fornecer apoio aos projetos em Educação Ambiental. Com a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 1992 passaram a existir no Ibama os Núcleos de Educação Ambiental em parceria com o Ministério da Educação (MEC). Ainda fruto da parceria entre MMA e MEC, além de outros ministérios, nasce o Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronema). Em 1999 é aprovada a Política Nacional de Educação Ambiental pela Lei nº 9.795. É criada também a Coordenação Geral de Educação Ambiental no MEC e a Diretoria de Educação Ambiental no MMA. A Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99) é regulamentada pelo Decreto nº 4.281 em 2002. No ano seguinte MEC e MMA se reúnem para criar o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Na lei que trata da criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (Lei nº. 11.516/2007), a temática da Educação Ambiental também foi incluída.

lado a luta de classe de sua perspectiva pedagógica, propondo ações diante da ignorância, mas não da ganância (LAYRARGUES, 2020, p. 69).

Esse ocultamento torna invisível o racismo, o conflito e a desigualdade socioambiental, fenômenos que evidenciaram a dimensão conflituosa intrínseca da sociedade capitalista. Torna invisível as lutas populares de resistência dos movimentos sociais, contribuindo assim com o fictício apaziguamento social, e é negada a compreensão da lógica da degradação ambiental ser atravessada pela luta de classes, determinada pelo capitalismo (LAYRARGUES, 2020, p. 70). É desse lugar, de tornar visível as lutas populares, a partir da perspectiva das juventudes rurais que se encontra nos espaços dos movimentos sociais, que buscaremos explicitar os conflitos e as desigualdades sociais e ambientais. Levando nossos olhares as denúncias e lutas desses atores, em consonância com o posicionamento de Layrargues (2020), na busca por fazer da Educação Ambiental um caminho de questionamento e esclarecimento diante do atual cenário político brasileiro.

1.3. As juventudes rurais em perspectiva

Buscamos neste item elaborar um estado da arte que relaciona a temática das juventudes rurais com as questões socioambientais, compreender como esses temas vêm sendo tratados pela literatura científica nos últimos anos e quais os principais focos de investigação. O objetivo de traçar esse estado da arte é compreender como as pesquisas recentes têm entendido o que é ser jovem, como isso se relaciona (ou não) às temáticas socioambientais e de onde as nossas investigações neste presente trabalho partem na colaboração com o que vem sendo produzido. Realizamos esse levantamento em dois momentos: primeiro no dia 17/09/2019, antes da qualificação do projeto da dissertação; e também no dia 14/04/2021, para atualizar com novas e recentes produções sobre o tema. Fizemos uma pesquisa no banco de dados de publicações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e em algumas revistas sobre os dois principais eixos (educação ambiental e juventude): Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (REMEA), Ambiente e Educação, Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Niñez e Juventudes, Revista de Extensão e Estudos Rurais (REVER). Nelas buscamos as seguintes palavras chaves: “juventude”, “rural”, “juventude rural”, “educação” e “educação ambiental”.

Primeiro trazemos alguns trabalhos que se debruçam sobre as principais abordagens de estudo sobre os(as) jovens do campo, além de fazerem apontamentos sobre alguns fatores que influenciam em seus percursos e escolhas de vida. Há também alguns trabalhos que contextualizam a questão da juventude rural pela América Latina. Por fim, discutimos uma série de trabalhos que relacionam os conflitos socioambientais, juventude rural e educação que, por tratarem diretamente da questão ambiental, se aproximam de nossa investigação.

A categoria “juventude” é considerada por muitos autores como a marca de um momento de transição e imprecisão do sujeito, um termo que possui denominações e conceitos plurais e muitas vezes contrastantes. Ao se tratar das juventudes rurais é preciso ainda considerar fatores específicos e complexos como o êxodo rural. O artigo “Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil” de Troian e Breitenbach (2018) divide em cinco as principais abordagens utilizadas para se definir a “juventude” em alguns estudos sobre as juventudes rurais no Brasil. A “juventude” como faixa etária, seguindo critérios normativos ou padrões estabelecidos por organismos internacionais. No caso do Brasil é considerado jovem quem possui de 15 a 29 anos. A “juventude” como período de transição, estado que se inicia na puberdade e possui um término incerto, marcado pela entrada na vida social plena. Já como geração, a “juventude” é associada a potencial de mudança, criação e invenção. Nessa abordagem ela aparece situada no processo social paralela à circunstância de classe. A “juventude” como cultura ou modo de vida é a abordagem que trata dos(as) jovens como expressão da cultura de massas, tendo a mídia um papel importante na construção da identidade da juventude. E por fim, a “juventude” como representação social e em meio a um conjunto de relações sociais específicas.

Este trabalho exemplifica a diversidade de abordagens sobre as juventudes rurais e aponta a complexidade do tema no Brasil. As autoras Troian e Breitenbach (2018) também indicam em seu estudo alguns fatores identificados como estimulantes para a permanência dos(as) jovens na agricultura. Entre eles estão: a presença de instituições técnicas voltadas para promoção da extensão rural, as cooperativas de agricultores atuando como fornecedoras de créditos, atividades voltadas para o lazer, tecnologia e modernização do campo, políticas voltadas para a juventude e não limitadas somente à agricultura, mas também à educação.

As autoras Boessio e Doula (2016) realizaram uma investigação sobre esses fatores que podem influenciar a permanência dos(as) jovens no meio rural da cidade de Patrocínio, Minas Gerais (MG). Elas investigam sobre a influência de uma cooperativa agropecuária e da família

no processo de formação de opinião e transformação de sua realidade (BOESSIO; DOULA, 2016). As autoras destacam que as cooperativas podem ser organizações facilitadoras na participação dos pequenos produtores na tomada de decisões e apoiá-los na obtenção de direitos de uso da terra. Os(as) jovens da região também possuem um acesso considerável à formação e capacitação. Em Patrocínio/MG existem diversos cursos técnicos e superiores voltados ao setor agropecuário, porém o estímulo apontado como mais significativo pelos(as) jovens para permanecer no campo foi o estímulo familiar (BOESSIO; DOULA, 2016). Os(as) jovens do estudo demonstraram sentimentos de pertencimento familiar e ligação com a terra, mas não deixam de almejar tecnologia e conforto como forma de valorização do meio rural e as profissões ligadas a ele (BOESSIO; DOULA, 2016).

A autora Troian, já citada aqui, juntamente com Dalcin, Oliveira e Troian, compartilham alguns dados sobre a juventude rural do município de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, em um artigo intitulado “Jovens e a tomada de decisão entre permanecer ou sair do meio rural: um estudo de caso”, publicado em 2011. Os autores apontam que os(as) jovens que decidem ficar possuem estrutura para isso, possuem acesso a terra, a capital e a instalações nas propriedades, são esses que pretendem dar continuidade a vida no campo e nas atividades de suas famílias (TROIAN et al., 2011). Em consonância com o estudo de Boessio e Doula (2016) em Patrocínio/MG, aqui as famílias também aparecem como importantes influenciadores na tomada de decisões dos(as) jovens. Esses estudos demonstram como algumas instituições, como a cooperativa e a família, podem influenciar na construção dos projetos de vida dos(as) jovens do campo. Acreditamos que o mesmo se dá com os espaços dos movimentos sociais e pretendemos demonstrar isso em nossas análises.

Para Troian e autores (2011), o mundo rural da atualidade não é formado por uma massa coesa, ele sofreu transformações de visões de mundo, estilos de vida, formas de trabalho e no âmbito das tomadas de decisões. Esses autores consideram que há uma problemática envolvendo as juventudes e a permanência do campo, devido a uma desvalorização do rural e uma busca pelo urbano como caminho para novas oportunidades profissionais e pessoais (TROIAN et al., 2011, p. 351). Outros resultados interessantes dizem sobre as interações sociais desses(as) jovens. Dos entrevistados, 59% participavam de algum tipo de associação sociocultural relacionada aos grupos de jovens e à igreja, sendo a principal forma de interação com a comunidade através dos grupos religiosos (TROIAN et al., 2011).

Em resumo, Troian e autores (2011), sublinham quatro principais fatores que influenciam a tomada de decisão dos(as) jovens rurais entre sair ou ficar no campo: as relações familiares, a opção religiosa, as questões de gênero e as políticas públicas. Esses fatores atuam:

[...] [condicionando] o comportamento dos atores, instituindo novas visões de mundo, gerando oportunidades de reprodução social e subsidiando as escolhas individuais. Associada aos fatores supracitados está a figura paternalista, muito presente no meio rural, que pode gerar, conseqüentemente, a falta de autonomia dos jovens. Esta figura se torna um coeficiente de influência na opção de saída do jovem do meio rural em busca de mais liberdade para gerir sua vida, em especial, sua renda. (TROIAN et al., 2011, p. 340)

Sobre as políticas de desenvolvimento rural, os autores destacam que dada a diversidade de atividades que os(as) jovens rurais desenvolvem hoje em dia, é preciso que essas políticas não se limitem à agricultura, aumentando assim as chances de realização profissional e pessoal desses indivíduos (TROIAN et al., 2011, p. 356). Assim, se tornam importantes estudos que, para além da relação com a produção agrícola, abordam também a relação com a produção não-agrícola, as relações sociais, as oportunidades de lazer e de educação, nuances que buscamos também analisar em nossas investigações.

No debate sobre o êxodo rural, o dito “ficar ou sair” do campo, como exposto anteriormente, os fatores que envolvem essa problemática são perceptivelmente diversos. Como pontuam Kummer e Colognese:

[...] [São eles:] os processos de saída, isto é, os mecanismos de inserção em atividades urbanas; o envelhecimento da população rural; a saída recorrente “das jovens” e a conseqüente masculinização da população do campo; a probabilidade de uma situação de celibato entre os jovens do sexo masculino; os problemas de acesso à educação no campo; característica urbana das escolas do campo; as demandas por atividades de lazer demandas por acesso à informação (internet); demandas por acesso à renda; os processos de sucessão; os conflitos familiares e as estratégias de permanência lançadas por uma parcela desses sujeitos. (KUMMER; COLOGNESE, 2013, p. 211)

No âmbito América Latina também podemos encontrar alguns estudos que se debruçam sobre as questões das juventudes rurais latinas. Seleccionamos alguns desses artigos como meio de contextualizar de maneira mais abrangente geograficamente as juventudes rurais e suas particularidades. Os autores González-Fuente, Quintanal e Flores (2018) buscam compreender, em seu artigo “Jóvenes rurales y empleo en Tlaxcala, México: trayectorias inciertas”, porque uma significativa quantidade de jovens rurais em Tlaxcala, no México, escolhem trabalhos com condições precárias. Eles elencam três principais fatores para que isso que ocorra: transmissão e aprendizado pela família através da socialização, incentivo da comunidade e de quem oferece os trabalhos e a própria disposição do mercado, que levam os(as) jovens a aceitar como

legítimas as condições precárias pela necessidade de ganhar dinheiro e a vontade de alcançar a “liberdade” pelo emprego (GONZÁLEZ-FUENTE; QUINTANAL; FLORES, 2018).

O trabalho “Evaluación de un programa de educación ambiental desde la voz del alumnado” dos autores Prosser-Bravo, Pérez-Tello, Pérez-Lienqueo e Prosser-González (2020) trata de uma avaliação de um programa escolar de Educação Ambiental implementado em 51 estabelecimentos escolares no sul do Chile. Os autores utilizaram principalmente como metodologia de avaliação assembleias participativas com 150 crianças e adolescentes na faixa de 6 a 14 anos que participaram deste programa, objetivando criar possibilidades para que eles se tornassem protagonistas das elaborações de futuras versões destes programas (PROSSER-BRAVO et al., 2020). Este trabalho destaca a importância de se ouvir as vozes dos estudantes para a construção de projetos e práticas de Educação Ambiental, apontando-os através de seus resultados de pesquisa como sujeitos ativos na identificação das problemáticas ambientais (PROSSER-BRAVO et al., 2020). Mesmo tratando-se de crianças e adolescentes, esse estudo contribui para a desmistificação da ideia de que a pouca idade significa pouca percepção e pouca ciência a respeito das questões ambientais.

No artigo intitulado “Dilema de la juventud en territorios rurales de Colombia: ¿campo o ciudad?” os autores Jurado e Tobasura (2012) compartilham alguns dos resultados de um projeto de pesquisa chamado “Experiencias alternativas de acción política con participación de jóvenes”, que busca compreender as transições demográficas, migratórias e produtivas contribuem para a construção de identidades juvenis e seus projetos de vida, em contextos rurais do dito “Eje Cafetero”, uma região de alta produção cafeeira na Colômbia. Os autores afirmam que nos últimos anos a idade média da população tem aumentado nas zonas rurais colombianas como consequência da migração dos(as) jovens mais preparados, o que vem afetando o setor produtivo (JURADO; TOBASURA, 2012), evento este que também podemos observar no contexto brasileiro, como demonstraremos mais adiante.

Os autores descrevem o que chamam de “tensão” em que vivem os(as) jovens do meio rural: o desejo de permanecer no campo e a atração por uma vida urbana, sempre valorizada pelos meios de comunicação, mercado, educação etc. (JURADO; TOBASURA, 2012, p. 67). Os(as) jovens que participaram do estudo encaram a migração como uma alternativa, porém acreditam na valorização do campo como fundamental para o desenvolvimento da Colômbia, algo que não veem acontecendo na realidade (JURADO; TOBASURA, 2012). Assim como os autores, acreditamos que jovens que se identificam com sua localidade e que encontram meios

de permanecer nela estão menos propícios a migrar. Assim concordamos com Jurado e Tobasura (2012) quando afirmam que:

[...] los espacios rurales reclaman nuevas miradas sobre los jóvenes y las jóvenes del campo, centradas en su potencial para la transformación productiva, en su apertura a la innovación y en su capacidad para enfrentar las nuevas posibilidades y los desafíos de la vida moderna (JURADO; TOBASURA, 2012, p. 66).

Os autores Sili, Fachelli e Meiller (2016), em seu artigo sobre a juventude rural argentina “Juventud Rural: factores que influyen en el desarrollo de la actividad agropecuaria: reflexiones sobre el caso argentino”, apontam como relevantes para o aumento da probabilidade dos(as) jovens seguirem desenvolvendo uma atividade agropecuária fatores que os autores chamam “socioambientais”. Segundo os autores esses fatores se relacionam a condições territoriais (possibilidade de viver no campo) e produtivos (influência familiar e recursos para desenvolver a agropecuária) (SILI; FACHELLI; MEILLER, 2016). Em seu estudo os autores apontam que os fatores sociais e culturais podem ter um maior impacto na trajetória de vida dos(as) jovens do que os fatores estruturais, como acesso à terra, por exemplo (SILI; FACHELLI; MEILLER, 2016). Eles também afirmam que a questão de gênero também se torna importante para entender o processo de exclusão da mulher no campo.

No trabalho “A percepção de gênero e ambiente das (os) estudantes da comunidade quilombola de Mata Cavalos”, das autoras Santos, Silva e Sato (2015) buscaram compreender como os(as) jovens estudantes do Ensino Médio da Comunidade Negra Rural Quilombo da Mata Cavalo no Mato Grosso percebem as questões de gênero e ambiente, utilizando a Educação Ambiental como caminho metodológico. Este trabalho reflete a diversidade de juventudes que podemos encontrar no meio rural, cada qual com suas especificidades histórico-sociais e culturais. As autoras reforçam a importância da compreensão das relações de gênero e étnico-raciais para a visibilidade deste grupo social do qual fala sua pesquisa (SANTOS; SILVA; SATO, 2015). Os(as) jovens entrevistados(as) apontam a educação como um caminho para a independência financeira. Por fim as autoras destacam que através da fala dessa juventude rural as questões de gênero e ambiente não se encontraram de forma separadas, sendo a Educação Ambiental uma lente capaz de compreender esses fatores de maneira integrada (SANTOS; SILVA; SATO, 2015). Aqui temos um exemplo de como a Educação Ambiental pode contribuir para os estudos acerca da juventude rural, caminho que também iremos percorrer em nossa investigação.

A autora Doula, já citada anteriormente, juntamente com os autores Ribeiro, Vieira, Andrade e Lopes (2019), a partir de uma pesquisa com jovens universitários no município de Viçosa/MG, levantam discussões sobre a mobilidade da juventude rural mineira em um artigo intitulado “‘Estuda, porque na vida de agricultor não aparecem oportunidades’ – Educação e mobilidade socioespacial de jovens rurais em Minas Gerais”. Os autores afirmam que “deslocar-se” representa um “dato cultural” das famílias rurais nessa região mineira, a Zona da Mata, à qual pertence Viçosa (DOULA et al., 2019, p. 9).

No caso deste estudo, a principal motivação dos(as) jovens universitários em se locomover para o urbano foi a busca por educação superior. Eles apontam que a maior parte dos empregos no território rural não exigem grandes níveis educacionais, além da inserção precoce nas atividades agrícolas da família constituem em um fator dificultador para o avanço dos estudos (DOULA et al., 2019). Utilizando-se dos conceitos de “capital de mobilidade”, inspirado no habitus de Pierre Bourdieu, e de “projeto de vida”, como descreve Gilberto Velho, os autores constatarem que as trajetórias da juventude rural atual não se divergem das trajetórias do passado (DOULA et al., 2019, p. 10-13). Porém não em um sentido de repetição, como um destino determinado, mas sim no sentido de agregar novas estratégias que possam aumentar as chances na busca por melhores oportunidades. Na decisão sobre ficar ou sair, a perspectiva de melhorar o padrão de vida pode até incluir a migração, porém nem sempre permanente, decisão na qual além das condições socioeconômicas das famílias, pesam também o sentimento de compromisso com o trabalho familiar e com a comunidade (DOULA et al., 2019).

Os autores afirmam que a educação é considerada por jovens e suas famílias como “esperança de se romper a transmissão intergeracional da pobreza e marginalização” (DOULA et al., 2019, p. 5). Porém, nesse processo, o acesso à educação de nível superior acaba significando também a migração dos filhos e, em algumas vezes, da família toda rumo à cidade. Doula e autores (2019) apontam o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), como o início da “interiorização” do ensino superior, gerando uma aproximação da realidade do ensino superior para regiões rurais mais distantes dos centros urbanos.

Na revista *Ambiente & Educação*, no artigo “As repercussões da Educação Ambiental numa escola do campo” dos autores Bicalho e Jadejiski (2020) buscam investigar sobre como o trabalho com as questões ambientais através de temas geradores têm impactado a percepção dos educadores e dos(as) jovens do ensino médio do Centro Estadual Integrado de Educação

Rural de Água Branca (CEIER-AB) no estado do Espírito Santo. No trabalho os autores destacam como a Educação Ambiental, a Educação do Campo e a Agroecologia são campos que possuem relações estreitas, e que foi possível perceber o reflexo do trabalho dessas abordagens em conjunto nas falas e nas práticas agropecuárias dos educandos e educandas entrevistados do CEIER-AB onde se desenvolveu a pesquisa (BICALHO; JADEJISKI, 2020).

Os pesquisadores apontam que há uma certa autonomia entre esses(as) jovens dentro das propriedades de suas famílias, porém ainda há uma certa insegurança diante das alternativas sustentáveis das quais eles possuem conhecimento pois ainda assim predomina uma visão mercadológica da produção, existindo o receio de que essas alternativas não funcionem em grande escala (BICALHO; JADEJISKI, 2020). Esse trabalho nos permite perceber como a Educação Ambiental apreendida no espaço escolar confronta muitas vezes aquela apreendida na sociabilização desses(as) jovens.

No trabalho “O jovem do campo e as múltiplas condições juvenis no ambiente escolar” a autora Menezes (2021) realiza uma análise sobre as vivências de jovens do ensino médio vindos do meio rural em uma escola no meio urbano do município de Trindade, Goiás (GO). Para a autora “pensar o jovem do campo no ambiente escolar é fulcral para desconstruir a imagem de que o jovem do campo não necessita, ou não se interessa pelo aprofundamento nos estudos” (MENEZES, 2021, p. 167). Em sua investigação, a maioria dos(as) jovens entrevistados demonstravam a intenção de através dos estudos conseguir seus lugares do mercado de trabalho como forma de auxiliar suas famílias, porém nem sempre de forma relacionada às atividades do campo.

No cotidiano escolar, a pesquisadora observou que os(as) jovens vindos do meio rural se encontravam integrados à rotina, aos costumes e às normas do colégio. Porém, ao serem questionados individualmente eles demonstraram estranhar algumas das dinâmicas de construção de laços de amizade entre os(as) jovens do meio urbano, as caracterizando como mais efêmeras que as construídas entre a própria juventude rural (MENEZES, 2021). Apesar de o espaço escolar ter sido identificado como um importante espaço de sociabilização para esses(as) jovens do campo, é no grupo familiar e no grupo religioso que os sujeitos da pesquisa ainda se sentem mais pertencentes.

No artigo “Educação do campo e Agroecologia como suporte à construção da autonomia e emancipação de jovens rurais: o caso da Escola Família Agrícola da Região Sul” os autores Machado, Mota e Peter (2021) discutem sobre o processo de construção dos projetos de vida e

estratégias adotadas pela juventude diante dos conflitos relacionados ao acesso à terra, o modelo vigente de agricultura, a falta de autonomia, entre outros, no contexto da Escola Família Agrícola da Região Sul (Efasul). A proposta de ensino da Efasul está baseada em três principais pilares: a Educação do Campo, a Pedagogia da Alternância e a Agroecologia. Ela se encontra localizada no município de Canguçu, no extremo sul do Rio Grande do Sul e recebe estudantes de toda essa região.

Podemos perceber até aqui que as principais temáticas associadas às juventudes rurais giram em torno do debate da permanência desses(as) jovens no campo e os meios que favorecem ou não que isso ocorra. Há uma mudança no foco antes predominante acerca do êxodo rural. Mesmo que parte dessas juventudes ainda estejam saindo do campo, agora também se percebe movimentos de permanência e de migração de retorno (CASTRO, 2016). Há também um destaque para a relação dessas juventudes com a educação, o que pode se explicar pelo fato de que nessa fase da vida o principal local que esses sujeitos ocupam é a escola. Mas também pode significar que o olhar sobre essas juventudes ainda as enxergam como seres em formação. Mesmo procurando restringir nossas buscas às relações com os debates socioambientais, as temáticas encontradas foram diversas. Porém, houve um aspecto de análise que se repetiu em diversos trabalhos sobre as juventudes rurais: a relação dessas juventudes com os conflitos socioambientais existentes em seus territórios.

1.3.1. As juventudes rurais e os conflitos socioambientais no Brasil

Em relação aos conflitos socioambientais vivenciados pelas juventudes rurais no Brasil em seus cotidianos e territórios há alguns trabalhos que ensaiam ou apresentam resultados parciais ou considerações finais em relação a essa perspectiva e dimensão da realidade. Para iniciar a discussão acerca destes trabalhos há o trabalho intitulado “O engajamento de juventudes na gestão das águas: desafios e perspectivas na bacia hidrográfica do rio Capibaribe”, dos autores Falcão, Moura & Holanda (2020) tem como objetivo debater a participação de jovens na gestão hídrica. A partir de entrevistas no Encontro de Juventudes do Capibaribe (ENJUCA), os autores buscam entender como ocorre o engajamento destas/destes jovens com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Capibaribe no estado de Pernambuco (FALCÃO; MOURA; HOLANDA, 2020). Eles afirmam haver uma diversidade de jovens

atuando na proteção ambiental da bacia e que também possuíam conhecimento sobre o espaço do Comitê, apesar de a maioria não atuar nele. Os autores apontam a importância desse espaço como um instrumento para o Desenvolvimento Sustentável, como parte da Agenda Mundial 2030 das Nações Unidas (FALCÃO; MOURA; HOLANDA, 2020), apesar de não haver menção à Educação Ambiental. Neste trabalho podemos perceber as juventudes como atores sociais, participando ou buscando participação, nos processos das arenas sociais relacionadas às questões socioambientais.

No artigo “Apontamentos sobre o mapeamento dos conflitos socioambientais no Brasil relacionados com a juventude rural”, os autores procuram relacionar os diversos conflitos socioambientais, ligados à luta pela terra, mineração, água, avanço do agronegócio, uso de agrotóxicos, entre outros às juventudes rurais ligadas a grupos organizados dos movimentos sociais atuantes principalmente no meio rural brasileiro. Através dos dados sobre conflitos ambientais coletados na plataforma EJAtlas e dos dados censitários coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 e as estimativas do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), foi possível relacionar por regiões e localidades o número de jovens rurais presentes nas áreas de conflitos (BARCELLOS et al., 2021). Este trabalho é um ponto chave deste estado da arte por lançar um panorama geral sobre juventude rural brasileira e os conflitos socioambientais no Brasil, temática que tem se tornado bastante presente nas análises sobre os(as) jovens do meio rural e a questão ambiental.

Além do levantamento dos dados, os autores apresentam uma revisão teórica sobre as diferentes abordagens e perspectivas sobre as questões da juventude rural na literatura, incluindo como ela se organiza e como ela reivindica as pautas socioambientais. Eles afirmam que os(as) jovens no campo acabam por ser influenciados e incluídos nas relações de disputa que surgem a partir dos conflitos socioambientais de suas localidades. Conflitos esses em sua maioria fruto de superposição de vivências e percepções distintas em um mesmo território. (BARCELLOS et al., 2021). Assim, o debate sobre o “ser jovem” aparece relacionado aos debates socioambientais ligados ao contexto rural brasileiro, onde a juventude rural passa a marcar presença como mais um ator em meio às situações de conflitos:

Observa-se que as estratégias de resistência adotadas por esses grupos e comunidades com jovens que estão sendo impactados por danos ambientais causados pelo agronegócio, grilagem de terras, contaminação de rios, uso excessivo de agrotóxicos e mineradoras em seus territórios, são as seguintes: **ações e representações junto ao MPF [Ministério Público Federal], manifestações e mobilizações para participação massiva e organização de audiências públicas, produção de documentários para disponibilização nas redes sociais digitais, organização de**

eventos para mostra da produção e cultura local, formação de empreendimentos de turismo local, formação e ampliação de associações, coletivos e frentes de luta.
(BARCELLOS et al., 2021, p. 56, grifo nosso)

Ainda sobre a juventude rural presente em territórios de conflitos socioambientais, o trabalho “Perspectivas para a juventude na territorialização da mineração, da pecuária e do desmatamento no sudeste paraense” do autor Matheus S. Korting (2021) em um contexto de expansão do agronegócio, da mineração e de um consequente desmatamento, busca se questionar sobre o papel das novas gerações do campo e as perspectivas futuras diante deste cenário. O Ministério Público Federal (MPF) no sudeste paraense vem buscando através de iniciativas como Termos de Ajuste de Conduta da Carne controlar o desmatamento realizado pela pecuária, resultando em uma demanda por mapeamento dessas áreas por dispositivos tecnológicos (KORTING, 2021).

No avanço da pecuária, as áreas ilegais de criação bovina, madeireira e outras atividades agropecuárias para se regularizarem acabam por necessitar de serviços como georreferenciamento e topografia. O autor observou na região um surgimento de institutos tecnológicos e universidades, fazendo despontar a formação no ramo de tecnologias como um espaço de atuação profissional para a juventude (KORTING, 2021). Já os empreendimentos mineradores que estão se instalando na região ao se territorializar no local passaram a interferir no preço da terra da região. Ao mesmo tempo que a mineração também é vista como “oportunidade de empregos” principalmente pelos(as) jovens da região.

A juventude na região, quando possui condições de estudar, tem as universidades locais voltadas para trabalhar em empreendimentos minerários, tecnológicos e que não necessariamente estão relacionados com a permanência da juventude no campo. (KORTING, 2021, p. 127)

O autor destaca a relação conflitiva entre os(as) jovens e os empreendimentos da região, em uma localidade onde não há políticas voltadas à permanência dos(as) jovens no meio rural e as ações de extensão são bastante precarizadas (KORTING, 2021). Korting (2021) cita o exemplo de um jovem militante das Brigadas Populares que ao mesmo tempo que luta pelos assentamentos rurais (muitos perdidos pelo inflacionamento de terras causado pela presença da Vale S.A.) demonstra desejos de um dia trabalhar para a mineradora, expondo a complexidade dessas relações em territórios de conflito.

Essa contradição diante de um empreendimento e os conflitos gerados pelo mesmo nos(as) jovens é também abordado no artigo “Modos de subjetivação de jovens em um território de conflito socioambiental”, dos autores Bacelar e Castro (2016). Em um território

caracterizado pela instalação de um projeto de mineração no interior de Minas Gerais, demonstram como após a instalação de um empreendimento os conflitos socioambientais presentes nos territórios são gerados e/ou agravados, evidenciando a complexidade das relações dentro deles. Ao buscar acessar a perspectiva dos(as) jovens da localidade levando em consideração a situação de conflito, os autores se depararam com as divergências entre as expectativas de trabalho e formação proporcionadas pela empresa e as preocupações com a degradação ambiental (BACELAR; CASTRO, 2016).

Após os estudos de campo, os pesquisadores relatam que há uma sensação de invasão causada pela chegada dos trabalhadores do empreendimento, gerando uma mudança nas relações sociais das comunidades do entorno. A poluição, a possibilidade de falta de água e o assoreamento dos rios aparecem como maior preocupação, já que muitas dessas comunidades dependem deles para suas necessidades diárias. Ainda assim, a empresa passa a exercer também um poder simbólico sobre os(as) jovens, os trajes e os veículos utilizados pelos funcionários são percebidos como representação de poder e riqueza, símbolos de modernidade (BACELAR; CASTRO, 2016).

Além disso, a empresa mineradora foi responsabilizada pelo aumento de empregos e de renda na região. Os(as) jovens buscam qualificação e formação para poderem trabalhar e entendem essa possibilidade como uma superação do passado marcado por dificuldades financeiras e necessidade de migração (BACELAR; CASTRO, 2016). Em cenários de conflitos como esse a complexidade presente não permite um julgamento simples sobre o que representa um empreendimento minerador para sua população, o que torna importante, como afirmam Bacelar e Castro (2016, p. 471) “permitir que as vozes dos sujeitos reverberem”.

No trabalho intitulado “Juventude na Amazônia Ocidental: organização social e formas de permanência na terra” a autora Cordeiro (2021) procura descrever como se dão as estratégias de organização dentro do MPA para a permanência da juventude rural em assentamentos do município de Alto Paraíso. Através de entrevistas com membros do MPA, a autora afirma que muitas vezes o interesse desses(as) jovens não se limita ao acesso à terra, mas também as possibilidades de diversificação da organização da produção familiar. Essa juventude vê nas formas de produção agroecológicas como uma alternativa ao modelo do agronegócio e estão interessadas em meio rentáveis além de também se apropriarem do discurso camponês (CORDEIRO, 2021).

Em sua pesquisa, Cordeiro (2021) aponta a participação no MPA como fonte de conhecimento e embasamento para a busca por estratégias agroecológicas como nova forma de permanecer no campo, demonstrando como o espaço de um movimento social pode influir nas construções do imaginário e dos projetos de vidas dos(as) jovens. Esses “novos movimentos” não estão ligados à busca por mais terra, mas ao aumento de produtividade, conjugado ao uso de uma racionalidade de produção camponesa, informada pela participação nos movimentos sociais. Estão conectados com a capacitação oferecida pelo MPA, pela Via Campesina, relevante para a formação da trajetória específica e diferenciada de cada um desses(as) jovens, participando de cursos de formação dentro do Brasil e em outros países da América Latina. (CORDEIRO, 2021, p. 77)

O artigo “Transformações geracionais e a luta em defesa do território no Vale do Javari/AM” do autor Reis (2021) traz algumas críticas à categoria “juventude”. Ao tratar da juventude indígena, ele afirma que a categoria nem sempre encontra equivalência nas formas como diferentes povos indígenas abordam a questão da idade por ser uma categoria com origem etnocêntrica, além de não haver na região estudada pelo trabalho alguma organização que se declare como “juventude indígena”. O foco do artigo é analisar as mudanças geracionais na defesa do território em relação às gerações anteriores e como a atual geração de jovens indígenas têm enfrentado o campo político (REIS, 2021).

Apesar de viverem em terras demarcadas, os povos indígenas da região vêm enfrentando diversos conflitos socioambientais ao longo do tempo relacionados a presença de exploração de seringa e caucho, a exploração madeireira e, na atualidade, a exploração de petróleo no Peru, todas relacionadas também a exploração ilegal de fauna e flora da região, assim como garimpo e rotas de narcotráfico (REIS, 2021). Ao traçar um histórico da luta dos povos do Vale do Javari, o autor afirma que “a luta de um povo indígena ou comunidade para a aquisição e reconhecimento de um território que ele concebe como o seu constitui o ponto-chave para a apreensão do significado das transformações em que estão envolvidos” (REIS, 2021, p. 103).

Em sua pesquisa o autor relata que cada vez mais a população mais jovem tem permanecido nas cidades em torno dos territórios para completar seus estudos (REIS, 2021). Atualmente a receptividade da cidade na região é maior, graças às alianças estabelecidas ao longo da história da região e a ocupação de cargos políticos e administrativos e da gestão de recursos nas áreas da saúde e educação por membros indígenas. O que abre as portas para as gerações mais novas viver os espaços de lazer e sociabilidade da cidade, além do acesso a

trabalho, manifestações culturais e até a internet. Apesar das transformações, o autor constata que houve poucas alterações no perfil de lideranças, que continua sendo majoritariamente de homens adultos (REIS, 2021). Este ponto contribui para questionarmos em nossa investigação sobre o espaço que as lideranças da juventude ocupam nos diferentes movimentos camponeses a serem estudados.

No artigo intitulado “Gerações, identidades e saberes: um olhar sobre a comunidade Ilha Verde – Babaçulândia/TO” os autores Cover e Santos (2021) apresentam nuances da experiência das famílias atingidas pela Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE Estreito) em uma comunidade do Tocantins. Os autores relatam que, mesmo diante do processo de luta para reorganizar as práticas agrícolas após o deslocamento de seus territórios, percebe-se nos(as) jovens dessa comunidade o desejo de seguir desenvolvendo e trabalhando com as técnicas de manejo da agricultura de vazante que tradicionalmente foi utilizada pelas gerações anteriores (COVER; SANTOS, 2021). Nesse caso o que se dá com a juventude da Ilha Verde é o dilema de “‘ser saído’ e lutar para ‘retornar’ à terra e ao território” (COVER; SANTOS, 2021, p. 140).

Durante as buscas pela indenização pela UHE Estreito e por um novo lugar para se reterritorializar, a comunidade estreitou relações com o MAB, além de estabelecer parcerias com o MST e a CPT. Sendo assim, este trabalho contribui para nossas reflexões sobre a interação desses movimentos com a juventude rural presente nessas áreas de conflito. O acampamento Ilha Verde foi criado nas margens do lago da Usina, no território do município ao qual essas comunidades pertenciam antes do deslocamento, com a intenção de ao mesmo tempo permitir que a população continuasse praticando sua agricultura de vazante, altamente dependente de um curso d’água, e também, por estarem localizadas na área da UHE Estreito, exercer uma pressão de resolução do conflito estabelecido (COVER; SANTOS, 2021).

Em relação à juventude “vazanteira”, nota-se que a socialização na comunidade desde a infância se dá através das atividades ligadas ao cultivo nas margens e à pesca. Para essa comunidade “a agricultura de vazante, além de uma técnica milenar, se apresenta também como uma atividade afetiva e construtiva de uma identidade social” (COVER; SANTOS, 2021, p. 148). Os autores apontam a identidade como um fator a ser considerado ao analisar os movimentos de sair, mas principalmente de permanecer da juventude no campo. No processo de luta por retornar ao território e poder desenvolver a tradição em agricultura passada através das gerações se encontra uma potência na construção da identidade dessas comunidades que

acabam por influenciar na construção das escolhas de vida dessa juventude rural. Processo esse que conta com a presença de diversos movimentos sociais em diferentes momentos.

Por fim, cabe aqui ressaltar que o tema da “juventude”, de modo geral, também é tratado por grandes organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência (UNESCO) em seus projetos e agendas. A UNESCO foi a primeira agência das Nações Unidas a desenvolver programas de juventude, e é amplamente considerada a principal agência das Nações Unidas para a Juventude. A organização considera os(as) jovens um grupo prioritário nas estratégias de médio prazo. A ONU/Unesco esteve inserida na construção de algumas políticas brasileiras voltadas às juventudes, desde os anos 1960, mais intensamente nas décadas de 1990 e 2000. Em relação especificamente a juventude rural, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) considera que os(as) jovens possuem papel importante na erradicação da pobreza e da fome no campo, considerando fundamental a permanência deles no meio rural, dando ênfase também a ação dessas juventudes rumo a agricultura sustentável.

Este estado da arte nos permite visualizar a diversidade de temas relacionados às juventudes que existem atualmente como questão para o campo acadêmico no Brasil e na América Latina, permitindo o afinamento de nossa própria questão de pesquisa, tanto no sentido de fazê-la contribuir para a construção deste campo, quanto para inspirar a abordagem teórico-metodológica deste trabalho de forma a dialogar com essas autores e autores que já se encontram pensando a questão da “juventude”. Esses trabalhos nos permitiram compreender como a dinâmica do “ficar e sair” do campo vem sendo tratada; como o meio urbano vem moldando os projetos de vida dessas juventudes rurais; como as cooperativas e outras instituições tem influenciado na escolha dos(as) jovens e como diversos fatores, além do econômico, o social, cultural e até mesmo o ambiental, podem ser significativos na construção da percepção e na participação dessas juventudes na vida em sociedade.

Este item nos forneceu também um panorama de como a questão ambiental tem aparecido relacionada à essas juventudes, principalmente nos estudos sobre conflitos socioambientais. Pudemos encontrar experiências de jovens participando politicamente de espaços de luta no contexto de diversos conflitos socioambientais. Mas também situações onde (as)os jovens se encontravam em conflito de escolhas diante da presença de mineradoras ou avanço da pecuária, ao mesmo tempo em que relatam os impactos negativos de perda de terras, poluição, escassez de água, por outro lado esses empreendimento oferecem acesso a emprego

e a educação, que essas juventudes não encontrariam normalmente em seus territórios. A produção agroecológica também surgiu como alternativa para que esses(as) jovens permaneçam no campo. Além disso, os movimentos sociais camponeses também surgiram como espaços onde essas juventudes encontraram formação e incentivo para permanecer no meio rural.

Nos últimos anos no Brasil podemos perceber a crescente presença das juventudes rurais de diversos movimentos rurais, atuando cada vez mais como atores políticos, se reconhecendo e sendo reconhecidos como tal. Seja pelos próprios movimentos, seja pela literatura científica, seja pelo Governo e suas políticas públicas. Esse processo, porém, não aconteceu (e acontece) sem embates e conflitos, ainda mais se temos em vista o atual contexto político pelo qual o país passa, onde diversas políticas voltadas para as juventudes e para a população do campo têm sido desestruturadas. O que podemos perceber através desse levantamento teórico inicial proposto no Capítulo 1 é que, para além das pautas tidas como clássicas a essa categoria, como a permanência no campo através do acesso a terra e educação, os(as) jovens rurais têm pautado também transformações sociais que modifiquem a própria realidade do meio rural.

Esse meio rural que não se encontra isolado, pelo contrário, que está em constante e próxima relação com o mundo urbano. Que tem agregado a suas práticas novas formas de produzir, diferentes saberes e outras atividades, que passam a fazer parte do cotidiano do campo. Essa ruralidade que está em constante mudança passa a agregar em si também a questão ambiental. E é a partir dessa visão de um rural em constante relação com o urbano, um meio complexo, permeado por fatores sociais, históricos, econômicos e também ambientais diversos, onde muitas vezes a questão ambiental e a questão agrária se misturam, que buscamos compreender as pautas das juventudes que aí vivem e atuam. Esses(as) jovens, inseridos no contexto dos movimentos sociais do campo, que já se percebem como atores políticos, poderiam também atuar como “sujeitos ecopolíticos”?

Através do levantamento bibliográfico de nosso estado da arte pudemos perceber que a intersecção entre a questão da “juventude rural” e a questão ambiental já tem acontecido, seja na realidade concreta, seja no campo acadêmico. As análises sobre o “ficar e sair” desses(as) jovens passaram a agregar novos elementos, entre eles elementos ambientais, principalmente

nos estudos sobre conflitos socioambientais. Pudemos encontrar experiências de jovens participando politicamente de espaços de luta no contexto de diversos conflitos socioambientais. Mas também situações onde os(as) jovens se encontravam em conflito de escolhas diante da presença de mineradoras ou avanço da pecuária, ao mesmo tempo em que relatam os impactos negativos de perda de terras, poluição, escassez de água, por outro lado esses empreendimentos oferecem acesso a emprego e a educação, que essas juventudes não encontrariam normalmente em seus territórios. A produção agroecológica também surgiu como alternativa para que esses(as) jovens permaneçam no campo. Além disso, os movimentos sociais camponeses também surgiram como espaços onde essas juventudes encontraram formação e incentivo para permanecer no meio rural.

Todos esses apontamentos trazidos por essas pesquisas nos serviram como guias para nos aproximar das pautas dessas juventudes rurais nos próximos capítulos, buscando fazer a aproximação entre a atuação desses(as) jovens e a questão ambiental no Brasil. Levando nossos olhares as denúncias e lutas desses atores, em consonância com o posicionamento de Layrargues (2020), na busca por fazer da Educação Ambiental um caminho de questionamento e esclarecimento diante do atual cenário político brasileiro. A superação da crise ambiental não se resume a uma questão ética e moral, mas também a uma questão política e econômica, por isso consideramos importante tornar visível as pautas e lutas populares de resistência dos movimentos sociais, partindo da perspectiva das juventudes rurais buscando discutir os conflitos e as desigualdades sociais e ambientais.

CAPÍTULO II - AS JUVENTUDES RURAIS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Neste capítulo buscamos apresentar nosso campo e nossos sujeitos de análise. Trazemos um breve histórico da trajetória dos movimentos sociais no Brasil e em como a questão ambiental foi assimilada e pautada por esses movimentos. Em seguida discutimos os principais movimentos campestres brasileiros, suas principais pautas e as formas como as juventudes estão organizadas junto a esses movimentos. Por último apresentamos nosso escopo de pesquisa, quais foram os vídeos a partir dos quais construímos nossas análises e s sobre as juventudes do campo e suas pautas socioambientais.

2.1. Os movimentos sociais no Brasil e a questão ambiental

Traçando um breve histórico sobre os movimentos sociais e as lutas sociais no Brasil, no período colonial, até o século XIX, as ações sociais se restringiam ao âmbito da Igreja, que então estava vinculada aos interesses do Estado. Com a Proclamação da República e a Constituição de 1891, há uma separação entre os interesses dessas duas instituições. Ocorre então uma diversificação das bases de atuação da Igreja, abrindo espaço para as discordâncias e enfrentamento entre o Estado e os setores mais progressistas desse âmbito religioso. É aqui que nascem as Comissões Eclesiásticas de Base, as Juventudes Estudantis e as Comissões Pastorais.

Assim, com a República se inicia uma nova forma de luta social, tendo por objetivo o confronto da marginalização social, uma busca por maior participação popular e na cultura política, exclusiva até então ao Estado. As lutas nesse período, com perfil classista, buscando melhores salários e a limitação da jornada de trabalho, eram quase em sua totalidade consideradas caso de polícia. Porém, nas décadas de 1930 e 1940, com a criação da legislação trabalhista, mesmo que representando um instrumento de controle do Estado, as lutas sociais conseguiram conquistar para si alguns ganhos como ampliação de direitos políticos e reconhecimento como cidadãos (LOUREIRO, 2006). Nas décadas seguintes, as políticas clientelistas adotadas pelo Estado trazem para perto, com a intenção de conquistar e controlar, os sindicatos e organizações de trabalhadores, que passam a quase integrar o Ministério do

Trabalho. Dessa forma, os movimentos sociais ganham um caráter nacional-desenvolvimentista. É nesse momento que, apesar da forte intervenção do Estado, surge uma gama de novas mobilizações populares, como partidos políticos, associações de bairro, movimentos de jovens, religiosos e estudantis, entre outros.

Na década de 1960, com o advento do golpe militar, houve um grande aumento da repressão e da violência contra os movimentos estudantis, sindicatos e demais movimentos de esquerda, resultando em morte e exílio de muitos militantes nesse período, principalmente jovens. Com a implementação do ato institucional nº5, que esteve em vigor entre 1968 a 1979, as manifestações públicas foram proibidas, restando dois caminhos aos movimentos contra ditadura: a luta armada pela guerrilha e o trabalho clandestino de conscientização cívica para a democracia (SHERER-WARREN, 2007).

A partir da década de 1970, com a crise do petróleo, o aumento da inflação e a crescente insatisfação de diversos setores da sociedade com o aparato estatal-militar, o regime militar passa a perder forças. Com a vitória do partido da oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que obteve maioria dos parlamentares em 1978, e como fruto de uma longa resistência dos movimentos sociais nas duas décadas de ditadura militar, o país iniciou o processo de redemocratização. Em 1979, depois de mobilizações de vários setores da sociedade civil, se assina a Lei de Anistia, que possibilitou a volta dos exilados políticos ao país. É nessa segunda metade da década de 1970 que os movimentos camponeses como o MAB e o MST começam a germinar, assim como os chamados “novos movimentos”, como o movimento feminista e o movimento ecologista, que passam a ser mais expressivos no país (SHERER-WARREN, 2007). As lutas identitárias se juntaram às lutas pela democracia, fortalecendo a oposição ao autoritarismo do Estado no período.

Loureiro (2006, p. 117) aponta que, após a abertura democrática, há uma acelerada revitalização do movimento sindical, estudantil, religioso, surgimento do debate feminista, dos Sem-Terra, entre outros, apontando que “o número de entidades legalizadas da sociedade civil, na década de setenta, duplicou em relação à década de sessenta, e em oitenta duplicou em relação à de setenta”, havendo uma significativa retomada nas mobilizações populares contestatórias e reivindicatórias.

Esses movimentos e organizações da sociedade civil se mobilizaram para ampliação e criação de direitos para uma nova geração na construção da nova Constituição brasileira, que viria a ser conhecida como “Constituição Cidadã”, passando a entrar em vigor a partir de 1988.

Antigos militantes e lideranças dos movimentos passam também a participar das esferas governamentais, o que em alguns casos facilitava o diálogo em busca de direitos, mas que também podia significar em refluxo dos movimentos contestatórios, iniciando assim a institucionalização das práticas da sociedade civil (SHERER-WARREN, 2007).

A década de 1990 foi marcada pelo crescimento e consolidação de diversos movimentos rurais, como o MST, o MAB, o MPA, além do aumento das articulações desses movimentos uns com os outros e também com os movimentos urbanos, latino-americanos e globalizados (SHERER-WARREN, 2007). A partir do início dos anos 2000, com a chegada da esquerda brasileira ao Estado a nível federal nos governos Lula/Dilma, são criados alguns espaços de participação e negociação, como as Secretarias Especiais (da Mulher, da Juventude, da Promoção da Equidade Racial, da Economia Solidária) com seus conselhos nacionais, estaduais e municipais, tendo as Conferências Nacionais como espaço aglutinador dessas esferas.

Além das variadas políticas públicas e programas sociais que passaram a ser executadas nesses governos, como por exemplo: políticas de compras públicas e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar para redes públicas de educação e de saúde; o programa social Bolsa Família; o Programa Luz para Todos, que levou luz elétrica a regiões de difícil acesso; o Programa Mais Médicos, voltado à população em situação de pobreza, comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos; o Programa de cisternas, transformado em política pública com o objetivo de universalizar o acesso à água para consumo no semiárido brasileiro; os programas de acesso à educação, com crescimento de 242% no número de pais e mães que completaram o ensino fundamental entre os 20% mais pobres, aumento em 4 vezes mais jovens pobres no ensino médio na idade certa, aumento em 23 vezes dá chance de ingresso dos 20% mais pobres na universidade e fortalecimento dos propostas pedagógicas de educação do campo; entre outras (CAMPELLO et al., 2018).

Ainda assim, havia uma insatisfação com o avanço tímido das conquistas sociais e com os rumos da política econômico-financeira, além de uma cobrança principalmente por parte dos movimentos sociais, por mudanças estruturais no país, um meio de solidificar as conquistas em andamento. Após o golpe durante o governo Dilma em 2016, e a ascensão da direita no poder, primeiramente no governo Temer, e depois de forma mais extrema no governo Bolsonaro, esse “tímido” avanço se tornou um retrocesso principalmente para a população campesina, como já apontamos durante o Capítulo 1 e seguiremos apontando ao longo de nossos debates.

Sendo dinâmicos quanto a forma de composição e organização, os movimentos sociais podem incorporar ou excluir questões diante de determinados contextos e se organizam de acordo com os padrões culturais e políticos temporais e históricos que vivenciam. Eles apresentam, de acordo com sua origem e localização, diferentes composições de classes sociais. Em relação à temática ambiental, no Brasil, quase sempre os movimentos sociais se envolvem em lutas relacionadas à qualidade de vida e a possibilidade de sobrevivência em determinado espaço, pautando as questões ambientais diante de ameaças concretas à suas realidades (LOUREIRO, 2006).

Como afirma Loureiro (2008), acreditamos que nos diferentes processos que ocorrem em sociedade ligados à nossa condição de ser social é onde está a educação. Para além de acumulação de conhecimento, o processo educativo se encontra na realidade das relações sociais e na consciência sobre ela, fazendo da educação uma “prática social dialógica intencional” (LOUREIRO, 2008, p. 190). Logo, ao compreender as particularidades sociais ligadas a classes, etnia, gênero, família, comunidade, grupos sociais etc., se faz possível compreender as dinâmicas das relações sociais no contexto ambiental. Daí, como aponta Loureiro (2008), pensar a Educação Ambiental no contexto dos movimentos sociais demanda pensar as variadas dinâmicas contraditórias que os atores sociais vivenciam concretamente em suas realidades, como os conflitos socioambientais, as consequências dos usos e apropriações da natureza, as disputas políticas e institucionais, as mobilizações etc. (LOUREIRO, 2008).

É possível afirmar que o ambiental, em alguma medida, sempre esteve presente nos processos formativos (formais ou não) quando o foco se encontra nos processos materiais de produção da existência e nos conflitos instaurados diante dos mecanismos de reprodução da economia de mercado (essencialmente produtora de mercadorias), posto que aí se instala objetivamente os modos de apropriação da natureza e a relação metabólica sociedade-natureza. (LOUREIRO, 2008, p. 196).

No Brasil, quando os debates sobre a pauta ambiental chegaram ao país nas décadas de 1970 e 1980, como vimos, os movimentos sociais considerados clássicos estavam passando por um processo de reestruturação frente à possível (e posterior) abertura da democracia, nas décadas de 1970 e 1980 (LOUREIRO, 2013). Assim, as preocupações urgentes destes movimentos eram relacionadas à emancipação política e a tomada do Estado visando a construção de outra sociedade. O que não significa que as lutas desses movimentos são ausentes de contribuições para a questão ambiental. Mesmo que não se utilizassem ainda de categorias ambientais, seus projetos políticos visavam reestruturar a sociedade, o que implicava em repensar também a relação com a natureza e os bens naturais. Concordamos com o posicionamento de Loureiro (2013, p. 41) a respeito deste ponto quando ele afirma que “só há

sustentabilidade com dignidade de vida para todos, ou esta vira um discurso vazio visto que fundado na desigualdade e destruição”.

Nas últimas décadas os movimentos sociais latino americanos têm composto a linha de frente no enfrentamento ao agronegócio, as grandes indústrias exploratórias, a mineração, a pecuária extensiva, a privatização da água e diversas outras contradições do sistema capitalista, enriquecendo o debate ambiental ao conduzir as discussões para a arena política e econômica (LOUREIRO, 2013). O “ambiente” passa a ser usado como estratégia dos movimentos sociais como meio de tornar explícitos conflitos em seus territórios relacionados à questão social e ambiental de maneira interligada. Um dos primeiros exemplos disso, durante a década de 1970, foi a união entre luta social local e as dimensões ecológicas do movimento dos seringueiros da Amazônia sob a liderança de Chico Mendes. Durante nossa investigação foi possível notar que as questões socioambientais são elaboradas e pactuadas como uma grande pauta dentro dos movimentos, porém de maneira diversa e que acaba refletindo a própria diversidade dos movimentos e de suas juventudes.

Como afirma a autora Gohn (2001), considerando que a educação não se restringe ao aprendizado de conteúdo, os espaços dos movimentos sociais possuem diversos aspectos educativos. As dimensões da organização política, da cultura política e a dimensão espacial-temporal são planos a serem levados em consideração quando pensamos no espaço dos movimentos sociais como espaço de educação (GOHN, 2001). Segunda a autora:

A consciência gerada no processo de participação num movimento social leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida de parcelas de população, no presente e no passado. Os encontros e seminários contribuem para a formação desta visão que historiciza os problemas. **Esse conhecimento leva à identificação de uma dimensão importante no cotidiano das pessoas, a do ambiente construído, do espaço gerado e apropriado pelas classes sociais na luta cotidiana.** (GOHN, 2001, p. 20, grifo nosso)

O processo de construção de cidadania e as experiências vividas durante as lutas dos movimentos, enfrentando opressão, negação de direitos, entre outros, permanecem sempre no imaginário coletivo do grupo, influenciando a leitura do presente. Gohn (2001) afirma que esse paradoxo entre passado e presente resulta na força social coletiva organizada. A partir dessa força social coletiva, aprende-se a elaborar diversas estratégias, seja de conformismo ou resistência, passividade ou rebelião, dependendo dos conflitos e dos atores sociais envolvidos, explicitando as diferenças sociais existentes e os interesses presentes (GOHN, 2001). E aqui se considera o aprendizado adquirido também pelas juventudes que participam na construção desses movimentos sociais e suas pautas.

Assim, nesse processo, é possível ocorrer uma grande articulação entre saber popular e científico, técnico, presentes no cotidiano desses movimentos. A educação também é autoconstruída e surge de diversas fontes de saber. Com grande ênfase nas práticas participativas, o saber popular politizado tem como principal reivindicação a participação nos aparelhos do Estado e em outros espaços na busca não só de debates, mas também de deliberações (GOHN, 2001). Assim, a prática nos movimentos sociais transforma a natureza das relações sociais. Tanto o demandante quanto o agente governamental/gestor participam de um processo educativo frente a pressão e a resistência exercidas pelas ações e lutas dos movimentos sociais, demarcando mudanças na natureza das relações (GOHN, 2001).

É pensando nos movimentos sociais como ambientes de formação política que buscamos compreender a inserção das juventudes militantes nesses espaços. Castro (2016) busca fazer um balanço sobre o processo de constituição da identidade dos(as) jovens dos movimentos sociais rurais a partir das políticas públicas dos anos de governo Lula-Dilma e da institucionalização do tema da juventude. A maior parte das demandas desse grupo estão ligadas a mudanças estruturais da realidade do campo brasileiro, pautas como a educação do campo, a reforma agrária e o padrão de desenvolvimento agrário. Essas pautas refletem as dificuldades enfrentadas no acesso a bens e serviços pelas juventudes no meio rural, reforçando as diferenças entre cidade e campo, perpetuando a estigmatização sofrida por quem vive no último. Durante os 14 anos de governo Lula-Dilma, apesar do reconhecimento da identidade dessa juventude rural e sua diversidade e dos marcos legais, políticas públicas e institucionalidade alcançados, não se consolidou uma política de Estado permanente para esses sujeitos (CASTRO, 2016). Sobre a conjuntura atual, os(as) jovens demonstram perceber que os direitos conquistados durante os governos Lula-Dilma, mesmo que pequenos para as juventudes rurais, começaram a ser perdidos após o golpe em 2016.

Em suas investigações sobre as juventudes rurais organizadas nos movimentos sociais, Castro (2016) observou um diferencial desses sujeitos em relação aos(as) jovens que viviam nos assentamentos. A partir de dados da PNAD de 2005 e da Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária (PNERA) (2006), a autora observou que as juventudes rurais organizadas possuíam uma escolaridade maior, desmistificando a ideia de que participação política e escolarização são opostas, além de mostrar que os(as) jovens do campo tem sim interesse nos estudos (CASTRO, 2016). Para os movimentos sociais camponeses a escolarização formal estaria ligada ao processo de luta pela mudança e acesso à educação do campo, que segue sendo uma pauta importante para estas juventudes rurais. A autora aponta

que a consolidação da educação do campo, com marco legal e a institucionalização nas universidades públicas como principal legado da juventude rural nos últimos anos (CASTRO, 2016), legado esse que se encontra ameaçado. Com o aumento do fechamento de Escolas do Campo nos últimos anos do governo Bolsonaro, as juventudes rurais também pautam o direito de acesso à educação em seus territórios.

Para Barcellos (2021), os espaços como eventos, encontros e jornadas seguem sendo para as juventudes dos movimentos sociais importantes espaços de sociabilidade política, permanecendo articulados às organizações dos coletivos, coordenações locais e regionais. Mesmo que a partir do governo Temer e Bolsonaro o apoio estatal tenha deixado de existir e que a pandemia tenha mudado o “ambiente” desses encontros para o virtual a partir de 2020, nota-se uma reorganização dos movimentos, que passam a acionar o acúmulo das organizações e pautas construídas ao longo dos governos Lula-Dilma mais o histórico acumulado ao longo dos anos 90 e 80 na reconstrução de suas estratégias (BARCELLOS, 2021).

Os encontros virtuais ligados aos grandes eventos como as jornadas ou *lives* temáticas, bastante utilizadas nesse último ano de pandemia, seguem significando para as juventudes dos movimentos sociais espaços de construção de formação e de fortalecimento de pautas. É possível notar que as mobilizações continuaram mesmo no período de pandemia. É inclusive apontado por alguns(as) jovens que a responsabilidade de ir às ruas agora é da juventude como forma de proteger os mais velhos, que estão neste momento mais susceptíveis ao COVID-19.

No contexto da pesquisa os movimentos sociais dos quais participam as juventudes rurais são predominantemente movimentos sociais ligados às lutas do campo. Escolhemos abranger os movimentos sociais brasileiros que se articulam à Via Campesina. A seguir buscamos contextualizar os movimentos campesinos escolhidos para compor o campo deste trabalho, seu contexto de surgimento, suas principais pautas e como as juventudes destes movimentos têm se organizado nos últimos anos. Em seguida, traçamos um histórico de surgimento da Via e de suas pautas e debates que atualmente aglutinam os principais movimentos sociais campesinos no Brasil e no mundo.

2.2. As expressões das juventudes rurais nos movimentos sociais do campo

Tendo em vista as organizações e os movimentos que buscamos mapear e suas abordagens e organizações em relação às juventudes e à questão socioambiental, nesse item iremos apresentar o perfil das juventudes que compõem nosso escopo de análise, a partir dos materiais que foram selecionados para esse trabalho. O método de escolha, a organização desses materiais e como foram coletados os dados já está descrito na Introdução. Aqui vamos nos ater a discutir quais foram os principais materiais analisados, quais as juventudes participaram de sua elaboração/composição, a quais movimentos elas pertencem e quais as principais temáticas abordadas em cada um deles.

Para auxiliar na sistematização da discussão das pautas socioambientais de cada um dos movimentos sociais e suas juventudes, criamos o Quadro 1 que contém os movimentos analisados, suas organizações em juventude, as principais fontes de análise e as principais pautas relacionadas aos(as) jovens encontrados(as). No próximo item trazemos um breve apanhado da trajetória desses movimentos sociais, como ocorreu a organização das juventudes e a relação com as pautas socioambientais.

Quadro 1 - Pautas das juventudes rurais dos movimentos sociais camponeses

Movimento social	Organização das juventudes	Materiais analisados	Principais pautas das juventudes
CONAQ	- Coordenação Nacional da Juventude Quilombola	- “Seguindo os passos de Tereza de Benguela, assim caminha as mulheres quilombolas Jovens” (vídeo) - “CONAQ E OS DIREITOS DA JUVENTUDE QUILOMBOLA” (vídeo) - “Carta Aberta da Juventude Quilombola” (documento) - Site da CONAQ	- Direito ao território quilombola; - Continuidade da luta pelas juventudes; - Luta contra a violência contra o povo negro e quilombola; - Acesso à educação.
MMC	- Coletivo Nacional das Jovens	- “Live das Jovens ‘Esperança e Resistência’ Jornada N. Sementes de Resistência” (vídeo) - “As jovens do MMC em SC falam sobre a educação que queremos!” (vídeo) - Site do MMC	- Produção de alimentos saudáveis sem agrotóxicos; - Pautas feministas; - Agroecologia; - Acesso à educação; - Produção e dispersão de sementes crioulas;

Continua

Continuação

Movimento social	Organização das juventudes	Materiais analisados	Principais pautas das juventudes
		- “Feminismo camponês e popular” (cartilha)	- Luta contra o agronegócio.
MAB	- Coletivo de Juventude do MAB	- “O MAB me ajudou a ampliar minha visão sobre a importância da luta coletiva” com Palloma Silva” (vídeo) - Site do MAB	- Luta contra grandes empreendimentos; - Acesso a água e a outros bens naturais; - Organização da juventude.
MPA	- Coletivos da Juventude Camponesa (Nacional e Regionais)	- “Juventude que produz e entrega em casa cestas repletas de saúde” (vídeo) - “Nova Geração Camponesa e Soberania Alimentar” (vídeo) - “NOVA GERAÇÃO CAMPONESA - ARTE, MEMÓRIA E CUIDADO” (vídeo) - “Juventude Camponesa do MPA” (cartilha) - Site do MPA	- Novo modelo produtivo baseado na Agroecologia; - Produção de alimentos saudáveis sem agrotóxicos; - Acesso à educação; - Produção e dispersão de sementes crioulas; - Defesa dos bens naturais; - Acesso às tecnologias para o meio rural.
MST	- Coletivos da Juventude Sem-Terra (Nacional e Regionais)	- “!! JUVENTUDE QUE OUSA LUTAR” (vídeo) - “JUVENTUDE MST - A EDUCAÇÃO SEMEADA NA LUTA POR TERRA” (vídeo) - “Juventude Sem Terra contribuindo para erradicar o analfabetismo em Alagoas!” (vídeo) - “Resumo do Acampamento da Juventude Sem Terra!” (vídeo) - “Você sabe o que a juventude faz no campo?” (vídeo) - “Conheça experiência de formação em agroecologia e agrofloresta dos jovens na Bahia!” (vídeo)	- Novo modelo produtivo baseado na Agroecologia; - Produção de alimentos saudáveis sem agrotóxicos; - Acesso à educação; - Produção e dispersão de sementes crioulas; - Defesa dos bens naturais; - Reforma agrária.

Continua

Conclusão

Movimento social	Organização das juventudes	Materiais analisados	Principais pautas das juventudes
		- “Desafios da Juventude” (vídeo) - “Jornada da Juventude Brigada Dessalines do Haiti manda o recado!” (vídeo) - “Programa #OcupaJuventude 01” (vídeo) - “Ocupa Juventude! Educação do Campo” (vídeo) - Site do MST	
MAM	-	- “Mulheres do MAM Nordeste resistem!” (vídeo)	- Luta contra a mineração; - Defesa dos bens naturais.
PJR	-	- “DEPOIMENTO DE UM JOVEM CAMPONÊS SOBRE A ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA PJR” (vídeo) - “Juventude Camponesa falam sobre a importância da PJR” (vídeo) - “DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE - Mensagem de Darlan” (vídeo) - “DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE - Mensagem do jovem camponês Davi Lima” (vídeo) - “Documentário sobre a História da Pastoral da Juventude Rural” (vídeo) - Site da PJR	- Novo modelo produtivo baseado na Agroecologia; - Produção de alimentos saudáveis sem agrotóxicos; - Acesso à educação; - Produção e dispersão de sementes crioulas; - Defesa dos bens naturais.

Fonte: Elaborado pela autora.

Foi possível perceber algumas pautas recorrentes a todas as juventudes, como acesso à educação e formação, o papel na continuidade da luta dos movimentos e a defesa dos bens naturais. Outras pautas estavam mais presentes para as juventudes rurais vinculadas aos

movimentos agrários relacionados à agricultura familiar, como o MST, o MMC, o MPA e a PJR. Essas pautas foram a produção de alimentos saudáveis sem agrotóxicos, a Agroecologia, a produção e dispersão de sementes crioulas e o papel da juventude rural na sucessão rural. Em relação às juventudes do MAM e do MAB, as pautas mais presentes foram as relacionadas aos conflitos socioambientais em seus territórios ligados aos enfrentamentos a empreendimentos minerários, indústrias ou grandes barragens. Para as juventudes quilombolas da CONAQ, as pautas surgiram relacionadas aos direitos das comunidades quilombolas e ao valor de ancestralidade ligado à cultura desses(as) sujeitos(as). A seguir, trazemos um panorama geral dos conteúdos dos vídeos analisados.

No canal “Conaquilombos” encontramos dois vídeos que contavam com a participação das juventudes da CONAQ, ambos em formato de *live*, que ocorreram no mês de agosto de 2021. A primeira, intitulada “Seguindo os passos de Tereza de Benguela, assim caminha as mulheres quilombolas Jovens”, contou com a participação de uma jovem quilombola falando de sua experiência como mulher, jovem e militante da CONAQ. Ela destaca não ver a luta no movimento como uma opção, mas sim como um dever presente em sua vida desde cedo. Além da luta pelo território da comunidade onde vive, ao ingressar na universidade, essa jovem afirma ter se deparado com outra luta, a luta pela reafirmação do seu direito de estar ali estudando. Muitas vezes ela sente ter sua capacidade colocada em dúvida por colegas e professores pelo fato de ser quilombola. O tema do enfrentamento da pandemia também surge ao longo do vídeo. Ela afirma que por estar na universidade, seus conselhos sobre o enfrentamento ao vírus têm sido ouvidos por sua família, mas destaca que nem todas as casas de sua comunidade isso acontece.

Na *live* “CONAQ E OS DIREITOS DA JUVENTUDE QUILOMBOLA”, que contou com a presença de quatro jovens militantes da CONAQ, além de um advogado do movimento, teve como tema central a importância da CONAQ para a conquista dos direitos dessas juventudes. Um tema recorrente nesse vídeo foi a reverência aos “mais velhos” e aos que travam as lutas na formação da CONAQ e nos movimentos por direitos para as comunidades quilombolas. Além da importância do espaço que as juventudes encontraram na CONAQ como meio de formação política e estrutura para a luta por direitos.

No canal “Movimento Mulheres Camponesas”, dois vídeos traziam falas das jovens do movimento. O primeiro, “As jovens do MMC em SC falam sobre a educação que queremos!”, publicado em agosto de 2020, trouxe diversas falas de militantes do estado de Santa Catarina,

falando sobre a temática da Educação do Campo. O segundo foi uma *live* intitulada “Live das Jovens ‘Esperança e Resistência’ Jornada N. Sementes de Resistência” que aconteceu em maio de 2021 e contou com a fala de sete jovens de diferentes lugares do Brasil. As jovens relataram a importância do movimento para a organização da luta no campo. Os temas como alimentação saudável e sementes crioulas também estiveram presentes nas falas.

No canal do MAB, “MAB-Brasil”, encontramos apenas um vídeo onde uma jovem falava de sua experiência participando do movimento. Em forma de relato, o vídeo intitulado “‘O MAB me ajudou a ampliar minha visão sobre a importância da luta coletiva’ com Palloma Silva”, publicado em julho de 2021, a jovem Palloma Silva relata sua chegada no movimento, através de uma reunião promovida pelo movimento na comunidade onde ela mora. Ela conta que a metodologia de trabalho do MAB auxiliou a ela e a sua comunidade a perceber que os conflitos por água que eles enfrentavam com os empreendimentos no entorno se assemelhavam aos conflitos que os atingidos por barragens sofriam, o que os ajudou a se organizar no enfrentamento desses conflitos.

Do MPA, no canal “MPA-Brasil”, selecionamos três vídeos. Dois deles foram *lives* realizadas no segundo semestre de 2020. As *lives* “NOVA GERAÇÃO CAMPONESA - ARTE, MEMÓRIA E CUIDADO” e “Nova Geração Camponesa e Soberania Alimentar” contaram com a participação de diversos(as) jovens do MPA de diferentes lugares do país, todos pertencentes aos Coletivos de Juventude de seus estados. Em uma das *lives* os(as) jovens do MPA também receberam jovens de outros movimentos, como a PJR, o Levante Popular e uma militante do Partido dos Trabalhadores. Os principais assuntos debatidos nos vídeos foram a sucessão rural, o cultivo agroecológico, as dificuldades enfrentadas pelas juventudes durante os dois últimos anos, principalmente durante a pandemia, o acesso à educação e a importância da juventude para a luta do movimento. A violência também foi outro tema debatido, principalmente a violência que a população jovem negra tem sofrido no Brasil.

O outro vídeo do MPA foi em formato de relato, intitulado “Juventude que produz e entrega em casa cestas repletas de saúde”, de 2021, onde um jovem militante conta como tem sido sua experiência produzindo alimentos em um sistema agroflorestal com outros(as) jovens em sua comunidade. O jovem, que depois de se mudar para a cidade para trabalhar, retornou para a propriedade dos pais ao conseguir uma vaga em uma Escola da Família Agrícola e passou a aplicar as práticas aprendidas na escola em sua terra. Durante a pandemia, ele e os demais

jovens de sua comunidade que cultivam juntos, começaram a fazer delivery dos alimentos produzidos para os consumidores na região.

O movimento com o maior número de vídeos foi o MST. Ao todo foram dez vídeos selecionados, nove do canal “Movimento Sem Terra” e um do canal “Juventude MST”. Esse último foi um documentário produzido por uma estudante da Faculdade Maringá como trabalho de conclusão de curso em 2015, “JUVENTUDE MST - A EDUCAÇÃO SEMEADA NA LUTA POR TERRA”. Composto por entrevistas com diversos(as) jovens do movimento no estado do Paraná, o documentário busca abordar o processo de formação do jovem do MST, principalmente no contexto da Escola da Juventude. Os(as) jovens entrevistados(as) relataram a prática do dia-dia da qual participam como jovens no campo e sua organização em vários espaços.

No canal “Movimento Sem Terra” encontramos uma *live*, “!! JUVENTUDE QUE OUSA LUTAR”, realizada em agosto de 2020, e contou com a presença de duas militantes do MST, um militante do Movimento Funk e o então presidente da União Nacional dos Estudantes. A *live* fazia parte das atividades da 11ª Jornada Nacional da Juventude Sem Terra e aconteceu no Dia do Estudante. As principais temáticas abordadas pelos(as) jovens foram educação em tempo de pandemia e a falta de segurança que representava no momento retornar às aulas presenciais; a violência a qual estavam sujeitas as juventudes das periferias e do campo; como cada região estava enfrentando a pandemia.

Dois vídeos eram edições diferentes do Programa #OcupaJuventude, publicados em 2020, onde a/o jovem encarregado de apresentar trazia relatos de outros jovens do MST pelo Brasil, assim como notícias sobre temas de interesse da juventude e do movimento. Houve também dois vídeos sobre eventos ligados ao MST que contaram com a participação dos(as) jovens. No vídeo “Desafios da Juventude”, que fez parte das atividades da 10ª Jornada da Juventude Sem Terra, uma jovem militante do MST traz as principais atualizações sobre as políticas públicas para a juventude do campo e como elas vinham sendo afetadas ao longo dos últimos anos pelos governos Temer e Bolsonaro. O outro vídeo, “Resumo do Acampamento da Juventude Sem Terra!” traz o relato de jovens que participaram durante quatro dias de um acampamento em Corumbá de Goiás/GO, se preparando para a Marcha Nacional Lula Livre em 2018.

O vídeo “Juventude Sem Terra contribuindo para erradicar o analfabetismo em Alagoas!” trás os depoimentos de jovens que participaram de uma ação da Campanha Nacional

de Alfabetização da Brigada Nise da Silveira em 2017, que tinha como objetivo promover a alfabetização no campo. Já o vídeo “Você sabe o que a juventude faz no campo?”, de 2019, foi gravado com a participação dos(as) jovens do Assentamento Edson Soembert na cidade de Rio Negrinho em Santa Catarina (SC) e mostra um pouco do cotidiano dessas/desses participando do plantio agroecológico em seu assentamento. Na mesma linha o vídeo “Conheça experiência de formação em agroecologia e agrofloresta dos jovens na Bahia!” publicado em 2019, mostra as alunas e alunos da Escola Técnica em Agroecologia Luana Carvalho na Bahia, que contam sobre seus aprendizados e práticas da Agroecologia e produção de alimentos. E o vídeo “Jornada da Juventude | Brigada Dessalines do Haiti manda o recado!”, que conta com o relato de uma jovem militante do MST que se encontrava no Haiti participando de uma Brigada em 2020. Em seu relato a jovem fala da importância da experiência para sua formação militante.

Não encontramos nenhum vídeo no canal do MAM que fosse focado nas juventudes. Porém, no vídeo “Mulheres do MAM Nordeste resistem!” encontramos diversas falas de jovens militantes do movimento, as quais também analisamos. De maneira geral, o vídeo publicado em agosto de 2020, traz diversos relatos de mulheres nordestinas do MAM que participam da luta contra a mineração em seus territórios.

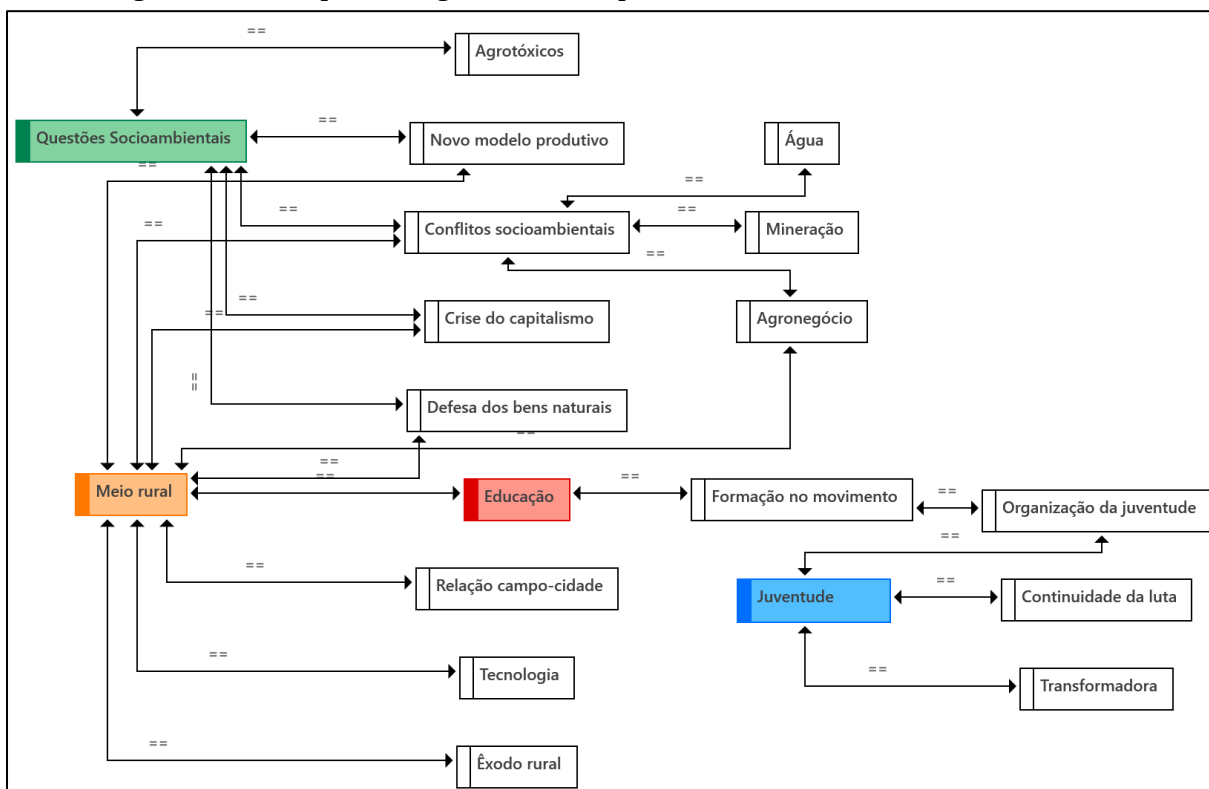
Por fim, no canal da PJR, “PJR-Brasil”, encontramos cinco vídeos que traziam falas dos(as) jovens sobre suas experiências no movimento. O primeiro deles foi o documentário “Documentário sobre a História da Pastoral da Juventude Rural” publicado em 2017 e foi produzido durante o 2º Encontro da Juventude Camponesa Capixaba no Espírito Santo em parceria com o Programa Vida no Sul do Instituto Cultural Pe. Josimo. Ele traz o relato de diversos militantes da PJR contando a história de sua formação, assim como relatos sobre a participação no movimento. O vídeo “Juventude Camponesa falam sobre a importância da PJR” de 2019 traz relatos de diversos militantes ao longo do país a respeito da importância do espaço do movimento para sua formação política.

Nessa mesma linha, o vídeo “DEPOIMENTO DE UM JOVEM CAMPONÊS SOBRE A ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA PJR” de 2016, também tem a fala de um jovem do movimento, falando brevemente sobre sua experiência como militante da PJR. Já os vídeos “DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE - Mensagem de Darlan” e “DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE - Mensagem do jovem camponês Davi Lima”, ambos publicados no Dia do Meio Ambiente em agosto de 2020, trazem a fala de dois jovens com enfoque na preservação do meio ambiente e da relação entre o trabalho do campo e o cuidado com a natureza.

Todas as informações e transcrições coletadas dos materiais analisados, tanto vídeos, quanto os documentos e páginas online, foram a base das análises e descrições que realizaremos no item 2.3 “Os movimentos sociais camponeses” e no Capítulo 3. Foi dada ênfase aos materiais que foram produzidos pelas juventudes ou que traziam os(as) jovens relatando suas experiências e vivências, contando sobre suas experiências como militantes, suas pautas e suas ideias e posicionamentos sobre temas como a juventude, a produção no campo, o meio rural, o cuidado com o meio ambiente, entre outros assuntos, que serão ainda analisados ao longo dessa dissertação.

A seguir, trazemos na Figura 1 um esquema relacionando os principais códigos temáticos que surgiram nas falas e nos documentos analisados. Os códigos se relacionam as quatro principais áreas temáticas que envolvem a nossa questão de pesquisa: as questões socioambientais, o meio rural, a educação e a juventude. Ele foi construído utilizando do software Atlas ti, versão 9 a partir dos materiais transcritos.

Figura 1 – Principais códigos temáticos para análise



Fonte: Elaborado pela autora.

O tema da juventude surge ligado as ideias de transformação e continuidade da luta, sendo que os(as) jovens se auto identificam como responsáveis por isso, através da organização dos mesmos. A educação aparece relacionada aos processos formativos que essas juventudes

vivenciam nos espaços dos movimentos sociais, com ênfase a importância de uma educação voltada ao meio rural. As temáticas rurais e socioambientais compartilham diversos códigos. Temas como conflitos socioambientais, a crise do capitalismo, a defesa dos bens naturais, a busca por um novo modelo produtivo e o enfrentamento ao agronegócio aparecem ligados ao contexto rural e ambiental. Os principais conflitos socioambientais foram relacionados à água, ao agronegócio e à mineração. Outras temáticas ligadas ao rural que emergem é o fortalecimento da relação campo-cidade, o acesso à tecnologia no campo e o debate ligado ao êxodo rural.

2.3. Os movimentos sociais do campo e a relação com as pautas socioambientais

2.3.1. A Via Campesina

O contexto histórico social de surgimento da Via Campesina se relaciona à crescente mercantilização e internacionalização da agricultura a partir dos anos 1980. A nova configuração do capitalismo, guiada pela globalização neoliberal, provocou diversas mudanças que impactaram diretamente as dinâmicas do mundo rural. Esse processo levou ao aumento da concentração do modo de produção de alimentos no domínio de poucas multinacionais do setor agropecuário, seja pela geração própria da produção ou pela contratação em condições precárias de agricultores, levando a subordinação dos pequenos produtores (VIEIRA, 2008).

No contexto dos anos 1960, com a “revolução verde” e as consequências do Plano Marshall, a crescente industrialização e mecanização do campo, o incentivo ao produtivismo e superprodução, a agricultura nos países da periferia do mundo, incluindo o Brasil, segundo a autora Vieira (2008), ocorre o surgimento da Via Campesina, como uma busca dos próprios camponeses por uma forma de desenvolvimento alternativa frente a globalização do modelo de agricultura industrial moderna. No início dos anos 1990, a Organização Mundial do Comércio (OMC) foi criada com o intuito de implementar os acordos do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), estabelecido no pós-II Guerra Mundial, atualmente assinado por mais de 120 países e que continua vigente até os dias atuais. Em relação a agricultura, a OMC possui três principais objetivos: aumentar o acesso ao mercado através da redução de tarifas e da

imposição de importação de alimentos para consumo nacional; aumentar o acesso ao mercado através da redução de subsídios para exportação; e reduzir os apoios governamentais diretos e indiretos (VIEIRA, 2008). Assim se instaura uma política neoliberal para a agricultura mundial, tendo como resultado o corte da sustentação de preços e dos subsídios para produtores de alimentos; a privatização do crédito, da comercialização e da assistência técnica; a promoção excessiva da exportação; patenteamento de recursos genéticos de cultivares; e um favorecimento da pesquisa agrícola em prol de tecnologias caras como a engenharia genética. Segundo Vieira (2008), todos esses fatores com os quais fica difícil aos agricultores locais competir com as grandes indústrias agropecuárias.

A Via Campesina surge nesse contexto guiada pela eclosão de protestos que questionam esse novo formato que o capitalismo mundial passa a ter. As diferentes organizações que a compõem e contribuíram para seu surgimento compartilhavam a percepção de que esse modelo em curso era prejudicial aos interesses dos trabalhadores rurais, levando então à construção de uma proposta alternativa (VIEIRA, 2008). As lutas na América Latina contra as ditaduras, o papel da igreja progressista e as lutas contra esse então novo modelo de agricultura culminaram na criação da Via Campesina. A ideia de uma organização mundial começa a nascer em 1992, quando em Nicarágua, se reuniu diversas lideranças camponesas da América Central, América do Norte, América do Sul e Europa convidadas para o congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos (UNAG). A força das formulações dos europeus, juntamente com o expressivo movimento de massas latino-americano criou e consolidou a Via Campesina (VIEIRA, 2008). Em 1993 é formulada a A Declaração de Mons, que dispõe sobre os direitos defendidos pela Via Campesina na construção de uma agricultura ecologicamente sustentável e socialmente justa.

1. Direito dos pequenos produtores de viver no campo; o que implica o direito total dos agricultores a autônoma organização e o reconhecimento da sua importância social na definição e implementação do desenvolvimento em geral, e o desenvolvimento rural em particular.
2. Direito a uma agricultura diversificada que garanta, como prioridade, o provimento de alimentos saudáveis e de qualidade para todos os povos do mundo, baseado em profundo respeito pelo meio ambiente, em uma sociedade equitativa e no acesso efetivo à terra.
3. Direito de todos os países para definir sua própria política agrícola de acordo com os interesses nacionais e em acordo com as organizações camponesas e indígenas, garantindo sua real participação. (Declaração de Mons, maio de 1993).

A Via Campesina participa em alguns órgãos das Nações Unidas, que possui um caráter mais participativo, se fazendo presente com Organizações Não Governamentais (ONGs) em

discussões, mesmo que para divergir das políticas. Porém quando se trata dos órgãos financeiros como a OMC, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, por não haver espaços para os movimentos sociais nos debates desses órgãos a postura da Via Campesina é de enfrentamento, principalmente na forma de protestos junto aos movimentos antiglobalização (VIEIRA, 2008).

Um dos conceitos centrais nas articulações e nas pautas da Via Campesina é a soberania alimentar. Ele surge em contraposição ao conceito de segurança alimentar proposto pela FAO e por algumas ONGs internacionais. A segurança alimentar é a ideia de que cada país é responsável por produzir e colocar à disposição de todos uma quantidade suficiente de alimentos. Já o conceito de soberania alimentar considera tão importante quanto a produção e a distribuição a qualidade desse alimento, como ele é produzido e em qual escala. Segundo Vieira (2008, p. 167), a soberania alimentar dispõe sobre:

O direito dos povos, comunidades, e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como, aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmos e as suas sociedades.

Alcançar a soberania alimentar passa também pela reforma agrária, que envolveria uma mudança em toda a estrutura do sistema agrícola com o intuito de favorecer a pequena agricultura. Além também do controle democrático dos recursos e do patrimônio genético. Em respostas às iniciativas de patenteamento de plantas, animais e seus componentes, além da larga produção de transgênicos, a Via tem como ação a Campanha das Sementes, um resgate e dispersão de espécies crioulas e originárias de alimentos cultivados por diversas populações tradicionais. Além disso, o conceito de soberania alimentar inclui uma valorização do modo de vida camponês no que diz respeito à sua relação com a natureza e os alimentos. Esta valorização é bastante clara quando se define a visão a respeito da biodiversidade que, para a Via Campesina, também inclui a diversidade cultural, política e de produção (VIEIRA, 2008). A seguir vamos brevemente comentar sobre as origens e as principais pautas de cada um dos movimentos sociais campestinos que fazem parte da Via no Brasil e aos quais pertencem as juventudes, seguindo a ordem alfabética. Esses movimentos foram escolhidos por, além de estarem inseridos no contexto rural brasileiro, possuírem suas juventudes rurais organizadas, seja em coletivos ou em secretarias.

2.3.2. Os movimentos sociais e as juventudes rurais

Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ)

A CONAQ, criada em 1996 durante o I Encontro Nacional dos Quilombos, foi criada como instrumento para a coordenação do Movimento Negro, dando visibilidade a história de luta desse movimento, que teve como um de seus frutos a inclusão na Constituição de 1988 dos direitos quilombolas. O principal trabalho da CONAQ é garantir o reconhecimento e a regulamentação dos direitos territoriais concretos para as comunidades quilombolas através principalmente da titulação das terras quilombolas.

Segundo dados da Fundação Cultural Palmares, órgão de Estado responsável pelo reconhecimento formal das comunidades quilombolas no Brasil, atualmente existem 2.9585 comunidades quilombolas, espalhadas por vinte e quatro estados da Federação. Por sua vez, tramitam junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) 1.6926 processos administrativos de titulação de territórios quilombolas, nos termos do Decreto Federal nº 4887/03. Até o momento o INCRA só conseguiu titular os territórios de 34 comunidades quilombolas, apenas 2% do total de solicitações por titulações.

Sendo composta por representantes de quilombos de 23 estados brasileiros, a CONAQ têm como principais pautas a garantia de uso coletivo do território; a implantação de projetos de desenvolvimento sustentável; a implementação de políticas públicas levando em consideração a organização das comunidades de quilombo; a luta por uma educação de qualidade e coerente com o modo de viver nos quilombos; a busca pelo protagonismo e autonomia das mulheres quilombolas; condições que possibilitem a permanência dos(as) jovens no quilombo; e também a regularização do uso comum do Território, dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente¹¹.

Em dezembro de 2015, durante a 3ª edição da Conferência Nacional de Juventude, os(as) jovens quilombolas lançaram a “Carta Aberta da Juventude Quilombola”. Um dos pontos da carta fala a respeito da “herança cultural afro-centrada”. Esses(as) jovens destacaram o quilombo como um espaço de relações sociais próprias, marcado pelas relações familiares onde

¹¹ Disponível em: <http://conaq.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

todos são “meio parentes”¹². Para essas juventudes as comunidades quilombolas possuem um papel na preservação da biodiversidade e da cultura do Brasil, através de sua cultura particular e de sua relação com os recursos naturais em seus territórios. Os conflitos territoriais, a violência e a falta de oportunidades também foram pontos apontados como comuns entre essas juventudes.

A Carta traz algumas denúncias por parte desses(as) jovens: a lentidão da regularização dos territórios quilombolas; a falta de informação e execução dos programas destinados às comunidades quilombolas, que possibilitaram o trabalho decente nas comunidades de origem, o que favorece o abandono escolar; os abusos e a exploração sexual de crianças e adolescentes dentro e nas comunidades em torno dos quilombos, especialmente às meninas e jovens mulheres; a exploração de mão de obra de jovens sem o pagamento digno¹³.

Entre as pautas que buscam afirmar esses(as) jovens quilombolas estão: a necessidade de ampliação dos espaços de participação composta por jovens quilombolas, voltados à diversidade entre as próprias comunidades; a obrigatoriedade da vaga reservada à jovens quilombolas e indígenas nos Conselhos Municipais e Estaduais de Juventude que já existentes, e garanta a viabilidade da participação desses(as) jovens; o incentivo direto e indireto à estruturação e criação de coletivos e espaços de formação voltados à juventude quilombola, promovendo a participação em editais públicos e atividades culturais, artísticas, políticas, de controle social, educacionais, científicas, voltadas aos empoderamento e desenvolvimento pessoal e coletivo destes(as) jovens¹⁴.

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) surge da organização de mulheres de diferentes movimentos ligados à luta camponesa, como o MST, a PJR, o MAB, o MPA, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais, entre outros. A partir de 1995, motivadas pela bandeira do reconhecimento e valorização das trabalhadoras rurais, essas mulheres começaram a articular um movimento para levantar as bandeiras de lutas como a libertação da mulher, documentação,

¹² Disponível em: <http://conaq.org.br/coletivo/juventude/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

¹³ Disponível em: <http://conaq.org.br/coletivo/juventude/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

¹⁴ Disponível em: <http://conaq.org.br/coletivo/juventude/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

salário maternidade, direitos previdenciários, sindicalização, entre outras. O MMC pauta a transformação das relações sociais de classe, na mudança da relação com a natureza e também na transformação entre as relações de gênero, a partir de uma perspectiva feminista, libertadora e popular.

Para o MMC e suas mulheres, a unidade produtiva camponesa está centrada no núcleo familiar, na produção agrícola e artesanal autônoma, voltada às necessidades familiares e comercialização dos excedentes que garantiria os recursos necessários que não são produzidos. Para esse movimento, a mulher camponesa é central para a construção do projeto popular de soberania alimentar. Compõem o movimento as pequenas agricultoras, as pescadoras artesanais, as quebradeiras de coco, as extrativistas, as arrendatárias, as meeiras, as ribeirinhas, as posseiras, as bóias-frias, as diaristas, as sem-terra, as assalariadas rurais e as indígenas. O MMC está presente em dezoito estados brasileiros.

Em 2013 foi realizado o I Encontro Nacional do MMC em Brasília, Distrito Federal (DF). Os principais debates propostos durante esse encontro pelas mulheres do MMC se deram em torno das seguintes temáticas: direitos reprodutivos e saúde da mulher; saúde integral, alimentação saudável e diversificada, a luta contra os agrotóxicos, divisão social e sexual do trabalho, políticas públicas, seguridade social, saúde pública, previdência e assistência, a superação das desigualdades de gênero, raça, gerações e etnia; papel da mulher na Agroecologia com destaque à necessidade da autonomia econômica, política e social das mulheres para o enfrentamento à violência¹⁵.

O MMC se autodenomina popular, feminista, de classe e socialista. Em seus valores podemos encontrar menção a preservação, conservação e proteção à natureza. O MMC pauta a questão ambiental de forma transversal, através de ações, fóruns, encontros e projetos relacionados principalmente a Agroecologia e sementes crioulas. A produção de alimentos saudáveis e a luta contra o agronegócio são uns dos principais eixos desse movimento.

Construímos a partir da luta contra o agronegócio na defesa da natureza, dos bens naturais, contra os agrotóxicos e os transgênicos, contra o roubo e saque de nossos territórios e terras. É assim que as ações de lutas das mulheres contra os latifundiários, contra as empresas do agronegócio, de enfrentamento ao Estado e contra sua repressão e criminalização da luta das mulheres camponesas faz parte da história e da formação da luta feminista camponesa e popular. (MMC Brasil, 2018, p. 33)

¹⁵ Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/69>. Acesso em: 31 ago. 2021.

Em relação à pauta da juventude, também de forma transversal, o movimento realiza reuniões e encontros com as jovens camponesas, no intuito de formá-las para liderar o MMC futuramente e para permitir a troca de experiências entre as diferentes mulheres que compõem o movimento com as jovens. O MMC afirma englobar as mulheres do campo de todas as idades. Segundo uma cartilha produzida pelo movimento em 2018, as jovens do MMC afirmam querer “continuar produzindo alimentos saudáveis, queremos continuar no campo, mas para isso precisamos transformá-lo, pois no agronegócio não há lugar para jovens camponesas” (MMC Brasil, 2018, p. 27). Nos últimos anos durante a pandemia da COVID-19, as jovens do MMC têm realizado *lives* temáticas para debater temas de interesse da juventude desse movimento. Uma dessas *lives* compõe o escopo de nosso trabalho, intitulada “Esperança e Resistência”.

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

O MAB surge no Brasil em meio a um contexto com investimentos voltados para o potencial hidrelétrico que começaram a ser despertados ao fim da década de 1970 e início da década de 1980 como consequência da primeira grande crise do petróleo a nível mundial. Os países centrais começam a buscar formas alternativas de energia e lugares com potencial começam a ser alvos de estudos e implantações de outras formas de produção de energia. A Eletrobrás foi a encarregada de estudar as bacias hidrográficas brasileiras, gerando um mapeamento detalhado sobre os locais de possíveis instalações de usinas hidrelétricas no país.

Quando a Usina Binacional Itaipu foi construída em 1982 em parceria entre Brasil e Paraguai, foram feitos estudos apenas sobre o potencial hidrelétrico da região e sobre como a energia gerada poderia ser aproveitada, porém não houve uma proposta de indenização considerada adequada às famílias que foram atingidas pelo alagamento e alteração dos rios da região, o que levou a expulsão de milhares de famílias de suas terras e casas (SCHÜTZ, 2018, p. 53). É dos enfrentamentos de situações como a gerada por Itaipu, nasce o MAB, acumulando uma história de resistências e conquistas. A partir de organizações locais e regionais em São Paulo, Bahia, Pernambuco, Pará, Rio Grande do Sul, entre outros focos espalhados pelo país, nasce a primeira reunião nacional dos atingidos por barragens. A decisão foi tomada em um encontro em Chapecó, em Santa Catarina, em 1987¹⁶. Atualmente, a nível nacional, além do

¹⁶ Disponível em: <https://mab.org.br/timeline/anos-80/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

enfrentamento, o movimento reivindica um Projeto Energético Popular, que objetiva mudanças estruturais na forma como é produzida e distribuída a energia no país. O MAB tem como pauta a luta contra as injustiças sociais causadas pela implementação de grandes empreendimentos energéticos e contra a destruição da natureza consequente dos mesmos.

A cada três anos os militantes do MAB organizam e promovem o Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens. O último encontro realizado, o 8º Encontro, ocorreu em 2017 no Rio de Janeiro/RJ e teve como principal pauta a luta por um Projeto Energético Popular com soberania, distribuição da riqueza e controle popular. Foi realizada uma grande marcha, que contou com a presença de cerca de 20 mil pessoas no caminho entre as duas grandes estatais de energia do país, a Eletrobras e a Petrobras¹⁷. Segundo o site do movimento, este foi o primeiro encontro onde a juventude do movimento teve uma participação significativa. O Encontro contou com uma plenária intitulada “Os desafios e tarefas da juventude na construção da revolução”. Algumas falas dessa plenária nos mostram como esses(as) jovens se veem dentro dos espaços do movimento. Segundo uma jovem militante do MAB, “A juventude representa esse fermento que anima a resistência”. A revolução é feita pelos trabalhadores, mas a juventude tem o potencial de canalizar e animar esse processo.”¹⁸.

Outro militante do MAB destaca a importância da construção do Encontro para o protagonismo das juventudes dentro das ações do movimento:

A preparação para o Encontro Nacional é um fio condutor que anima a participação deles em todas as atividades do MAB e também no protagonismo da juventude na resolução de problemas básicos da comunidade. Eles discutem o problema, apontam a pauta e organizam a luta. É assim que eles se animam, envolvem os pais e se preparam para este grande momento de celebração e luta (...) (Thiago Alves, militante do MAB)¹⁹

A luta por soberania energética perpassa toda a estrutura do MAB, o que incluiu o Coletivo de Juventude do movimento. A luta pelo controle do petróleo brasileiro surge como uma bandeira da juventude, por ser entendida pelos(as) jovens como símbolo de esperança de melhorias na educação e na saúde. Os(as) jovens do MAB se inserem nas lutas por outras pautas do movimento, como os direitos humanos e a luta pelo acesso à água, além das ações de agitação e propaganda. Esses(as) jovens também pautam a mudança das condições precárias de trabalho,

¹⁷ Disponível em: <https://mab.org.br/timeline/8o-encontro-nacional-do-mab/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

¹⁸ Disponível em: <https://mab.org.br/2017/10/05/juventude-marca-presen-no-encontro-nacional-do-mab/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

¹⁹ Disponível em: <https://mab.org.br/2017/02/21/em-mg-juventude-se-prepara-para-encontro-nacional-do-mab/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

saúde e educação, por fim ao genocídio dos(as) jovens da periferia e a violência contra as mulheres e a população LGBT.

As juventudes do MAB também têm participado de ações de denúncia, principalmente sobre os rompimentos de barragens da mineradora Vale²⁰. A Vale detém 50% da Samarco, responsável pelo rompimento da barragem de Fundão, na cidade de Mariana/MG em 2015, onde mais de 35 cidades e 4 milhões de pessoas ao longo da Bacia do Rio Doce foram atingidos, deixando 18 pessoas mortas e outros milhares sofrendo com doenças, perda de postos de trabalhos e total desestruturação de suas vidas. E o rompimento de uma barragem na cidade de Brumadinho/MG em 2019, também pertencente à Vale, que deixou 270 pessoas mortas e 8 desaparecidas, sendo considerado o maior acidente de trabalho no Brasil em perdas de vidas humanas. Esses foram os dois maiores desastres ambientais da mineração do país.

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

O MPA surgiu em 1996 da iniciativa de camponeses que faziam parte do movimento sindical combativo, da teologia da libertação e também do Partido dos Trabalhadores. Diversos fatores culminaram na criação do movimento: o avanço do neoliberalismo no Brasil nos anos 1990; os desgastes do movimento sindical na representação dos trabalhadores rurais; uma grande seca que atingiu principalmente o Rio Grande do Sul entre 1995 e 1996. Os chamados Acampamentos de Seca foram realizados pelos trabalhadores rurais nesse período com o intuito de elaborar estratégias e frentes de luta para o enfrentamento da seca e da situação econômica no país e a partir daí nasce o MPA.

O MPA tem como pauta o resgate da identidade e da cultura camponesa em sua diversidade, com o objetivo da construção de um projeto popular para o Brasil baseado na soberania. Presente em 17 estados brasileiros, é composto por mais de 100 mil famílias camponesas de forma direta em todo o Brasil. O MPA promove encontros regulares a nível nacional além de atuar localmente junto aos trabalhadores do campo. Em 2015 realizou-se o 1º

²⁰ Disponível em: <https://mab.org.br/2016/09/09/juventude-do-mab-participa-do-3-acampamento-nacional-do-levante-0/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

Congresso do MPA, em São Bernardo do Campo, São Paulo, onde se estabeleceu o “Plano Camponês – Aliança Camponesa e Operária por Soberania Alimentar”.

Durante o 3º Encontro Nacional do MPA, o movimento passou a olhar para a questão da juventude com centralidade. Apesar de afirmar em seus documentos que a juventude sempre esteve presente nos espaços do MPA, é a partir desse encontro em 2010 que organizar as juventudes se torna uma pauta de destaque. Nacionalmente essa organização tem possibilitado: a retomada dos coletivos de juventude nos estados; construção de brigadas nacionais, estaduais e locais; envolvimento de jovens na organicidade e instâncias do movimento; realização de encontros, oficinas, seminários, escolas, acampamentos; participação em mobilizações, jornadas de lutas, ações diversas de agitação e propaganda; construção de experiências no campo da produção, do esporte, lazer, comunicação e cultura.

O Coletivo de Jovens do MPA atualmente está na frente de campanhas como “basta de violência contra as mulheres”, “contra os agrotóxicos e pela vida”, “adote uma semente”. aprofundado estudos, métodos. Em seus documentos o MPA destaca a importância do papel da juventude na construção de ações unitárias, fortalecendo a relação entre o campo e a cidade, a aliança camponesa e operária por soberania alimentar e poder popular (ALVES; QUEVEDO, 2019). Um dos espaços citados como principais meios de trabalho das juventudes são as brigadas. As Brigadas de Juventude são agrupamento de jovens que se organizam para atuar nas comunidades camponesas, bairros populares, nas ações políticas, na agitação e propaganda, na cultura, entre outros espaços, com o intuito de contribuir com a organização da classe trabalhadora (ALVES; QUEVEDO, 2019).

Os(as) jovens militantes do MPA têm se intitulado a “nova geração camponesa”. Sobre a identidade dessa nova geração, uma jovem militante afirma o seguinte:

Nós, juventude camponesa, temos o dever de pautar que nós também queremos acesso a internet para lazer, para fortalecer nossas redes de apoio e garantir nosso estudo. Queremos acesso a terra, a uma assistência técnica que compreenda nossas realidades, considere nossos saberes e construa junto com nós novas tecnologias sociais pra o campo. A nossa produção tem que ser firmada a partir da sustentabilidade, da preservação dos recursos que tanto precisamos e estão ameaçados. A juventude quer lutar e a luta também se faz com alegria, com comida boa. Não queremos que as mulheres sejam invisibilizadas por nenhum homem e nem pelo Estado. (Larrisa Rocha, militante do MPA)²¹

²¹ Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/artigos/o-que-quer-a-nova-geracao-camponesa-do-mpa/> . Acesso em: 31 ago. 2021.

Para o MPA, a participação das juventudes no cenário político do movimento, se formando e atuando como militantes, ao mesmo tempo em que contribui para a renovação do movimento, aumentaria a possibilidade desses(as) jovens permanecerem em seus territórios, produzindo alimentos através da Agroecologia, denunciando o agronegócio e anunciando o Plano Camponês (ALVES; QUEVEDO, 2019).

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

O MST surge no final da década de 1970, a partir das lutas de parte do campesinato contra as contradições do modelo agrícola que se tornam mais intensas e violentas por parte do Estado, que encontram na ocupação de terras uma ferramenta de expressão e de contestação do autoritarismo. Em setembro de 1979, centenas de agricultores ocuparam as granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul. Em 1981, um novo acampamento surge no mesmo estado e próximo dessas áreas: a Encruzilhada Natalino, que se tornou símbolo da luta de resistência à ditadura militar para as lutas do movimento. Em todo o país, surgem novas resistências e ocupações dos mais diversos trabalhadores do meio rural brasileiro: posseiros, arrendatários, assalariados, meeiros, atingidos por barragens. Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizaram essas lutas pela democracia da terra se encontram no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná, e decidem fundar o movimento, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país.

A principal pauta do MST está relacionada à terra e a produção agrícola, que tem por base a matriz agroecológica e a reforma agrária. Segundo o movimento, uma reforma agrária que deve começar com a democratização da propriedade da terra, mas que organize a produção de forma diferente, priorizando a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno, combinada com um modelo econômico que distribua renda e respeite o meio ambiente. Já o Coletivo Nacional de Juventude Sem Terra foi criado em 2005 com o objetivo de ampliar os processos de auto-organização, formação e lutas da juventude no MST e em conjunto com a classe trabalhadora.

O movimento, junto ao Coletivo de Jovens, promove formações e encontros diversificados, sempre relacionados à principal pauta dos Sem Terra, a construção de uma reforma agrária popular. Junto aos coletivos de cultura e comunicação, o coletivo de jovens é

considerado estratégico dentro do MST na construção da identidade do movimento e como alternativa a uma construção cultural contra hegemônica. Estruturalmente o Coletivo da Juventude Sem Terra compõem as instâncias do MST com seus representantes, tanto da coordenação quanto da direção política do acampamento.

Anualmente, em todo mês de agosto, o Coletivo Nacional organiza a Jornada Nacional da Juventude Sem Terra. É uma semana temática onde ocorrem diversas ações por todo o território nacional, articuladas pelos Coletivos estaduais e nacional. Atividades como plantio de árvores, doações de sangue, de alimentos, agitação e propaganda nos territórios e nas redes, organização de bibliotecas populares e entre outras. A XI Jornada Nacional da Juventude Sem Terra que ocorreu no ano de 2020, agregou também atividades e encontros online, por causa da pandemia da COVID-19, e teve como tema “Juventude em luta, pela vida e por direitos”²². Segundo uma jovem militante do Coletivo, a construção da Jornada foi composta pelas seguintes ações:

(...) 1) **construir às ações de solidariedade em todo o Brasil**; 2) **isolamento produtivo** – ampliando as experiências agroecológicas da juventude, às ações em torno do Plano Nacional de Plantio “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis” e o cultivo da cultura e da arte, como desafios centrais para seguir em luta construindo a Reforma Agrária Popular e enfrentando a questão ambiental; 3) **batalha da ideias**, a partir de potencialização a comunicação popular, e o que chamamos de “Agitação e Propaganda – Agitprop”, que são ferramentas/técnicas para comunicar e disputar ideias na luta política como faixas, lambes-lambes, carro de som, às linguagens artísticas e etc., desafio central nesses tempos que estamos inviabilizados de tomar as ruas; e 4) **estudo**, fazer desse período um momento de nos preparar para compreender a realidade e intervir, com formação política, ideológica, cultural, artística e também técnica. (Entrevista com Jailma Lopes²³, grifo nosso)

Como parte da XI Jornada, os(as) jovens realizaram uma *live* no canal do YouTube do MST. O vídeo desta *live* é um dos que compõem o escopo deste trabalho. As principais questões pautadas durante a *live* estavam diretamente ligadas ao contexto pandêmico vivido pelo país e pelo mundo no momento. Os(as) jovens pautaram o não retorno às aulas (suspensas por causa do vírus), por entenderem que naquele momento o retorno não estava sendo viabilizado com segurança para os estudantes e professores. Houveram também denúncias ao atual governo Bolsonaro, a qual foi atribuído a responsabilidade pelo alto número de mortes no país e a ausência de medidas efetivas de proteção e controle da COVID-19, além da ausência de políticas econômicas em auxílio à população, que tem visto e vivido o aumento da insegurança

²² Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/08/a-jornada-e-o-momento-de-colocar-nossas-acoes-em-movimento-defende-juventude-sem-terra/>. Acesso em: 26 jun. 2021.

²³ Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/08/a-jornada-e-o-momento-de-colocar-nossas-acoes-em-movimento-defende-juventude-sem-terra/>. Acesso em: 26 jun. 2021.

alimentar no país. Segundo a militante Jailma Lopes, o governo Bolsonaro tem imposto à classe trabalhadora “a terrível situação de “escolher” morrer de vírus ou morrer de fome”²⁴.

De maneira geral, a Jornada representa para as juventudes do MST um período de trabalho unificado nacionalmente, que acaba por proporcionar um avanço na inserção dos(as) jovens no movimento. A Jornada se mostrou ao longo do tempo como oportunidade de assumir o protagonismo na tarefa de organizar a própria juventude ao mesmo tempo que consolida o Coletivo de Juventude²⁵. Esse representa o período em que o debate da juventude dentro do movimento ocorre com maior intencionalidade e que as pautas desses(as) jovens são projetadas para o próprio MST e também para a sociedade em geral.

Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)

O MAM surge da luta de enfrentamento contra o avanço dos empreendimentos mineradores pelo território brasileiro. Suas raízes estão diretamente ligadas às lutas na Amazônia, principalmente na região de Carajás. Quilombolas, indígenas, ribeirinhos, caboclos e camponeses da região desde o fim dos anos 1990 vem enfrentando os projetos de exploração e escoamento da mineração. A organização do movimento surge do enfrentamento ao Projeto Grande Carajás da empresa Vale em 2012. O MAM nasce de dentro da Via Campesina a partir de militantes que, diante do quadro de crescente conflitos e violação de direitos nos lugares onde a mineração se estabelece, se dedicam a construir um movimento que pautasse exclusivamente o complexo minerador no Brasil²⁶.

O debate proposto pelo MAM tem caráter estrutural ao se questionar o modelo de produção minerador e a forma de acumulação dos bens naturais (terra, água, minério) por esse modelo. Para a superação do conflito com a mineração, o MAM se pauta na organização popular com o objetivo de construir um novo modelo de utilização dos bens minerais “na forma de propriedade social e em benefício de todo o povo brasileiro, que represente a soberania popular

²⁴ Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/08/a-jornada-e-o-momento-de-colocar-nossas-acoes-em-movimento-defende-juventude-sem-terra/>. Acesso em: 26 jun. 2021.

²⁵ Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/08/a-jornada-e-o-momento-de-colocar-nossas-acoes-em-movimento-defende-juventude-sem-terra/>. Acesso em: 26 jun. 2021.

²⁶ Disponível em: <http://mamnacional.org.br/mam/quem-somos/>. Acesso em: 14 maio 2021

e nacional”²⁷. Atualmente ele se encontra em nove estados brasileiros (Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Piauí, São Paulo e Tocantins) e no Distrito Federal, além de participar de mobilizações em outros estados, como no Rio Grande do Sul.

As preocupações com as questões socioambientais estão intrínsecas as mobilizações desse movimento. Como aponta um artigo escrito por uma integrante da coordenação nacional do MAM disponível no site do movimento²⁸, o alerta contra a mineração vai além da disputa territorial, mas é também uma preocupação com a qualidade da água e as consequências para a agricultura das populações do campo atingidas. Alguns exemplos são a contaminação das águas no semiárido baiano, na região de Caetité, onde a estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB), que possui a única mina em atividade de urânio do Brasil, admitiu haver contaminado os poços de águas no município vizinho com concentração de urânio acima do permitido pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Em uma região onde a água já é escassa por causa dos grandes períodos de seca, a contaminação de parte dela coloca em risco a sobrevivência da população do campo na região.

Outro exemplo de conflito socioambiental em torno da mineração são os desastres ligados à empresa Vale S.A. Primeiro o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão na região de Mariana/MG em 2015, controlada pela empresa Samarco S.A., um empreendimento conjunto entre Vale e BHP. Esse desastre comprometeu toda a bacia hidrográfica do Rio Doce, atingindo 230 municípios em Minas Gerais e no Espírito Santo. Segundo o desastre em Brumadinho/MG em 2019, o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, que foi o maior acidente de trabalho do Brasil, resultou em 270 mortes confirmadas. Em ambos os casos a lama devastou vidas, casas, animais, nascentes e riachos, comprometendo por muitos anos e até de forma irreversível o modo de vida de camponeses e pescadores das duas bacias hidrográficas. Para o MAM, para que se possa pensar a soberania alimentar é preciso que a terra e água estejam sob o controle dos camponeses, sendo assim, defender o território para essas populações tornou-se uma questão de sobrevivência.

Durante o I Encontro Nacional do MAM, em 2018 em Parauapebas/PA, os participantes do evento organizaram a Carta de Carajás, onde as juventudes do movimento ganharam destaque. Na carta os(as) jovens são apresentados como categoria de representação na luta

²⁷ Disponível em: <http://mamnacional.org.br/mam/quem-somos/>. Acesso em: 14 maio 2021.

²⁸ “Populações do campo precisam lidar com os perigos dos projetos de mineração” Disponível em: <http://mamnacional.org.br/2017/02/21/populacoes-do-campo-precisam-lidar-com-os-perigos-dos-projetos-de-mineracao/>. Acesso em: 14 maio 2021.

política pela transformação da realidade dos conflitos com a mineração. O MAM oferece regularmente o Curso Nacional de Formação, que tem como principal objetivo a formação, integração e articulação de jovens das comunidades que estão em conflitos com empreendimentos minerários.

Pastoral da Juventude Rural (PJR)

A PJR é uma das pastorais sociais da Igreja Católica. Foi criada em 1983, durante o Encontro do Jovem da Roça, em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, com o objetivo de resistir ao êxodo rural que atingia as regiões agrícolas do país, devido à expansão das monoculturas e da mecanização das lavouras (PJR, 2013). Como desdobramento desse encontro, foram organizadas comissões de trabalho (sindicalismo, política, cooperativismo, reforma agrária etc.) para a elaboração de um material massivo de formação a partir das teses aprovadas. Em 1988, é iniciada a articulação da PJR em nível nacional, propondo a articulação nacional dos(as) jovens rurais a partir da soma das experiências de organização pastoral. Em 1999, foi assumida oficialmente a sigla PJR, a partir da realização do que se chama na fonte de pesquisa, como “V Seminário Regional (1999)”, que teve como tema a “metodologia da PJR”.

Desde o início a PJR em seu discurso busca definir os(as) jovens para além da identidade rural, englobando também seu protagonismo político na igreja, no sindicato e nos demais espaços políticos e na luta pela reforma agrária (BARCELLOS, 2014), constituindo o primeiro movimento voltado apenas para a questão da juventude e formado pelos(as) jovens. Os principais objetivos e pautas da PJR são a formação política e religiosa dos(as) jovens militantes, com o intuito da construção de um projeto popular para o campo. Para a PJR as juventudes são protagonistas nessa construção, sendo o tema central de todas as pautas, relacionado sempre às questões do campo. Pautam a Agroecologia como maneira de integrar-se à natureza e compreender o planeta terra como alguém que precisa de cuidado, em contraposição ao modelo agrícola do agronegócio voltado à produção de commodities que leva risco à soberania alimentar.

O movimento se organiza de forma local, através de coletivos regionais, a fim de acompanhar de forma substancial seus grupos de base. Segundo o documento "Somos Igreja Jovem", um subsídio de estudo acerca do movimento, a "Coordenação Nacional da PJ (CNPJ)

é formada por jovens dos 18 regionais [...] e por um jovem na secretaria nacional”²⁹. A coordenação conta com forte apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que auxilia a PJ em suas atividades, demandas e organização. As dioceses se organizam em aproximadamente 600 pequenos grupos de jovens que juntos mobilizam evangelismos, formações políticas e ações específicas do movimento através de encontros nacionais, como a Ampliada Nacional (espaço deliberativo) e o Encontro Nacional (espaço celebrativo).

Em relação à questão socioambiental, a PJR destaca a perda da biodiversidade causada pela expansão das commodities do agronegócio, além do aumento do uso de agrotóxicos. A PJR também procura destacar a relação entre a diversidade de biomas brasileiros e das relações entre as juventudes rurais e cada um desses biomas, considerados como parte da identidade da cultura camponesa: “como camponeses, temos uma cultura própria e, ao mesmo tempo, de que ela é múltipla, pois o jovem da caatinga é diferente do jovem do cerrado, que é diferente do jovem do pampa, que são diferentes de outros jovens”³⁰.

Em 2016, a PJR entregou ao então ministro do MDA sua pauta, tendo a Agroecologia como um ponto específico de suas demandas, por exemplo: criar áreas livres de transgênicos e agrotóxicos; fomento a processos de transição para a Agroecologia; distribuição de sementes crioulas (fundo rotativo); apoio aos bancos de semente; liberação de agentes de desenvolvimento sustentável local com formação agroecológica (CASTRO et al, 2017). Em 2020, em meio à pandemia de COVID-19, a PJR em conjunto com outras Pastorais participou da Semana da Cidadania com o lema “A defesa da terra, é a defesa da água, é a defesa da vida” que foi realizada no mês de abril. O evento ocorreu em forma de transmissão ao vivo na internet.

A partir dessa discussão, percebemos que as pautas socioambientais permeiam a história e a trajetória desses movimentos sociais rurais. No MST, no MPA e na PJR a oposição ao modelo de produção do agronegócio tem como alternativa a defesa da produção agroecológica aliada a pauta da reforma agrária; a pauta da Agroecologia como maneira de integrar-se à natureza, em contraposição ao modelo agrícola do agronegócio voltado à produção de commodities, tendo as juventudes rurais um papel importante nessa transição. Estas pautas também se encontram na militância do MMC, associada a transformação entre as relações de gênero, a partir de uma perspectiva feminista, libertadora e popular. Os(as) jovens do MAB por sua vez a pauta ambiental está associada e se evidencia no engajamento na luta pela soberania

²⁹ Disponível em: <https://www.pj.org.br/quem-somos/cn/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

³⁰ Disponível em: <https://www.pj.org.br/quem-somos/cn/>. Acesso em: 28 jun. 2021

energética. Assim como as juventudes do MAM, na luta contra o modelo de produção minerador e a forma de acumulação dos bens naturais (terra, água, minério). Nos espaços da CONAQ, as juventudes junto a suas comunidades quilombolas atuam e formulam pautas abordando a preservação da biodiversidade e da cultura quilombola no Brasil.

Neste capítulo tratamos de nos aproximar mais das juventudes rurais dos movimentos sociais camponeses. Esses atores sociais ganharam nos últimos anos cada vez mais espaço e atuação dentro dos espaços políticos do movimento. Traçando o panorama geral dos movimentos estudados e suas juventudes podemos perceber que os espaços como eventos, encontros e jornadas seguem sendo importantes espaços de sociabilidade política, permanecendo articulados às organizações dos coletivos, coordenações locais e regionais, mesmo que nos últimos dois anos tenham sofrido adaptações ao contexto da pandemia da COVID-19. Os encontros virtuais ligados aos grandes eventos como as jornadas ou *lives* temáticas seguem significando para as juventudes dos movimentos espaços de construção de formação e luta. É possível notar que as mobilizações continuaram mesmo nesse período.

Em relação às pautas dos movimentos sociais do campo há um entrelaçamento entre a questão agrária e a questão ambiental, principalmente nos últimos anos. No MST a oposição ao modelo de produção do agronegócio tem como alternativa a defesa da produção agroecológica aliada a pauta da reforma agrária. Para o movimento a democratização da propriedade da terra deve estar aliada a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno, combinada com um modelo econômico que distribua renda e respeite o meio ambiente. Encontramos semelhantes posicionamentos nas pautas da PJR e do MPA. A PJR pauta a Agroecologia como maneira de integrar-se à natureza e compreender o planeta terra como alguém que precisa de cuidado, em contraposição ao modelo agrícola do agronegócio voltado à produção de commodities que leva risco à soberania alimentar, tendo as juventudes rurais um papel importante nessa transição. No MPA a produção de alimentos através da Agroecologia aliada a denúncia do agronegócio é pautada como uma oportunidade para que os(as) jovens do movimento permaneçam em seus territórios, enquanto seguem se formando e atuando como militantes, ao mesmo tempo em que contribui para a renovação do movimento.

Já o MMC pauta a transformação das relações sociais de classe, na mudança da relação com a natureza e também na transformação entre as relações de gênero, a partir de uma perspectiva feminista, libertadora e popular. Os(as) jovens do MAB por sua vez estão inseridos na luta dos direitos humanos e na luta pelo acesso à água, além de pautar a soberania energética. Além de participarem nas denúncias contra os conflitos com grandes empreendimentos, como mineradoras e barragens hidrelétricas. Assim como as juventudes do MAM, que pautam o questionamento ao modelo de produção minerador e a forma de acumulação dos bens naturais (terra, água, minério) por esse modelo. Para os(as) jovens da CONAQ as comunidades quilombolas possuem um papel na preservação da biodiversidade e da cultura do Brasil, através de sua cultura particular e de sua relação com os recursos naturais em seus territórios.

Através dos vídeos que compõem o escopo deste trabalho, buscamos nos aproximar dessas pautas pelas falas das juventudes rurais que atuam nesses movimentos. Em nossas análises no próximo capítulo buscamos compreender como essas pautas, ligadas às juventudes, ao rural e ao ambiental emergem nos posicionamentos dessas/desses que estão ocupando os espaços de debates desses movimentos sociais. Tendo como base de análise as contribuições do campo da Educação Ambiental Crítica.

CAPÍTULO III – AS JUVENTUDES RURAIS NO ESTEIO DAS PAUTAS E MOBILIZAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO BRASIL

Neste capítulo, a partir da análise das falas das juventudes rurais dos movimentos sociais, tendo como suporte teórico o campo da Educação Ambiental Crítica, realizamos uma discussão a partir das principais pautas socioambientais levantadas por esses(as) jovens. Por mais que não haja menção ao termo “educação ambiental” no discurso dessa juventude, as temáticas abordadas estão relacionadas com aquelas temáticas estudadas no campo da Educação Ambiental Crítica que se propõe a investigar, como os conflitos socioambientais, a crise ambiental, modo de produção do agronegócio, a Agroecologia, o valor cultural dos territórios. Além de ter sido possível compreender como essas juventudes interligam as questões sociais, ambientais e políticas em seus posicionamentos. Percebemos também uma diferença entre os perfis das diferentes organizações e movimentos sociais.

3.1. A continuidade da luta através da formação das juventudes

Antes de nos aprofundarmos especificamente nos debates das questões socioambientais, consideramos importante destacar alguns temas mais gerais que surgiram nas falas das juventudes rurais presentes nos vídeos analisados neste trabalho. Temas relacionados à percepção desses(as) jovens sobre si mesmos, suas identidades, suas militâncias e o espaço que ocupam dentro dos movimentos. Podemos constatar na sistematização dos materiais analisados através do software Atlas ti. 9, a associação recorrente entre os temas “juventude”, “continuidade da luta” e “formação no movimento”.

Os(as) jovens dos movimentos se sentem responsáveis pela conquista dos direitos e pela ampliação do debate sobre políticas públicas para o meio rural. Há um senso de dívida histórica com aqueles que lutaram antes deles(as) e contribuíram para a construção do movimento social, principalmente entre a juventude do movimento quilombola onde o conceito de ancestralidade é sempre evocado. Os “mais velhos” são apontados como fonte de conhecimento e inspiração para a luta e a juventude ocupa o espaço de continuidade dessa luta, mas também de portadora do novo. É ela quem vai ensinar aos mais velhos como utilizar a tecnologia, tão importante

nesses tempos de pandemia, é ela quem vai renovar as lutas trazendo suas pautas próprias, sendo considerada pelos(as) próprios(as) jovens como responsáveis pela renovação do movimento.

Essas juventudes consideram-se uma força transformadora, sendo esse o adjetivo mais atribuído à autodescrição de juventude feita por esses(as) jovens nos materiais analisados. Ao atribuírem a si esse poder transformador, essas sujeitas e sujeitos têm observado que acabam por ser fonte de disputa nos espaços políticos e sociais:

[...] mas porquê que ela é disputada mesmo?... porque a nossa juventude ela já demonstrou né... ser jovem é ter uma capacidade de reivindicação... uma capacidade de mobilização... e uma capacidade de entrega em processos que podem sim transformar o marco... os marcos das nossas sociedades né... a juventude protagonista no processo de revolução... na Revolução Sandinista... os jovens na América Latina como todo são protagonistas de vários processos de transformações sociais... isso a história já nos mostrou... (Carlos Alberto, militante do LPJ)³¹

Estando no espaço organizado dos movimentos, essas juventudes têm na organização o meio para articular suas lutas e as mudanças que desejam, apesar de ainda identificarem dificuldades na comunicação entre gerações. Essas juventudes se definem como seres em formação e apontam para a importância do movimento social como guia e suporte para isso. Em concordância com a perspectiva da autora Gohn (2001), esses atores consideram o espaço dos movimentos sociais como ambiente educativo. Como demonstrado na fala a seguir, retirada do documentário “Juventude MST - A educação semeada na luta por terra” publicado em 2016, o jovem de um acampamento do movimento da cidade de Paranacity/PR, considera os espaços promovidos pelo MST importantes para guiar o “espírito” militante das juventudes, através do conhecimento e práticas acumuladas ao longo da história.

[...] e essa continuidade... ela não pode se dar... no espírito louco assim... acho que a juventude tem muito isso... aquele senso de loucura... de botar a mão na massa... e de querer fazer... de se empolgar... e de querer fazer... está sempre fazendo... e... eu acho que aí que o movimento é importante assim... porque eles mostra as experiências que deram certo... mostra experiência que tendem a dar certo... e os caminhos que podem dar certo... então assim... éh... o momento muito importante nessa parte assim... de segurar um pouco o jovem pra ele não sair fazendo avulso... sair tipo... fazendo... querer fazer tudo... mas que o que ele faça... ele faça bem feito e tenha um bom resultado do seu trabalho... (Elielson Nunes, militante do MST/PR)³²

Como afirma Paludo (2005), nos movimentos sociais os militantes se educam através da luta concreta e suas contradições e tensões sociais. Ao fazer parte da estrutura organizativa,

³¹ NOVA Geração Camponesa e Soberania Alimentar [S.l.:s.n.], 2020. 1 vídeo (109 min). Publicado pelo canal MPA - Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=btfdS4Py1E>. Acesso em: 30 jul. 2021.

³² JUVENTUDE MST - A EDUCAÇÃO SEMEADA NA LUTA POR TERRA [S.l.:s.n.], 2016. 1 vídeo (34 min). Publicado pelo canal Juventude MST. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1zhfsqyv65A>. Acesso em: 29 jul. 2021.

os sujeitos passam a atuar politicamente, socialmente e culturalmente, ao mesmo tempo em que constroem novos saberes, valores e relações sociais (PALUDO, 2005). Assim, em consonância com Paludo (2005), pode-se dizer que o contexto, a coletividade, o sentimento de pertença, o movimento, a identidade de projeto, a organização, a luta e a transformação são expressões fortes que, interconectadas, permitem compreender o caráter educativo dos espaços dos movimentos.

Os movimentos sociais têm sido educativos na medida em que agregam e mobilizam seus sujeitos em torno das lutas pela sobrevivência, pela terra ou pela inserção na cidade. O objeto das mobilizações e de suas pautas estão localizados no ambiente próximo à existência dessas pessoas que compõem o movimento, em seus territórios e cotidianos, porém as reivindicações são direcionadas para fora, aos governos, ao modelo econômico, às políticas públicas (ARROYO, 2003). Assim, as interpretações e referenciais construídos ao longo da história desses movimentos e suas estratégias para transformar essas pautas locais em reivindicações coletivas vai se transmitindo em seus espaços formativos e através das relações que se estabelecem dentro dos movimentos, onde também está inserida as juventudes, que demonstram participar ativamente desse processo. Segundo Arroyo (2003) essa reprodução não ocorre de maneira tradicional e fechada, há uma abertura para fora a partir de necessidades, de valores e experiências de luta, coladas a sua tradição e identidade, a sua memória coletiva.

A maior parte das juventudes organizadas aqui analisadas identificam em si a continuação da luta e também o instrumento de formação de outros(as) jovens. Esses(as) jovens buscam deixar claro que querem cooperar com a construção dos movimentos sociais e agregam a eles suas próprias pautas, se colocando no centro da busca por direitos, por entenderem que o futuro da luta está vinculado aos seus próprios futuros. Ao mesmo tempo que representam a renovação dessa mesma luta. Aqui podemos perceber o que afirma Gohn (2001) sobre a força social coletiva organizada, interligando o presente e o passado dentro da história e das práticas dos movimentos. Os processos de construção de cidadania e as experiências vividas durante as lutas dos movimentos, permanecem sempre no imaginário coletivo do grupo, influenciando a leitura do presente e também o ideário desses(as) jovens. É a partir dessa força social coletiva, que as juventudes aprendem em coletivo a elaborar suas estratégias, seja de conformismo ou resistência, passividade ou rebelião, dependendo dos conflitos e dos atores sociais envolvidos (GOHN, 2001).

Em alguns casos, o exemplo de estratégias já utilizadas na história de luta dos movimentos é usado como caminho a não ser mais seguido. Em algumas falas analisadas surgiram apontamentos de que, apesar do aprendizado contido nas lutas das gerações anteriores e na conquista de políticas públicas voltadas para o meio rural, o momento atual é de pensar em ações diferentes que busquem a estruturação de uma política de Estado que possa garantir a longo prazo os direitos dessas juventudes rurais. Como explicitado na fala de uma jovem militante do MPA no estado do Espírito Santo durante uma *live* da juventude do movimento, transmitida em 2020 no YouTube:

[...] também não podemos enquanto nova geração camponesa tomar as mesmas medidas e acreditar nas mesmas formas de mudanças que acreditávamos algum tempo atrás... porque... as formas com que acreditavam que íamos mudar esse sistema infelizmente já vimos aí pela história que não são as formas com que a gente vai conseguir de fato derrubar o capital né... não vai ser fazendo apenas políticas públicas que a gente vai derrubar esse modelo de sociedade né... (Kátia Soprano, militante do MPA/ES)³³

Essa fala vai ao encontro com o que aponta Barcellos (2021), no sentido em que esses movimentos se encontram reconstruindo suas estratégias, passando a acionar o acúmulo das organizações e pautas construídas ao longo dos governos Lula-Dilma mais o histórico acumulado ao longo dos anos 90 e 80, traçando novos caminhos para lidar com o atual contexto político brasileiro. E nesse cenário as pautas das juventudes, assim como as pautas socioambientais passam a ganhar cada vez mais espaço nos debates e nas estratégias de luta dos movimentos.

O êxodo rural ainda permaneceu como temática ligada ao meio rural para essas juventudes e é apontado como consequência do sistema de produção capitalista e os(as) jovens camponeses se percebem como sujeitos que, através de sua permanência no campo e da produção de alimentos saudáveis, podem reverter esse cenário. Porém, essa permanência não se dá a qualquer custo, como aponta uma militante do estado do Sergipe ao comentar sobre o que espera que o movimento a auxilie a conquistar durante uma *live* da juventude do MPA em 2020:

[...] porque eu não vou me matar pela construção de uma organização... mas eu tenho que colocar a minha organização dizendo... olha... eu vou fazer o debate no campo... mas eu preciso de tecnologia aqui... preciso de um mini trator... preciso de uma roçadeira... é necessário... é fundamental... não quero que o jovem fique no campo

³³ NOVA Geração Camponesa e Soberania Alimentar [S.l.:s.n.], 2020. 1 vídeo (109 min). Publicado pelo canal MPA - Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=btfedS4Py1E>. Acesso em: 30 jul. 2021.

arrancando catingueira com as mãos para dar comida pras vaca não... no semiárido desse... me poupe... (Maria Santos, militante do MPA/SE)³⁴

Há uma reivindicação entre essas juventudes em relação aos meios para que os(as) jovens tenham no campo um “espaço de vida”, ou seja, quais as condições necessárias para que esses sujeitos permaneçam com qualidade de vida em seus territórios. Os(as) jovens, apesar da maioria se reconhecerem como responsáveis pela luta e pela sucessão rural, apontam a importância da tecnologia e de avanços para que a permanência das juventudes ocorra em condições melhores que a das gerações anteriores. Condições essas que, além de apenas econômicas, são também sociais, políticas, culturais e ambientais.

3.2. O entrelaçamento entre a questão ambiental e as pautas sociais e políticas

Em nossas análises das falas, posicionamentos e pautas dos(as) jovens rurais dos movimentos sociais presentes nos materiais de análise que compõem o escopo deste trabalho o assunto que mais frequentemente esteve em foco foi a respeito das questões socioambientais, ficando atrás apenas do próprio tema “juventude”. Após a sistematização feita através do software Atlas ti. 9, foi possível contabilizar a frequência com que cada tema aparecia além de também quais temáticas mais se relacionavam à essas juventudes. As temáticas mais frequentemente relacionadas ao debate das questões socioambientais foram: Agroecologia, agronegócio, agrotóxicos, água, alimentação saudável, conflitos socioambientais, crise do capitalismo, defesa dos bens naturais, mineração e novo modelo produtivo.

Nas falas desses(as) jovens, todas referentes ao período dos últimos cinco anos, algo que nos chamou atenção como um todo é a presença de uma associação entre as pautas sociais e ambientais. Ao tratar de meio ambiente, nas falas observadas, o tema não vem separado das pautas sociais e políticas. O modo de produzir o alimento e de defender o território e a cultura surgem associados à própria defesa da natureza. Esses(as) jovens do campo sempre ressaltaram a conexão entre o meio rural e o meio ambiente, algumas vezes até tratados como um só. A transformação no modo de produzir e a preservação ambiental encontram intrinsecamente ligados para esses(as) jovens, como podemos observar na fala de uma militante do MPA no

³⁴ NOVA Geração Camponesa - Arte, Memória e Cuidado [S.l.:e.n.] 2020. 1 vídeo (69 min). Publicado pelo canal: MPA - Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sZdXk9PuwpY>. Acesso em: 04 ago. 2021.

estado do Espírito Santo, feita durante uma *live* do Coletivo de Juventude Nacional do MPA em 2020:

[...] nós afirmamos a todo momento que a gente busca o novo modelo de relações sociais... que a gente busca o novo modelo de relação ambiental com a terra e com a natureza né... [...] e a gente precisa afirmar e ter isso com certeza--... que a nossa luta é contra o sistema capitalista né... [...] o modelo camponês de produzir... de cultivar... ele tem muito a provir... ele tem muito a acrescentar para enfrentar os desafios desse modelo de produção de alimentos né... na própria forma da produção de alimentos né... no cuidado com a natureza né... nos sentir... ser parte do ambiente... na regeneração e preservação ambiental né... (Kátia Soprani, militante do MPA/ES)³⁵

Os danos ambientais, principalmente os causados pela expansão do agronegócio, como desmatamento e avanço das queimadas, intensificado nos últimos anos no país diante da política ambiental (ou ausência) do atual governo, também são expressados pelos(as) jovens em suas falas. Há uma preocupação com o denominado "avanço do capital" por sobre os territórios. O agronegócio e os empreendimentos mineradores são apontados como invasores das reservas ambientais, das terras indígenas e quilombolas, dos assentamentos e demais territórios tradicionais. Na *live* do MMC “Jovens ‘Esperança e Resistência’ Jornada N. Sementes de Resistência”³⁶ que ocorreu em 2021, uma jovem militante do MMC do Distrito Federal, Laura Juanita, usa o termo "sociobiodiversidade" para nomear o conjunto de bens naturais e práticas culturais que se encontram sob ameaça por esse avanço.

Em consonância com o debate proposto por Castro (2016), essas juventudes rurais, de maneira geral, seguem pautando questões relacionadas ao acesso à terra através da reforma agrária, regularização e titulação das terras (no caso das juventudes quilombolas), sustentabilidade, inclusão digital, geração de renda, tecnologia para produção, especialmente a produção agroecológica, condições essas importantes para a permanência no campo. Esses fatores reafirmam a importância dessas juventudes como atores políticos. E, para além de apenas a arena política, a importância dessas juventudes como um tipo de “sujeitos ecopolíticos” de acordo com Layrargues (2020). Para além de uma postura de mudança de comportamento diante da crise socioambiental, essas juventudes rurais pautam as questões socioambientais no enfrentamento político, cobrando por compromisso e responsabilidade ambiental da esfera política e econômica (LAYRARGUES, 2020).

³⁵ NOVA Geração Camponesa e Soberania Alimentar [S.l.:s.n.], 2020. 1 vídeo (109 min). Publicado pelo canal MPA - Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=btfedS4Py1E>. Acesso em: 30 jul. 2021.

³⁶ LIVE das Jovens "Esperança e Resistência" Jornada N. Sementes de Resistência [S.l.:s.n.], 2021. 1 vídeo (52 min). Publicado pelo canal Movimento Mulheres Camponesas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bvBTqAd9amI>. Acesso em: 31 jul. 2021.

Mesmo que o termo “educação ambiental” não tenha emergido em nenhum dos materiais analisados na pesquisa, através das experiências que esses militantes vivenciam com a questão ambiental, eles educam e são educados por essa relação com as situações e debates do âmbito ambiental. Podemos traçar um paralelo entre suas falas e alguns conceitos deste campo, principalmente os oriundos da macrotenência de Educação Ambiental Crítica. O meio ambiente como integração entre os aspectos físico biológicos e sociais e culturais produzidos pelas sociedades e seus membros, se relaciona à ideia de meio ambiente proposta nas falas das juventudes dos movimentos sociais rurais. A constante disputa com o modelo do agronegócio, com os conflitos socioambientais em suas localidades, o acesso à água e outros bens naturais, as disputas políticas, as mobilizações, todas dinâmicas que fazem parte da construção das pautas socioambientais no âmbito dos movimentos sociais e, conseqüentemente, influem nas pautas que a juventude rural presente nesses espaços apresentam como suas (LOUREIRO, 2008).

Há nas falas dessas juventudes dos movimentos sociais rurais uma explícita combinação de denúncia e anúncio (LAYRARGUES, 2020). A denúncia da lógica do agronegócio e de grandes empreendimentos, que geram desperdícios dos bens naturais, como a água e o solo; os desmatamentos; a contaminação e o envenenamento por agrotóxicos; a distribuição e o acesso desigual da lógica capitalista aos território e os bens naturais presentes nele; as conseqüências sociais e ambientais dessas lógicas de produção; da ausência de uma política de Estado voltada às populações do campo e aos biomas naturais. E o anúncio de uma saída, de um outro modo de produzir, em sua maioria das vezes pautado na Agroecologia, no fortalecimento da relação entre o campo e a cidade, na busca por uma alimentação saudável, por políticas públicas voltadas às juventudes e ao meio rural.

Como está expresso por Barcellos (2021), acreditamos que essa diversificação dos temas abordados pelas juventudes rurais está relacionada a uma busca por fortalecer e aumentar a expressão política, criando a partir das temáticas socioambientais novas relações de poder e mobilizando recursos culturais e cognitivos. As dinâmicas espaciais e ambientais de cada contexto e ecossistema em que vivem esses(as) jovens fazem parte do conjunto de relações que esses sujeitos constroem com seu território, com o movimento do qual fazem parte, com suas comunidades e com o modelo socioeconômico de desenvolvimento presente ali (BARCELLOS, 2021).

Alguns caminhos apontados por essas juventudes rurais, nesses últimos cinco anos presentes nos espaços dos movimentos analisados, como enfrentamento ao sistema capitalista

e à conquista de uma sociedade justa e igualitária foram o fortalecimento da relação campo e cidade, a produção de alimentação saudável, os cuidados com a natureza e a organização popular. A busca por um novo modelo de relações sociais surge vinculado à busca por formas mais sustentáveis de se relacionar com a terra e com a natureza na pauta ligada à luta contra o sistema capitalista, como demonstra a seguinte fala de uma militante do MPA do Espírito Santo, durante uma *live* da juventude do movimento em 2020:

[...] não é uma ideia de que vamos destruir esse sistema e acabar com esse sistema de uma forma... de uma forma amigável... porque não é uma forma amigável... mas é com toda essa relação de campo e cidade... de produção de alimentação saudável... de cuidados com a natureza... de organização popular... é que a gente vai conseguir enfim ter uma sociedade justa e igualitária... (Kátia Soprani, militante do MPA/ES)³⁷

Essas juventudes em geral acreditam que o modelo de produção camponês, com os alimentos saudáveis, Agroecologia e o cuidado com a natureza, são o caminho para superar a crise alimentar do modelo capitalista e a crise ecológica, apesar de que os meios para isso podem diferir conforme o movimento social a qual elas pertencem, pontos sobre o qual retornaremos mais adiante. Há uma demonstração de preocupação com a atual crise do modelo capitalista, que concentra a população nas grandes cidades enquanto o agronegócio avança sobre o campo. Um jovem militante do MPA em uma *live* em 2020³⁸, afirmou que esse modelo dominante tende a formar jovens camponeses que não se questionam sobre o modelo agrícola hegemônico. Isso, para essas juventudes, reafirma a importância dos espaços de formação dos movimentos, pois entendem esses(as) jovens do meio rural como sujeitos de disputa entre diversos setores da sociedade.

Podemos perceber também que, apesar dos espaços dos movimentos serem um lugar de afirmação da identidade camponesa, o estigma sobre o meio rural ainda surge na fala de alguns(as) jovens. Em um *live* promovida pelo Coletivo de Juventude do MPA em 2020³⁹, uma militante da PJR, Maria Vasconcellos, do estado da Paraíba, afirma que "ser jovem no Brasil não é fácil" e associa essa dificuldade com o modo da sociedade encarar o campo como relacionado ao atraso. Em sua fala o meio rural ao qual pertence, onde os movimentos sociais são atuantes e predomina a agricultura familiar, aparece em oposição ao agronegócio, esse último como modelo de desenvolvimento a ser seguido pela sociedade capitalista. É

³⁷ NOVA Geração Camponesa e Soberania Alimentar [S.l.:s.n.], 2020. 1 vídeo (109 min). Publicado pelo canal MPA - Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=btfedS4Py1E>. Acesso em: 30 jul. 2021.

³⁸ NOVA Geração Camponesa e Soberania Alimentar [S.l.:s.n.], 2020. 1 vídeo (109 min). Publicado pelo canal MPA - Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=btfedS4Py1E>. Acesso em: 30 jul. 2021.

³⁹ NOVA Geração Camponesa e Soberania Alimentar [S.l.:s.n.], 2020. 1 vídeo (109 min). Publicado pelo canal MPA - Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=btfedS4Py1E>. Acesso em: 30 jul. 2021.

interessante perceber que a oposição feita pela jovem é entre o agronegócio e o modo de vida camponês, e não entre o campo e a cidade. O meio urbano, quando citado pelos(as) jovens, surge como aliado no enfrentamento à lógica de produção capitalista, como podemos perceber nas seguintes falas:

[...] porque esse debate de juventude... esse debate de vida... tem que ser um debate feito do campo e da cidade né... porque é isso que forma a classe trabalhadora né... não só na cidade mas também no campo... unidos contra esse neoliberalismo... contra esse sistema né... que só nos destrói... que só nos mata né... (Maria Eduarda Vasconcellos, militante da PJR/PB)⁴⁰

A aliança com a cidade e as questões socioambientais passam a fazer parte da construção da ruralidade dessas juventudes. Notamos uma espécie de dissolução das fronteiras entre rural e urbano como aponta Carneiro (1998) e Bezerra e Bacelar (2013), porém, como essas autoras sugerem, não no sentido do desaparecimento do modo de vida do campo, mas essa nova forma de construir relações entre o campo e a cidade como uma estratégia de afirmação da importância do próprio rural. Além de demarcar uma estratégia de mobilidade para essas juventudes, que veem as fronteiras entre os dois mundos mais tênues, abrindo possibilidades para aproveitar o melhor dos dois mundos, sem com isso perder sua identidade de jovem do campo. Ainda assim, as dinâmicas de vida no meio rural, as formas como a população e, conseqüentemente, a cultura local são impactadas e modificadas não são homogêneas, afetando o rural de maneira diversa, gerando, mesmo dentro do âmbito dos movimentos sociais camponeses diversas ruralidades distintas (CARNEIRO, 1998).

Segundo Loureiro (2006), quase sempre os movimentos sociais se envolvem em lutas relacionadas à qualidade de vida e a possibilidade de sobrevivência em determinado espaço, pautando as questões ambientais diante de ameaças concretas à suas realidades. Assim, diferentes movimentos sociais, por mais que todos eles se denominam camponeses, apresentam diferentes composições e organizações, pautando questões que se alinham ao contexto e aos padrões políticos, culturais e históricos que vivenciam. Ao encontro de Castro (2016), temas como sustentabilidade, assistência técnica e Agroecologia podem tanto aproximar os debates quanto expressar diferenças entre os movimentos.

⁴⁰ NOVA Geração Camponesa e Soberania Alimentar [S.l.:s.n.], 2020. 1 vídeo (109 min). Publicado pelo canal MPA - Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=btfedS4Py1E>. Acesso em: 30 jul. 2021.

3.3. A produção de alimentos saudáveis e agroecológicos como enfrentamento à crise ambiental

Há um predomínio nas pautas ligadas à produção de alimentos e produção agroecológica nos posicionamentos das juventudes rurais dos movimentos MMC, MST, MPA e PJR. A defesa dos bens naturais e a preservação da natureza aparecem relacionadas ao modelo produtivo. O cultivo da terra e dos alimentos de maneira mais ecologicamente correta, na fala dessas juventudes, contribuiria não apenas para a proteção da natureza, mas também para a saúde de todos que consomem esses produtos. As possibilidades de permanecerem no campo produzindo por esses meios mais saudáveis e obter renda com isso surgem como alternativa ao êxodo rural. O enfrentamento ao modelo do agronegócio e a consequente crise ambiental se daria através da produção agroecológica e em pequena escala. Esses foram as ênfases dadas por esses movimentos e suas juventudes em relação a suas pautas, que foi possível perceber em nossas análises. Estamos cientes de que essas temáticas não resumem toda a complexidade de pautas desses movimentos sociais, porém destacamos o que analisamos ser o mais enfatizado pelas sujeitos e sujeitos dessas organizações e movimentos sociais nos materiais analisados.

Podemos observar nas falas atuais destas organizações e movimentos sociais em juventude rural denúncias ao atual governo Bolsonaro, principalmente em relação ao âmbito socioambiental e as tomadas de decisão durante a pandemia. A questão da fome, agravada nos últimos anos no país, também emerge nas falas da juventude. A militante Laura Juanita do MMC no Distrito Federal, durante uma *live* em 2021, chama a atenção para o aumento da insegurança alimentar e nutricional no Brasil nos últimos anos. Ela define o que chama de "ambiente de ausência de proteção social adequada"⁴¹. Ela cita o aumento do desemprego e das privatizações e a diminuição das políticas de seguridade social como o SUS, a assistência social e a previdência social.

Para nos auxiliar a contextualizar a questão do aumento da insegurança alimentar no Brasil nos últimos anos, trazemos um documento produzido em 2021 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) sobre o aumento da fome no

⁴¹ LIVE das Jovens "Esperança e Resistência" Jornada N. Sementes de Resistência [S.l.:s.n.], 2021. 1 vídeo (52 min). Publicado pelo canal Movimento Mulheres Camponesas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bvBTqAd9amI>. Acesso em: 31 jul. 2021.

país no período da pandemia da COVID-19 a partir de levantamentos realizados por todo o território brasileiro durante dezembro de 2020. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN, 2021) mostra como ao fim de 2020 55,2% da população brasileira se encontrava em situação de insegurança alimentar e dentre eles 9% conviviam com a fome.

Este relatório aponta também que na zona rural esse dado é ainda mais grave, 12% dos domicílios localizados no campo se encontravam em situação de grave insegurança alimentar. Essa diferença entre rural e urbano foi encontrada por todas as regiões do país, porém nas regiões Norte e Nordeste era a área rural que detinha a maior proporção de insegurança alimentar, enquanto que nas regiões Sul/Sudeste e Centro-Oeste as áreas urbanas que se encontravam com menores taxas de segurança alimentar (VIGISAN, 2021).

Uma associação feita por esse relatório é entre a insegurança alimentar e a insegurança hídrica, principalmente nas zonas rurais. Estando a disponibilidade de água ligada diretamente a produção de alimentos tanto para o consumo quanto para a comercialização, a proporção de famílias enfrentando a fome dobrava quando não havia água à disposição de maneira apropriada para o cultivo de alimentos (de 21,1% para 44,2%) e quase dobrava quando havia falta de água para o consumo dos animais (de 24% para 42%) (VIGISAN, 2021). Outro fator que influenciou na redução da segurança alimentar dos domicílios da área rural foi a diminuição dos preços dos produtos comercializados por essa parte da população. Nas localidades onde ocorreram essa redução a insegurança alimentar moderada/grave dobrava em relação aos domicílios nos lugares onde isso não ocorria.

Por utilizar a mesma metodologia e classificação que o Governo Brasileiro utiliza através do IBGE para tratar da insegurança alimentar, os dados do Inquérito da Rede PENSSAN (VIGISAN, 2021) nos permitem realizar uma comparação com outros momentos no país. De 2004 a 2013 houve um aumento da parte da população que se encontrava no espectro da segurança alimentar, conforme os dados obtidos na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) entre 2017 e 2018. No entanto, o contrário ocorreu entre 2013 e 2018. Houve uma expressiva redução na segurança alimentar, o que se agravou ainda mais nos últimos dois anos. Os níveis de insegurança alimentar moderada e grave obtidos em 2020 regrediram a valores similares aos encontrados antes no ano de 2004 (VIGISAN, 2021).

Os dados apresentados pelo inquérito do VIGISAN (2021) nos permitem visualizar a gravidade da crise econômica e sanitária dos últimos anos no Brasil, agravada ainda mais pela

ausência de políticas públicas adequadas para enfrentar esse momento. Diante deste cenário, a produção de alimentos saudáveis foi apontada pelos(as) jovens como uma saída para conseguir renda em diversos vídeos analisados. Durante a pandemia da COVID-19, alguns produtores têm recorrido ao delivery de alimentos em substituição às feiras que foram suspensas no início da pandemia, já que a busca por produtos sem agrotóxicos, segundo os relatos, cresceu nas cidades. É o caso de militantes do MST, do MPA, da PJR e do MMC.

Assim, podemos perceber uma associação entre a questão alimentar e o desmantelando das políticas públicas de segurança alimentar, assistência social e de comercialização direta. O cultivo de alimentos orgânicos é apontado por uma jovem militante do MMC como saída econômica para as mulheres de sua comunidade, durante um vídeo do MMC em 2021⁴². Através das políticas públicas PAA e do PNAE, essas políticas permitiam ao governo adquirir alimentos diretamente dos agricultores familiares para a distribuição em escolas, creches, hospitais, etc. Com o fim do MDA em 2017 durante o governo Temer, essas políticas foram diretamente afetadas. O MDA atuava em três eixos de intervenção: política agrária, política de fortalecimento da agricultura familiar e política de desenvolvimento territorial (MATTEI, 2017).

Foi possível encontrar entre essas juventudes falas que demonstram, apesar das dificuldades apontadas por elas mesmas, a vontade de seguir produzindo alimentos. Um jovem do MPA, durante um vídeo onde relata sua experiência produzindo alimentos agroecológicos em 2021⁴³, afirma que para ele ser agricultor é sinônimo de nobreza, pelo fato de ser responsável pela alimentação das pessoas. Para esse militante, produzir alimentos saudáveis é uma experiência "gratificante", em suas próprias palavras. Ele relata sentir a felicidade dos clientes quando comprem seus alimentos sem veneno.

A pauta da alimentação saudável surge associada a um "ato político" no âmbito da Agroecologia. Para além da alimentação, a permanência no campo para que as juventudes sigam produzindo é importante que haja acesso à saúde, à educação, ao lazer, ao esporte. A Agroecologia é apontada como um modelo de vida e uma das pautas de nível nacional dentro

⁴² LIVE das Jovens "Esperança e Resistência" Jornada N. Sementes de Resistência [S.l.:s.n.], 2021. 1 vídeo (52 min). Publicado pelo canal Movimento Mulheres Camponesas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bvBTqAd9amI>. Acesso em: 31 jul. 2021.

⁴³ JUVENTUDE que produz e entrega em casa cestas repletas de saúde. [S.l.:s.n.], 2021. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo canal MPA - Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dibiQI5JTVs>. Acesso em: 29 jul. 2021.

do MST, por exemplo. A importância de que haja políticas públicas para dar suporte a esse tipo de produção também aparece como preocupação dessas juventudes.

Os autores Norder et. al (2016) fazem um apanhado das principais definições e sentidos que têm sido atribuídos à Agroecologia, seja como ciência, prática, movimento social ou política governamental, e até mesmo modalidade de educação formal, profissão ou modo de vida, ideologia e utopia. Diferentes vertentes atribuem diferentes objetos de estudo à Agroecologia, resultando em diferentes preposições e discursos dentro dos campos científico e educacional (NORDER et al, 2016). Não é nosso intuito aqui esgotar o debate sobre a Agroecologia e seus múltiplos significados e práticas, mas debater o significado que foi atribuído a ela pelas juventudes dos movimentos sociais em suas falas aqui analisadas.

Uma das definições que guiou os movimentos sociais camponeses vai ao encontro da definição proposta pela Emater/RS, que afirmava que a Agroecologia era “um campo de conhecimentos de caráter multidisciplinar que nos oferece princípios e conceitos ecológicos para o manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis” (EMATER, 2000, p. 1). Essa definição foi adotada pelo MST e também pela Embrapa em 2006 no Marco Referencial em Agroecologia, que a definiu como:

A Agroecologia é um campo de conhecimento transdisciplinar que contém os princípios teóricos e metodológicos básicos para possibilitar o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis e, além disso, contribuir para a conservação da agrobiodiversidade e da biodiversidade em geral, assim como dos demais recursos naturais e meios de vida (EMBRAPA, 2006, p. 26).

Ao encontro do que percebemos nas falas das juventudes dos movimentos, principalmente dos movimentos como MMC, MST, MPA e PJR, para Norder et. al (2016) nesses espaços a Agroecologia é tratada como um estilo de agricultura a ser construída com o intuito de se constituir uma agricultura considerada sustentável. A produção agroecológica é apontada como alternativa ao agronegócio e ao modelo de produção alimentar do capitalismo. A lógica presente nos espaços dos movimentos sociais do campo, de que o desmonte do complexo agroalimentar industrial e a restauração dos sistemas alimentares locais devem vir acompanhados das alternativas agroecológicas em pequena escala é reafirmada pelas falas das juventudes desses movimentos.

[...] essa forma de produção né... essa forma de produção agroecológica... essa forma de comercialização em circuitos curtos... em feira livre... ele também se encontra no DNA da juventude camponesa né... através das produções diversificadas nos quintais produtivos... buscando uma soberania também alimentar... buscando uma fonte de renda através disso... levar agroecologia para outros espaços... também está em nosso

meio... também tem sido responsabilidade nossa também enquanto juventude...
(Débora, militante do MMC/BA)⁴⁴

Como aponta Altieri (2010), a agricultura tradicional promove a biodiversidade, prospera sem agroquímicos e é capaz de sustentar produções todo o ano. Uma agricultura mais ecológica, biodiversa, local e socialmente justa, e com a racionalidade ecológica da agricultura tradicional em pequena escala, pode vir a representar um caminho alternativo ao modelo de produção do agronegócio (ALTIERI, 2010). No Brasil, é esse tipo de agricultura a maior responsável por alimentar a maioria da população. O autor acredita que a produtividade e sustentabilidade do modo de produção dos pequenos agricultores podem ser otimizadas com métodos agroecológicos, formando então uma base para a soberania alimentar (ALTIERI, 2010).

Apesar da imagem propagada ao longo dos anos, principalmente após a revolução verde, de que a agricultura em pequena escala é atrasada e improdutiva, se considerarmos a produção total ao invés da produção de uma única colheita, a produtividade é maior do que as das agriculturas de grande escala. Um agricultor que produz grãos, frutas, verduras e alimentos para os animais no mesmo campo, produz no total mais que uma monocultura como o milho cultivado em grande escala (ALTIERI, 2010).

Ter condições de permanecer no campo produzindo alimento saudável e agroecológico, apoiados por políticas públicas e com a tecnologia necessária para que possam fazer disso uma fonte de renda foi uma das principais reivindicações dessas juventudes, principalmente diante da crise desencadeada pela COVID-19 associada à crise econômica que o país vive. Como afirma Altieri (2010, p. 26) “criar economias rurais fortes no sul global baseadas na agricultura produtiva em pequena escala permitirá que o Sul permaneça com suas famílias no campo”.

[...] é com muita organização popular... é com muita ousadia... rebeldia... e também disciplina que a gente vai conseguir enfrentar esse capital... e continuar no campo com as nossas famílias tendo condições de produzir alimentos saudáveis para toda a população... (Kátia Soprano, militante do MPA/ES)⁴⁵

Fazendo coro ao que defendem as juventudes rurais dos movimentos camponeses, a partir da mobilização política, a transformação deve ocorrer não apenas no âmbito ecológico, mas também no social, político, cultural e econômico. No Brasil, durante os governos Lula-

⁴⁴ LIVE das Jovens "Esperança e Resistência" Jornada N. Sementes de Resistência [S.l.:s.n.], 2021. 1 vídeo (52 min). Publicado pelo canal Movimento Mulheres Camponesas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bvBTqAd9amI>. Acesso em: 31 jul. 2021.

⁴⁵ NOVA Geração Camponesa e Soberania Alimentar [S.l.:s.n.], 2020. 1 vídeo (109 min). Publicado pelo canal MPA - Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=btfedS4Py1E..>. Acesso em: 30 jul. 2021

Dilma, ocorreram algumas experiências de tentativa de viabilizar a produção agroecológica por meio de políticas públicas, na linha das políticas de desenvolvimento rural, como o caso do Pronaf Agroecologia (Programa Nacional de Crédito para a Agricultura Familiar), da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e da criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Na PNAPO se define produção agroecológica como “aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social” (Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012).

No entanto, nos últimos anos de governo Bolsonaro as políticas voltadas ao incentivo das práticas agroecológicas vêm dando lugar a políticas de incentivo ao uso de agrotóxicos. Segundo uma fala do secretário executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Denis Monteiro, no fim de 2019, a PNAPO já se encontrava extinta na prática. Apesar do decreto que a criou não ter sido extinto na íntegra, não havia mais nenhuma estrutura de governança ou de participação da sociedade civil responsável por sua gestão. Denis Monteiro afirmou que “(...) hoje a PNAPO é um conjunto de ações totalmente dispersas nos ministérios, e com orçamentos que têm sido sistematicamente reduzidos desde 2016, com algumas ações tiveram orçamento zerado.”⁴⁶. Com a reforma administrativa operada pelo governo Bolsonaro (Lei 13.844, que tem como origem a MP 870/2019) e o Decreto 9.759/2019, instâncias estruturantes da execução da PNAPO foram extintas: a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo) e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo).

É diante desse cenário que essas juventudes rurais dos movimentos sociais buscam, a partir das suas mobilizações, experiências e pautas, reafirmar suas lutas por uma agricultura socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente saudável. Esses(as) jovens acreditam na mobilização e na pressão política de suas lutas na busca por condições de seguir no campo produzindo alimentos saudáveis, agroecológicos, com acesso a tecnologias e a renda que os permitam ter uma qualidade de vida enquanto constroem junto aos movimentos a luta por uma soberania alimentar para o campo brasileiro.

Além das pautas ligadas à Agroecologia, as juventudes também apontaram conflitos com o agronegócio e o modelo hegemônico de produção de alimentos em seus territórios, como

⁴⁶ Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/enfraquecida-no-ambito-federal-politica-de-agroecologia-tem-estados-e-municipios-como-vias-possiveis/23181>. Acesso em: 31 ago. 2021.

observado na fala de uma jovem militante do MMC durante uma *live* que ocorreu em 2021, onde ela demonstra uma preocupação com o “avanço das fronteiras do agronegócio” sobre os territórios de assentamentos, reservas ambientais, territórios indígenas e quilombolas e sobre os biomas⁴⁷. Os conflitos socioambientais foram um tema recorrente nos espaços dos movimentos em que as juventudes se organizam politicamente e que foram abordados neste estudo. Para além do agronegócio, os(as) jovens destacaram também conflitos com grandes empreendimentos mineradores e da indústria.

3.4. Os conflitos socioambientais e as disputas por territórios

De forma distinta dos demais movimentos camponeses aqui analisados, as juventudes do MAM e MAB não tiveram como foco de suas falas os meios e formas da produção de alimentos e temas ligados à agricultura, como vimos no item anterior. Para esses(as) jovens os temas socioambientais mais recorrentes foram os conflitos enfrentados em seus territórios, relacionados aos impactos de grandes empreendimentos como mineradoras, grandes indústrias e barragens de hidrelétrica, como a perda de terras, a dificuldade no acesso à água e a contaminação do solo e ar.

Em 2021, a CPT publicou o Mapeamento dos Conflitos do Campo no Brasil. Foram registradas 1.576 ocorrências de conflitos por terra no ano de 2020, o maior número desde 1985 e 25% superior a 2019 (CPT, 2021). Os principais tipos de violência cometidos foram “invasão”, “grilagem” e “desmatamento ilegal”. Ao todo 81.225 famílias foram vítimas de invasão, das quais 72% são indígenas. Ainda, de acordo com a CPT (2021), os conflitos pela água em 2020 envolveram em sua grande parte as mineradoras internacionais, responsáveis por 39% das 350 ocorrências. Ocorrências essas que envolveram 56.292 famílias, cujas categorias mais afetadas foram ribeirinhos (23% dos eventos), pescadores (21%) e indígenas (16%). A mineração foi associada à “dor e destruição”, nas palavras de uma jovem militante do MAM

⁴⁷ LIVE das Jovens “Esperança e Resistência” Jornada N. Sementes de Resistência [S.l.:s.n.], 2021. 1 vídeo (52 min). Publicado pelo canal Movimento Mulheres Camponesas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bvBTqAd9amI>. Acesso em: 31 jul. 2021.

durante um vídeo no canal do movimento em 2020⁴⁸, uma ameaça não só às pessoas, mas também à agricultura pela contaminação que ela provoca no solo e na água.

Uma jovem militante, Palloma Silva do estado do Ceará, em um vídeo onde relata sua experiência como militante do MAB postado em 2021⁴⁹, aponta como os espaços formativos do movimento auxiliaram sua comunidade a perceber que, mesmo que eles não fossem diretamente atingidos por barragens, a desapropriação que sua comunidade sofreu ocasionou em perdas de direitos semelhantes às que passam as populações atingidas. A ausência de espaços para debater as pautas da comunidade, a dificuldade no acesso à água e a ausência de informações por parte das empresas foram citadas como consequências da chegada dos empreendimentos na região. Através da metodologia de debate proposta pelo MAB, ela afirma ter participado dos espaços onde o movimento constrói um diálogo sobre o modelo energético hegemônico com as famílias afetadas por grandes empreendimentos e construções de barragens.

No relatório final da pesquisa “Mapeamento das ações da juventude rural sobre as mobilizações e conflitos socioambientais no Brasil”, o autor Barcellos (2020), a partir de dados secundários coletados no EJAAtlas relacionados aos dados censitários coletados de 2010 e com as estimativas da PNAD produzidas pelo IBGE, mapeou entre os anos de 2017 e 2018 nos municípios que possuíam conflitos socioambientais notificados, a relação desses com o número de jovens dessas localidades. O quadro a seguir (Quadro 2) foi elaborado a partir dos dados presentes neste relatório.

Quadro 2 - Relação entre os dados dos conflitos socioambientais e das juventudes

	Número de conflitos socioambientais	Quantidade de municípios envolvidos	Média de jovens presentes nos municípios	Média de jovens em situação de vulnerabilidade social
Norte	19	36	29,96%	19,29%
Nordeste	18	26	28,45%	16,48%
Centro-oeste	7	7	26,72%	11,57%

Continua

⁴⁸ MULHERES do MAM Nordeste resistem! [S.l.:s.n.], 2020. 1 vídeo (19 min). Publicado pelo canal MAM Nacional. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mp6ahV-gVBA>. Acesso em: 03 ago. 2021.

⁴⁹ “O MAB me ajudou a ampliar minha visão sobre a importância da luta coletiva” com Palloma Silva [S.l.:s.n.], 2021. 1 vídeo (11 min). Publicado pelo canal MAB Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=70M9Arm93XE>. Acesso em: 29 jul. 2021.

Conclusão

	Número de conflitos socioambientais	Quantidade de municípios envolvidos	Média de jovens presentes nos municípios	Média de jovens em situação de vulnerabilidade social
Sudeste	15	33	19,06%	10,83%
Sul	11	14	25,38%	17,47%

Fonte: Elaborado pela autora.

Esses dados nos mostram que a parcela de juventudes presentes em regiões de conflitos socioambientais registrados é significativa e, como percebemos no Capítulo 1, essa temática tem emergido nos últimos anos e vem sendo cada vez mais debatida pela literatura científica. Quando falamos em conflitos socioambientais, estamos tratando das disputas causadas pela desigualdade distributiva e os diferentes sentidos que os grupos sociais atribuem aos bens materiais. Ao observarmos a distribuição desigual dos riscos ambientais podemos perceber que muitas vezes o acesso e o uso de certos recursos ambientais são determinados por certos sujeitos e não outros. A população atingida perde o direito de decidir sobre suas terras e seus usos, sendo obrigada a lidar com a poluição e a perda de território. Como aponta, Acsegrad (2010, p. 109):

[...] os sujeitos copresentes dos conflitos ambientais são, com frequência, aqueles que denunciam a desigualdade ambiental, ou seja, a exposição desproporcional dos socialmente mais desprovidos aos riscos das redes técnico-produtivas da riqueza ou sua despossessão ambiental pela concentração dos benefícios do desenvolvimento em poucas mãos. A poluição não é, nessa perspectiva, necessariamente “democrática”, podendo afetar de forma variável os diferentes grupos sociais.

Foi possível perceber nas falas das juventudes militantes ligadas ao MAB e ao MAM o teor de denúncia sobre o que têm ocorrido em seus territórios em conflitos com a mineração e os grandes empreendimentos. Em um vídeo publicado em 2021 no canal do MAM, que reúne relatos de várias mulheres nordestinas, uma jovem afirma ser “moradora de uma das comunidades que está vendo [...] o seu desenvolvimento indo por água abaixo com a chegada da mineração...”⁵⁰. Os conflitos socioambientais colocam em jogo valores decorrentes de interesses e saberes divergentes sobre o que é desenvolvimento para as comunidades atingidas. Em muitos desses territórios, a população local e regional pauta a preservação da natureza e a que determinadas atividades econômicas colidem com suas práticas ancestrais e culturais, de ocupação e uso do território (FERNANDES; ARAÚJO, 2016).

⁵⁰ MULHERES do MAM Nordeste resistem! [S.l.:s.i.], 2021. 1 vídeo (19 min). Publicado por MAM Nacional. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mp6ahV-gVBA>. Acesso em: 03 ago. 2021.

Segundo Acselrad (2010) a luta por justiça ambiental se constitui pela defesa dos direitos culturalmente específicos de cada sociedade, defesa pelos direitos a uma proteção ambiental igualitária e um acesso igualitário aos recursos ambientais. Evidenciando a relação entre risco ambiental e insegurança social, em um processo denominado ambientalização, os participantes dessas lutas tendem a não sucumbir às promessas de grandes investimentos de empregos “a qualquer custo”. Porém no jogo político das grandes corporações os espaços mais organizados politicamente são geralmente “punidos” com ausência de investimentos e os recursos dessas empresas fornecidos aos espaços menos organizados, caracterizando uma “chantagem locacional” (ACSELRAD, 2010, p. 114).

Ainda em relação aos conflitos socioambientais, Acselrad (2010) descreve dois processos que caracterizaram a territorialidade do capitalismo brasileiro. O primeiro é relacionado à concentração crescente do poder de controle dos recursos naturais por poucos atores e a acumulação capitalista efetiva de escalas cada vez mais amplas de produção, de avanços sobre novos espaços sociais para a exploração do trabalho e de especulação fundiária e imobiliária. E, o segundo processo na construção da territorialidade capitalista do Brasil foi à privatização do uso de espaços com recursos naturais de uso comum, mais especificamente do ar e das águas, com a reprodução de um modelo da sociedade capitalista moderna e com a aceleração da intensidade sobre a produção do trabalho no ambiente (ACSELRAD, 2001).

Diante desse cenário de conflitos, esses movimentos e seus integrantes passam a adotar estratégias de resistência. Barcellos (2018) aponta algumas: ações e representações junto ao MPF, manifestações e mobilizações para participação massiva e organização de audiências públicas, produção de documentários para disponibilização nas redes sociais digitais, organização de eventos para mostra da produção e cultura local, formação de empreendimentos de turismo local, formação e ampliação de associações, coletivos e frentes de luta. As mobilizações das juventudes desses movimentos estão inseridas nessas estratégias. A jovem militante do MAB, que afirma que sua participação no movimento foi seu primeiro contato com a militância, descreve o envolvimento do movimento na disputa que sua comunidade enfrenta contra empresas locais pela água em seu território:

[o MAB] travou uma luta bem importante aqui na região né... onde eu moro... que é... que é no alagamar do Cauípe né... assim... disputando o abastecimento de água para as famílias que moram em torno desse... desse alagamar... que são diversas comunidades... em torno de vinte e sete comunidades que moram em torno desse... desse alagamar... certo... que ainda hoje sofre né... com a falta de abastecimento de água né... [...] nós moramos aqui do lado de um complexo industrial né... que é o complexo industrial e portuário do Pecém... éh... tem um grande aparato né... de

abastecimento de água para essas empresas... enquanto pras famílias né... que nasceram e se criaram à margem do alagamar ainda lhe falta esse acesso... éh... básico da água... (Palloma Silva, militante do MAB/CE)⁵¹

Seja disputa com o modelo de produção do agronegócio, seja nos enfrentamentos contra os grandes empreendimentos como a mineração, essas juventudes encontram nos movimentos um espaço para organizar e aprender sobre as lutas em suas localidades, por acesso aos bens naturais e por qualidade de vida. De certa forma a militância auxilia na valorização da relação que esses(as) jovens estabelecem com seus territórios, como foi percebido, inclusive, no caso das juventudes quilombolas.

3.5. A ancestralidade e o valor cultural do território das juventudes quilombolas

Decidimos trazer as análises sobre as pautas das juventudes quilombolas da CONAQ de forma separada por ter ficado explícito, durante a análise dos materiais de pesquisa, algumas particularidades desses(as) jovens em relação aos demais jovens rurais. As duas temáticas mais recorrentes nas falas foram a ancestralidade, os conflitos para permanecer em seus territórios e as dificuldades que essas juventudes enfrentam por conta da questão étnico-racial. Algo que nos chamou a atenção no teor das falas das juventudes da CONAQ foi a relação delas com as gerações mais velhas. Apesar de que a maioria dos(as) jovens de todos os movimentos enfatizarem os aprendizados transmitidos por outros militantes que estão a mais tempo na luta, para as juventudes quilombolas essa relação tem um tom de ancestralidade. Os “mais velhos”, às vezes tratados também como “matriarcas” e “patriarcas”, são citados como fonte de “ensinamentos e saberes” e, quando os(as) jovens pautam suas demandas, é quase sempre alinhado a essa ideia de continuidade, como afirma a jovem militante da CONAQ do estado do Tocantins, Débora Gomes, na seguinte fala retirada de um *live* do movimento em 2020:

[...] nós... enquanto juventude que estamos construindo a nossa trajetória... mas sem esquecer dos ensinamentos e dos saberes que a gente aprendeu lá atrás com esses nossos mais velhos né... (Débora Gomes, militante da CONAQ/TO)⁵²

⁵¹ “O MAB me ajudou a ampliar minha visão sobre a importância da luta coletiva” com Palloma Silva [S.l.:s.n.], 2021. 1 vídeo (11 min). Publicado pelo canal MAB Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=70M9Arm93XE>. Acesso em: 29 jul. 2021.

⁵² SEGUINDO os passos de Tereza de Benguela [S.l.:s.i.], 2020. 1 vídeo (60 min). Publicado por Conaquilombos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6VRPeoC4KYI>. Acesso em: 03 ago. 2021

Para auxiliar na compreensão deste tema trazemos o autor Santos (2018)⁵³ e seu trabalho sobre as juventudes quilombolas. O autor destaca que os conhecimentos da cultura quilombola são transmitidos através da oralidade e de forma cotidiana as juventudes pelas relações que elas constroem com os mais velhos das comunidades (SANTOS, 2018). É assim que os(as) jovens aprendem a se relacionar com o território, qual o melhor tempo para plantar e colher, a importância das ervas das matas, etc. O mesmo ocorre com os ensinamentos sobre a resistência e a luta pelo acesso a esse mesmo território. Podemos perceber essa lógica na fala seguinte:

[...] a gente começa desde pequeninha vendo isso e vai crescendo... e... não tem como a gente fugir à luta né... porque fugir a luta é a gente deixar que outros tomem conta do nosso território... porque não dá para gente ficar deixando só na... as nossas mais velhas lutarem... os nossos mais velhos crioulos... as matriarcas... os patriarcas lutarem né... (Débora Gomes, militante da CONAQ/TO)⁵⁴

Essa construção do vínculo com o território é importante também para a manutenção do grupo, como afirma Santos (2018). Por significar o sustento e fonte de recursos importante para as comunidades, o território tem lugar central nos ensinamentos quilombolas, ele reúne marcas da ancestralidade dos quilombolas, de luta e resistência, além de ser um espaço de uso comum, onde a terra e a água são de uso coletivo (SANTOS, 2018). É nesse contexto que (as)os jovens estabelecem suas relações com o meio ambiente de suas comunidades. São as dinâmicas sociais e culturais que contribuem para a Educação Ambiental dessas juventudes (LOUREIRO, 2008). A defesa do território se mescla com a defesa dos bens naturais, necessários para o modo de vida nas comunidades quilombolas.

Porém, embora a identidade quilombola esteja como pano de fundo, unindo quilombolas por meio do compartilhamento de laços de parentescos, costumes e tradições, jovens, em suas interações no contexto do quilombo e fora dele, vão desenvolvendo identidades distintas que atuam de forma paralela à identidade do grupo, conforme apontado por Santos (2018). Como destaca uma jovem militante da CONAQ do estado do Pará, Micele Silva, durante uma *live* em 2021, em comemoração aos 25 anos do movimento:

[...] juventude quilombola para mim... eu acho que antes de qualquer coisa... éh... pontuar a que não é uma juventude... são juventudes né... porque nós temos... é uma diversidade de saberes... de fazeres... temos uma diversidade de perfis... temos muitas especificidade... muitas realidade... éh... porque eu gosto dizer que preto não é tudo igual né... cada quilombo... cada território tem a sua forma de se construir... de ser e

⁵³ Escolhemos o trabalho de Santos (2018) por, além de ser um trabalho recente, ele se concentra em analisar a relação das juventudes quilombolas com seus territórios, uma perspectiva de análise que não encontramos em outros trabalhos a partir da pesquisa bibliográfica realizada para essa dissertação.

⁵⁴ SEGUINDO os passos de Tereza de Benguela [S.l:s.i.], 2020. 1 vídeo (60 min). Publicado por Conaquilombos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6VRPeoC4KYI>. Acesso em: 03 ago. 2021

de estar no mundo... então... éh... pensar toda essa multiplicidade... essa diversidade do que... do que são as nossas juventudes... (Micele Silva, militante da CONAQ/PA)⁵⁵

Para as juventudes quilombolas se auto definirem negras (os), no contexto brasileiro em que ainda opera o racismo, onde o ser negra (o) por muito tempo esteve ligado a algo negativo, é uma demonstração de luta e resistência que, por meio de uma identidade negra unificadora (porém não homogênea), busca propostas transformadoras para a sua realidade (SANTOS, 2018). Esse debate também emergiu nas falas das juventudes quilombolas, durante uma *live* da CONAQ em 2021⁵⁶, uma jovem relata a sensação de ter que “mostrar que a gente é capaz todos os dias” por sentir que seus conhecimentos e habilidades são colocadas em dúvida pelo fato de ser negra e quilombola.

Diante das dificuldades enfrentadas pelas comunidades quilombolas, como a lentidão dos processos necessários à titularização, a falta de orçamento para produção dos laudos territoriais e desapropriações, baixo número de profissionais qualificados a realizarem esses processos, essas comunidades tendem a criar estratégias de resistência para a manutenção de seus territórios (CORREA; MONTEIRO; MARÇAL, 2020). Dentre as estratégias apontadas por esses autores está a própria a CONAQ, como organização que canaliza as demandas locais e as leva para a arena política institucional em escala regional e nacional, ampliando o processo de auto identificação das comunidades e o acirramento da luta pelo território. Outra estratégia é a mobilização da juventude quilombola, que passa a ser formada politicamente com o intuito de dar continuidade à luta e à reprodução da cultura quilombola (CORREA; MONTEIRO; MARÇAL, 2020). Em nossas análises foi possível perceber essas estratégias presentes nas falas das juventudes da CONAQ, como por exemplo na fala do então coordenador nacional da juventude do movimento, durante uma *live* em 2021:

[...] a CONAQ... a Coordenação Nacional... a juventude que tá ali do lado... aprendendo... recebendo aquelas orientações... ouvindo... dando sua contribuição também... então o que que acontece... a juventude entendeu que seria interessante nós nos fortalecer... porque nós já somos fortes nas nossas bases... somos fortes nossos estados... mas pensamos de ter essa ligação de estado a estado para ter esse leque de informação a nível Brasil... (Celso Pacheco, militante da CONAQ)⁵⁷

Segundo Corrêa, Monteiro e Marçal (2020), essas juventudes quilombolas, ao mesmo tempo que articulam uma cultura juvenil mesclando a cultura quilombola com a cultura negra

⁵⁵ CONAQ E OS DIREITOS DA JUVENTUDE QUILOMBOLA [S.l.:s.i.], 2021. 1 vídeo (128 min). Publicado por Conaquilombos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cz1IH4tUaiU>. Acesso em: 10 ago. 2021

⁵⁶ CONAQ E OS DIREITOS DA JUVENTUDE QUILOMBOLA [S.l.:s.i.], 2021. 1 vídeo (128 min). Publicado por Conaquilombos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cz1IH4tUaiU>. Acesso em: 10 ago. 2021

⁵⁷ CONAQ E OS DIREITOS DA JUVENTUDE QUILOMBOLA [S.l.:s.i.], 2021. 1 vídeo (128 min). Publicado por Conaquilombos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cz1IH4tUaiU>. Acesso em: 10 ago. 2021.

diaspórica, esses(as) jovens buscam pautar também a luta pela terra, a defesa do território, a agricultura familiar, o fim do genocídio da juventude negra, o direito à educação anti-racista, maior participação política. Durante esses últimos dois anos de pandemia, as juventudes da CONAQ têm mobilizado ações para ajudar suas comunidades. Como exemplo disso, algumas organizações quilombolas vêm publicando regularmente Boletins Epidemiológicos da Covid-19 nos quilombos do Brasil e denunciando a negligência do Estado no combate à pandemia (CORREA; MONTEIRO; MARÇAL, 2020). Essa postura militante por parte das juventudes quilombolas pode ser percebida em outra fala do coordenador nacional da juventude da CONAQ em 2021:

[...] e somos nós juventude... somos nós que estamos agora na universidade... somos nós formados... somos nós formandos... que temos correr atrás dessa... dessas políticas públicas.... somos nós que temos correr atrás daquele direito que é nosso por direito... somos nós que temos que correr atrás de uma vida melhor... de uma vida digna para aquelas pessoas estão na nossa base... e fizeram com que a gente existe hoje... porque a minha existência hoje... a existência de toda essa juventude preta... essa juventude quilombola que existe hoje... é porque alguém resistiu por nós lá atrás... (Celso Pacheco, militante da CONAQ)⁵⁸

Em meio a esse cenário de isolamento imposto pelo descaso do Estado e a falta de investimento nas comunidades quilombolas, bem como pelo racismo, discriminação e violência, foi possível perceber a articulação dessas juventudes para o resguardo de seus territórios, assumindo uma identidade coletiva de resistência enquanto buscam dar continuidade na luta e na cultura quilombola na qual cresceram.

Os autores Corrêa, Monteiro e Marçal (2020) fizeram uma sistematização sobre a questão quilombola no atual contexto brasileiro e trazem algumas reflexões que podem nos auxiliar na compreensão dessas juventudes diante do cenário do país. Eles destacam em um artigo publicado recentemente a situação na qual se encontra a titularização das terras quilombolas, os desafios diante desse processo e as estratégias que as comunidades têm tomado (CORRÊA; MONTEIRO; MARÇAL, 2020). Como já havíamos destacado no Capítulo 2, o direito de acesso à terra e permanência nos territórios negros sempre foram acompanhados de processos de luta e disputa para a população negra.

Atualmente há uma disparidade entre os números de comunidades quilombolas certificadas, processos de titularização em aberto e o número efetivo de comunidades titularizadas. Há uma grande diferença entre a existência do direito e a efetiva titulação

⁵⁸ CONAQ E OS DIREITOS DA JUVENTUDE QUILOMBOLA [S.l.:s.i.], 2021. 1 vídeo (128 min). Publicado por Conaquilombos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cz1IH4tUaiU>. Acesso em: 10 ago. 2021.

(CORREA; MONTEIRO; MARÇAL, 2020). As juventudes quilombolas se percebem na continuidade dessa luta pelo direito de acesso e posse de seus territórios. Dando continuidade à cultura transmitida pelos mais velhos e, ao mesmo tempo, adicionando novos significados e novas pautas que são particulares a elas.

Neste capítulo discutimos a diversidade que permeia as juventudes rurais dos movimentos sociais camponeses. Suas diferenças e semelhanças ficaram explícitas quando olhamos para suas falas, seus posicionamentos e suas pautas políticas. De maneira geral, essas juventudes compartilham o anseio por conquistarem meios de construir no campo um “espaço de vida”, onde haja condições necessárias e importantes para que alcancem uma qualidade de vida em seus territórios. Ao mesmo tempo em que enfatizam o papel político que ocupam nos movimentos sociais, seja como responsáveis pela continuidade da luta, seja como transformadores e renovadores dessa mesma luta, inclusive a partir da formulação e da organização a partir das lutas ambientais.

A questão socioambiental aparece intrínseca à luta pelo acesso aos bens naturais, à defesa do território e à escolha do modelo produtivo. Além de estar ligada ao contexto específico de cada um(a) dos(as) jovens, que reivindicam o reconhecimento das formas culturais locais de acesso e uso desses bens. Essas juventudes de maneira geral não deixam de denunciar a lógica do agronegócio e de grandes empreendimentos, que geram desperdícios dos bens naturais, como a água e o solo; os desmatamentos; a contaminação e o envenenamento por agrotóxicos; a distribuição e o acesso desigual da lógica capitalista aos território e os bens naturais presentes nele; as consequências sociais e ambientais dessas lógicas de produção; da ausência de uma política de Estado voltada às populações do campo e aos biomas naturais. Ao mesmo tempo em que anunciam uma saída que está relacionada a prática e a luta dentro dos movimentos, que aponta um outro modo de produzir, em sua maioria das vezes pautado na Agroecologia, no fortalecimento da relação entre o campo e a cidade, na busca por uma alimentação saudável, por políticas públicas voltadas às juventudes e ao meio rural, na busca por justiça socioambiental.

Porém, mesmo que sejam todos(as) jovens do meio rural ligados aos movimentos sociais, é possível perceber as diferenças entre suas abordagens e pautas diante dos temas

socioambientais. Essa diversificação pode estar ligada a uma busca por fortalecer e aumentar a expressão política, criando a partir das temáticas socioambientais novas relações de poder e mobilizando recursos culturais e cognitivos. As diferentes dinâmicas espaciais e ambientais de cada contexto e biomas em que vivem essas juventudes fazem parte do conjunto de relações que esses sujeitos constroem com seu território, com o movimento do qual fazem parte, com o modelo socioeconômico do local, com suas comunidades, com o ecossistema presente ali.

As juventudes do MAM e do MAB trazem em suas pautas a denúncia sobre o que têm ocorrido em seus territórios em conflitos com a mineração e os grandes empreendimentos, como barragens e indústrias. Os conflitos socioambientais colocam em jogo valores decorrentes de interesses e saberes divergentes sobre o que é desenvolvimento para as comunidades atingidas, além de colocar em risco o uso e acesso aos bens naturais e as atividades culturais, de ocupação e uso do território feito por esses grupos. Os(as) jovens desses movimentos, na luta por justiça ambiental, buscam a defesa do direito de a uma proteção ambiental igualitária e um acesso igualitário aos recursos ambientais.

As juventudes de movimentos como o MST, o MPA, o MMC e a PJR, diante do conflito com o agronegócio e o seu modelo de produção intensivo, buscam, a partir das suas mobilizações, experiências e pautas, reafirmar suas lutas por uma agricultura que denominam como socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente saudável. Esses(as) jovens acreditam na mobilização e na pressão política de suas lutas na busca por condições de seguir no campo produzindo alimentos saudáveis, agroecológicos, com acesso a tecnologias e a renda que os permitam ter uma qualidade de vida enquanto constroem junto aos movimentos a luta por uma soberania alimentar para o campo brasileiro.

Nos espaços dos movimentos mais ligados à produção de alimentos e ao cultivo da terra, como o MPA, o MST, o MMC e a PJR, as principais pautas estavam relacionadas à Agroecologia e a alimentação saudável. Já nos movimentos ligados à disputa de territórios e aos conflitos, como o MAM e o MAB, as temáticas eram em torno do acesso à terra e do enfrentamento diante de grandes empreendimentos, como os minerários. Já para as juventudes quilombolas da CONAQ o entendimento sobre o território e as disputas envolvendo o direito à terra ganham um sentido relacionado à cultura quilombola e à ancestralidade. Para iniciar as análises, trazemos um debate sobre o sentido que esses(as) jovens atribuem a si e a seus papéis como juventudes atuantes nos movimentos sociais.

Para as juventudes quilombolas atuantes na CONAQ, o significado de território vem relacionado à ancestralidade e à cultura quilombola, um vínculo considerado importante para a própria manutenção desses grupos. O território significa o sustento e fonte de recursos importante para as comunidades, o território tem lugar central nos ensinamentos quilombolas, ele reúne marcas da ancestralidade dos quilombolas, de luta e resistência, além de ser um espaço de uso comum, onde a terra e a água são de uso coletivo. A reverência à luta dos “mais velhos” e a vontade por continuá-la foi uma temática bastante evocada por esses(as) jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber através da pesquisa que a atuação das juventudes rurais como atores políticos dentro do âmbito dos movimentos sociais estudados vem ganhando destaque nos últimos anos no Brasil. Tanto nos espaços dos próprios movimentos, quanto nas pesquisas acadêmicas e nas políticas públicas do Estado. Ainda assim, esse processo foi e ainda é permeado por impasses, principalmente diante do atual contexto sociopolítico em que vivemos, marcado pela desestruturação de diversas políticas voltadas para essas juventudes e as populações do rural brasileiro, pelo avanço da insegurança alimentar principalmente no rural, pela crise sanitária da Covid-19, pelo aumento de conflitos socioambientais ligados aos territórios pelo país. A partir da discussão realizada o trabalho, podemos perceber que as pautas comuns a essa categoria, como a sucessão rural, o acesso à terra e à educação, ainda permanecem nos posicionamentos dos(as) jovens, que buscam, diante da realidade atual, pautar também uma transformação social da realidade no rural brasileiro.

Ao buscarmos discutir o contexto atual acerca da temática socioambiental e das juventudes rurais dos movimentos sociais, percebemos o rural no Brasil não mais em oposição ao urbano e, muito menos, isolado do mesmo. Uma nova ruralidade tem sido percebida, agregada a novas formas de produzir, diferentes saberes e outras atividades que passam a construir esse novo cotidiano do rural brasileiro. Essa ruralidade é plural, complexa e composta por diferentes fatores sociais, históricos, econômicos e ambientais. Assim, nesse novo rural, a questão ambiental e a questão agrária estão inter-relacionadas. Aqui buscamos compreender como isso se reflete nas pautas das juventudes que aí vivem e atuam.

Ao buscar relacionar a questão da “juventude rural” e as questões socioambientais, percebemos que, por mais que em poucos trabalhos, essa intersecção é desenvolvida no campo acadêmico, principalmente nos estudos sobre os conflitos socioambientais. A literatura vem apontando que essas juventudes vivenciam em seus territórios, para além do dilema de “ficar ou sair”, as contradições geradas pelas situações de conflitos socioambientais. Em alguns casos, os grandes empreendimentos quando se instalam passam a significar ao mesmo tempo degradação ambiental (poluição, escassez de água, contaminação, doenças) e estudo e trabalho (as empresas trazem cursos de formação e oportunidade de empregos). Além dos dilemas relacionados aos conflitos, a Agroecologia surge em diversos trabalhos como uma alternativa

que permita os(as) jovens permanecerem trabalhando nos territórios rurais. Juntamente com os movimentos sociais, que são apontados como espaços de formação e incentivo à sucessão rural.

Destacamos também que a superação da crise ambiental, para além de ética e moral, deve ser tratada como uma questão política e econômica, sendo importante nesse processo visibilizar as lutas populares de resistência dos movimentos sociais. Nosso trabalho procurou explicitar os conflitos e as desigualdades sociais e ambientais a partir da perspectiva das juventudes rurais atuantes nos movimentos sociais rurais brasileiros. Através de suas pautas e posicionamentos, procuramos analisar suas denúncias e suas lutas, buscando fazer da Educação Ambiental um caminho de questionamento e esclarecimento diante do contexto político e social do Brasil atual.

Nos últimos anos no país as juventudes rurais ganharam cada vez mais espaço de atuação dentro dos movimentos sociais. Os espaços como eventos, encontros e jornadas têm sido locais de sociabilidade política articulados às organizações dos coletivos e coordenações locais/regionais. Nesses locais concretos onde ocorrem as relações sociais é onde se desenvolve o processo educativo, uma educação construída na prática militante. Assim, de maneira geral, essas juventudes compartilham o anseio por conquistarem meios de construir no campo um “espaço de vida”, com as condições necessárias e importantes para que alcancem uma qualidade de vida em seus territórios. Ao mesmo tempo em que enfatizam o papel político que constroem nos movimentos, seja como responsáveis pela continuidade da luta, seja como transformadores e renovadores da mesma.

Os movimentos sociais rurais estão construindo cada dia mais e cotidianamente pautas e experiências de cunho socioambiental, sendo parte nas últimas décadas do enfrentamento ao agronegócio, às grandes indústrias exploratórias, à mineração, à pecuária extensiva, à privatização da água e diversas outras contradições do sistema capitalista, enriquecendo o debate ambiental ao conduzir as discussões para a arena política e econômica. Durante a investigação foi possível notar que as questões socioambientais são elaboradas e pactuadas como uma grande pauta dentro dos movimentos, porém de maneira diversa e que acaba refletindo a própria diversidade dos movimentos e, consequentemente, nos posicionamentos de suas juventudes.

As questões socioambientais aparecem intrínseca à luta pelo acesso aos bens naturais, à defesa do território, à escolha do modelo produtivo nas pautas levantadas pelas juventudes rurais dos movimentos sociais. Elas surgem ligadas ao contexto específico de cada um dos(as)

jovens, que reivindicam o reconhecimento das formas culturais locais de acesso e uso desses bens. A combinação da denúncia e do anúncio em suas falas, como sugere Layrargues (2020), aproxima essas do lugar de um sujeito ecopolítico. Suas pautas estão ligadas à denúncia da lógica do agronegócio e de grandes empreendimentos, que geram desperdícios dos bens naturais, como a água e o solo; do desmatamentos; da contaminação e do envenenamento por agrotóxicos; da distribuição e do acesso desigual da lógica capitalista aos território e dos bens naturais presentes nele; das consequências sociais e ambientais dessas lógicas de produção; da ausência de uma política de Estado voltada às populações do campo e aos biomas naturais. Ao mesmo tempo em que anunciam uma saída que está relacionada a prática e a luta dentro dos movimentos, que aponta um outro modo de produzir, em sua maioria das vezes pautado na Agroecologia, no fortalecimento da relação entre o campo e a cidade, na busca por uma alimentação saudável, por políticas públicas voltadas às juventudes e ao meio rural, na busca por justiça socioambiental.

Ainda que a maior parte dessas questões socioambientais seja comum a todas as juventudes rurais e os movimentos sociais aos quais elas pertencem, notamos que as diferentes dinâmicas dos territórios e comunidades onde vivem esses(as) jovens, o movimento onde atuam, o modelo socioeconômico local, tudo isso acaba por gerar uma diversidade de abordagens e pautas diante dos temas socioambientais. Na busca por fortalecer e aumentar a expressão política, são criadas a partir dessas temáticas novas relações de poder onde são mobilizados diferentes recursos culturais e cognitivos.

No âmbito da CONAQ, o significado de território vem relacionado à ancestralidade e à cultura quilombola, um vínculo considerado importante para a própria manutenção desses grupos. O território significa o sustento e fonte de recursos importante para as comunidades, o território tem lugar central nos ensinamentos quilombolas, ele reúne marcas da ancestralidade dos quilombolas, de luta e resistência, além de ser um espaço de uso comum, onde a terra e a água são de uso coletivo. A reverência à luta dos “mais velhos” e a vontade por continuá-la foi uma temática bastante evocada por esses(as) jovens. As juventudes das comunidades quilombolas possuem um vínculo com a preservação da biodiversidade e da cultura nacional, através de sua cultura particular e de sua relação com os recursos naturais em seus territórios.

As juventudes de movimentos como o MST, o MPA, o MMC e a PJR, diante do conflito com o agronegócio e o seu modelo de produção intensivo, buscam, a partir das suas mobilizações, experiências e pautas, reafirmar suas lutas por uma agricultura socialmente justa,

economicamente viável e ambientalmente saudável. Esses(as) jovens acreditam na mobilização e na pressão política de suas lutas na busca por condições de seguir no campo produzindo alimentos saudáveis, agroecológicos, com acesso a tecnologias e a renda que os permitam ter uma qualidade de vida enquanto constroem junto aos movimentos a luta por uma soberania alimentar para o campo brasileiro.

No o MMC essas pautas vêm acompanhadas do recorte de gênero, a partir de uma perspectiva feminista, libertadora e popular. No MST a pauta da Reforma Agrária, com objetivo de democratizar a propriedade da terra, surge aliada a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno, combinada com um modelo econômico que distribua renda e respeite o meio ambiente. O mesmo ocorre no âmbito da PJR e do MPA. A PJR pauta a Agroecologia como maneira de integrar-se à natureza e compreender o planeta terra como alguém que precisa de cuidado, em contraposição ao modelo agrícola do agronegócio voltado à produção de commodities que leva risco à soberania alimentar, tendo as juventudes rurais um papel importante nessa transição. No MPA a produção de alimentos através da Agroecologia aliada a denúncia do agronegócio é pautada como uma oportunidade para que os(as) jovens do movimento permaneçam em seus territórios, enquanto seguem se formando e atuando como militantes, ao mesmo tempo em que contribui para a renovação do movimento.

As juventudes do MAM e do MAB trazem em suas pautas a denúncia sobre o que têm ocorrido em seus territórios em conflitos com a mineração e os grandes empreendimentos, como barragens e indústrias. Os(as) jovens do MAB estão inseridos na luta dos direitos humanos e na luta pelo acesso à água, além de pautar a soberania energética. Eles participam nas denúncias contra os conflitos com grandes empreendimentos, como mineradoras e barragens hidrelétricas. Assim como as juventudes do MAM, que pautam o questionamento ao modelo de produção minerador e a forma de acumulação dos bens naturais (terra, água, minério) por esse modelo. Os conflitos socioambientais vivenciados por essas juventudes colocam em jogo valores decorrentes de interesses e saberes divergentes sobre o que é desenvolvimento para as comunidades atingidas, além de colocar em risco o uso e acesso aos bens naturais e as atividades culturais, de ocupação e uso do território feito por esses grupos.

Ressaltamos que para enriquecer ainda mais esse debate seria importante, para além de dados secundários, uma coleta de dados primários junto a essas juventudes, através de observações e entrevistas, em um esforço de apreender como os posicionamentos e discursos ocorrem nos espaços presenciais e interativos dos movimentos. Outro ponto é a necessidade de

uma revisão bibliográfica mais ampla que dê conta da complexidade da questão agrária brasileira, que não era nosso foco aqui, mas que pode contribuir ainda mais para o aprofundamento deste debate.

A pandemia da Covid-19, que assolou o mundo nos últimos dois anos, foi sem dúvidas o maior desafio que perpassou esse trabalho. Além de influenciar nas dinâmicas de pesquisa, principalmente na coleta de dados, influenciou no contexto e na realidade dos(as) sujeitos de pesquisa, dois fatores que podem ter interferido no decorrer de nossas análises e reflexões. Estamos todos vivenciando um momento histórico único e compreender as consequências e desdobramentos dele no social, econômico, político, ambiental e acadêmico ainda exigirá tempo e maiores análises críticas. Isso nos leva a questões que ainda não conseguimos responder com nosso trabalho.

Nos últimos meses, enquanto concluímos essa dissertação, tem acontecido uma diminuição do avanço da Covid-19 pelo mundo, principalmente pela ação da vacinação em massa que tem ocorrido nesse ano de 2021. Agora que o país começa a ver sinais de um retorno das atividades presenciais, como esse período turbulento passará a modificar as lutas dos movimentos sociais rurais e suas juventudes? Os espaços virtuais continuarão a ter um papel significativo para mobilização e articulação dessas juventudes? As estratégias adotadas durante a pandemia, como o delivery de alimentos, ainda será uma opção para que os(as) continuem produzindo no rural? Com o ano de eleições se aproximando, quais serão as estratégias desses movimentos e suas juventudes para que suas pautas socioambientais possam finalmente ser reivindicadas como políticas de Estado?

Por fim, partindo da perspectiva da Educação Ambiental Crítica, nosso trabalho nos permitiu compreender como os debates a respeito das questões socioambientais estão refletidos nas pautas dos movimentos sociais rurais e nos posicionamentos das juventudes rurais organizadas. Nosso olhar sobre essas juventudes rurais buscou ressaltar a complexidade do contexto onde estão inseridos e a diversidade de enfoques que esses(as) sujeitos(as) dão em suas pautas em relação ao meio ambiente. Acreditamos que as discussões realizadas neste trabalho possam contribuir para a literatura a respeito dessa categoria, agregando à temática da juventude rural a complexidade das questões socioambientais e seus desdobramentos na realidade. Além de permitir explicitar o papel desses(as) jovens no enfrentamento sociopolítico à crise ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. São Paulo: **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.
- ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, Ano 13, n. 16, p. 22–32, 2010.
- ALVES, R. S.; QUEVEDO, M. M. (orgs.). **Juventude Camponesa do MPA: a ação gera organização**. Movimento de Pequenos Agricultores. Coleção Plano Camponês, v. 5. Bagé: IMENORES, 2019. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/02/VOLUME-5-JUVENTUDE.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2021.
- Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- ARROYO, M.G. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? Belo Horizonte: **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, p. 28-49, jan./jun. 2003.
- BACELAR, R.P.; CASTRO, L.R. Modos de subjetivação de jovens em um território de conflito socioambiental. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 463-472, 2016.
- BARCELLOS, S.B. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social**. Tese (Doutorado em Ciências) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2014.
- BARCELLOS, S.B. A reconfiguração territorial do Pampa Gaúcho em meio aos conflitos socioambientais de mineração. In: Encontro Nacional da ANPOCS, 42., 2018, Caxambu. **Anais [...]** São Paulo: ANPOCS, 2018.
- BARCELLOS, S.B. Juventude rural e as vivências com os conflitos socioambientais em seus territórios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 20, 2021, Belém. **Anais [...]**. Belém: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2021.
- BARCELLOS, S.B. **Projeto “Mapeamento das ações da juventude rural sobre as mobilizações e conflitos socioambientais no Brasil”** (Relatório final de pesquisa apresentado ao CNPq) [S.l.], out. 2020.
- BARCELLOS, S.B.; PÁDUA, J.F.; FERREIRA, S.C.T.; PORCIUNCULA, P.A.; LAZZARI, E. Apontamentos sobre o mapeamento dos conflitos socioambientais no Brasil relacionados com a juventude rural. In: BARCELLOS, S. B. (org.). **Juventude rural e conflitos socioambientais no Brasil: existências e resistências**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2021. p. 37-62.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. 3ª reimpressão: São Paulo: Edições 70, 2016.
- BEZZERRA, M.L.; BACELAR, T. As concepções contemporâneas de ruralidade e suas singularidades no Brasil. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. (orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013. p. 35-76 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21)

BICALHO, R.; JADEJISKI, R. R. As repercussões da educação ambiental numa escola do campo capixaba. **Ambiente & Educação**, v. 25, n. 2, p. 127-150, 2020.

BOESSIO, A.T.; DOULA, S.M. Jovens rurais e influências institucionais para a permanência no campo: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 3, p. 370-383, jul./set. 2016.

BRANDENBURG, A. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 8, n. 1, jan./jun. 2005.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm. Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº s 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2005]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11129.htm. Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nos 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei no 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11516.htm. Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, [2013].

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.** Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm. Acesso em 28 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989.** Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1989]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7797.htm. Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.** Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1989]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7802.htm. Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei 6.299/2002.** Altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2002]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=46249>. Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei 823/2021.** Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nºs 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho II). Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2021]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2273510>. Acesso em: 28 jun. 2021.

CAMPELLO, T.; GENTILI, P.; RODRIGUES, M.; HOEWELL, G.R. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. Rio de Janeiro: **Saúde Debate**, v. 42, n. Especial 3, p. 54-66, nov. 2018.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA - UFRRJ, n. 11, p.53-75, out. 1998.

CARVALHO, I.C.M. A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: SATO, M. & CARVALHO, I.C.M. (org.) **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CARVALHO, I.C.M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. Livro eletrônico. São Paulo: Cortez, 2017.

CASTRO, E.G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a constituição de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 7, n. 1, p. 179-205, 2009.

CASTRO, E.G. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Revista de Ciências Sociais**, n. 45, p. 193-212, jul./dez. 2016.

CASTRO, E.G.; FERREIRA, A.T.; SERRADOURADA, R.N.; CARVALHO, E. Juventude e agroecologia: a construção de uma agenda política e a experiência do Planapo. In: SAMBUICHI, R.H.R. et al. (orgs.) **a política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: IPEA, 2017.

CORDEIRO, M. S. S. Juventude na Amazônia ocidental: organização social e formas de permanência na terra. In: BARCELLOS, S. B. (org.). **Juventude rural e conflitos socioambientais no Brasil: existências e resistências**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2021. p. 63-78.

CORRÊA, G.S.; MONTEIRO, G.R.F.F.; MARÇAL, D.C. A questão quilombola na conjuntura atual: conflitos, desafios e r-existências. **Revista da ANPEGE**, v. 16. n. 29, p. 249-284, 2020.

COVER, M. **O “tranco da roça” e a “vida no barraco”**: um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.

COVER, M.; SANTOS, C.A. Gerações, identidades e saberes: um olhar sobre a comunidade Ilha Verde - Babaçulândia/TO. In: BARCELLOS, S. B. (org.). **Juventude rural e conflitos socioambientais no Brasil: existências e resistências**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2021. p. 139-157.

CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2020**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, Goiânia. CPT Nacional, 2021. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5664-conflitos-no-campo-brasil-2020>. Acesso em: 31 jun. 2021.

DALLE, P.; BONIOLO, P; SAUTU, R.; ELBERT, R. **Manual de metodología. Construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

DOULA, S. M.; RIBEIRO, I. M.; VIEIRA, J. P. L.; ANDRADE, M. P.; LOPES, J. H. R. “Estuda, porque na vida de agricultor não aparecem oportunidades” – Educação e mobilidade socioespacial de jovens rurais em Minas Gerais. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, Viçosa, v. 8, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2019.

EMATER, **Agroecologia Aplicada**: práticas e métodos para uma agricultura de base
EMBRAPA, **Marco Referencial em Agroecologia**. Brasília: Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), 2006, 70 p.

FALCÃO, S. M. P.; MOURA, M. R. F.; HOLANDA, R. M. O engajamento de juventudes na gestão das águas: desafios e perspectivas na bacia hidrográfica do rio Capibaribe. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 37, n.3, p. 50-68, 2020.

FERNANDES, F.R.; ARAUJO, E.R. Mineração no Brasil: crescimento econômico e conflitos ambientais. In: GUIMARÃES, P.E.; CEBADA, J.D.P. **Conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica**: o passado e o presente. Rio de Janeiro, Brasil: Centro de Tecnologia Mineral (CETEM); Évora, Portugal: Centro de Investigação em Ciência Política, 2016, p. 65-88.

FRIEDRICH, K.; ALMEIDA, V.E.S.; AUGUSTO, L.G.S.; GURGEL, A.M.; SOUZA, M.M.O.; ALEXANDRE, V.P.; CARNEIRO, F.F. Agrotóxicos: mais venenos em tempos de retrocesso de direitos. **OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 326-347, 2018.

GOHN, M.G.M. **Movimentos sociais e educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GONZÁLES-FUENTE, I.; QUINTANAL, H.J.S.; FLORES, H.D.H. Jóvenes rurales y empleo en Tlaxcala, México: trayectorias inciertas. **Revista Mexicana de Sociología**, Ciudad de México, n. 3, p. 549-575, jul./set. 2018.

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 jul. 2020.

JURADO, C.; TOBASURA, I. Dilema de la juventud en territorios rurales de Colombia: ¿campo o ciudad? **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 10, n 1, p. 63-77, 2012.

KORTING, M. S. Perspectivas para a juventude na territorialização da mineração, da pecuária e do desmatamento no sudeste paraense. In: BARCELLOS, S. B. (orgs.). **Juventude rural e conflitos socioambientais no Brasil: existências e resistências**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2021. p. 109-138.

LAYRARGUES, P.P. Manifesto por uma Educação Ambiental indisciplinada. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Número Especial, p. 44-87, jun. 2020.

LAYRARGUES, P.P.; LIMA, G.F.C. As macrotendências políticas-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2014.

LEFF, E. **Saber ambiental**. 11. ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2015.

LOUREIRO, C.F.B. Educação Ambiental e Epistemologia Crítica. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 32, n. 2, p. 159–176, 2015.

LOUREIRO, C.F.B. Educação Ambiental e Movimentos Sociais: reflexões e questões levantadas no GDP. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 3, n. 1, p. 187-201, 2008.

LOUREIRO, C.F.B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Quarter Editora, 2006.

LOUREIRO, C.F.B. Questões ontológicas e metodológicas da educação ambiental crítica no capitalismo contemporâneo. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 36, n. 1, p. 79-95, jan./abr. 2019.

LOUREIRO, C.F.B. **Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2013.

MACHADO, C. J.; MOTA, C.R.S.; PETER, D.S. Educação do Campo e Agroecologia como suporte à construção da autonomia e emancipação de jovens rurais: o caso da Escola Família Agrícola da Região Sul. In: BARCELLOS, S. B. (org.). **Juventude rural e conflitos socioambientais no Brasil: existências e resistências**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2021. p. 177-208.

MATTEI, L. A política agrária e rural no governo Temer. In: MALUF, R.S. & FLEXOR, G. (org.) **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. 1 ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

MENEZES, P.K. O jovem do campo e as múltiplas condições juvenis no ambiente escolar. In: BARCELLOS, S. B. (org.). **Juventude rural e conflitos socioambientais no Brasil: existências e resistências**. 1 ed., Curitiba: Appris, 2021. p. 157-176.

MMC Brasil. **Feminismo camponês e popular**. Produção da Associação Nacional das Mulheres Camponesas e Movimento de Mulheres Camponesas. Passo Fundo: Passografic, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1aadk_1WqxuLqh8CO9-xliN57hQVqF_3o/view. Acesso em: 19 nov. 2021.

NORDER, L.A.; LAMINE, C.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XIX, n. 3, p. 1-20, jul./set. 2016.

PALUDO, C. Educação Popular e Movimentos Sociais. In: Seminário Internacional de Educação, 8, 2005, Novo Hamburgo. **Anais [...]** Novo Hamburgo: FEEVALE, 2005. p. 1-15.

PJR. PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL. **Pauta PJR 2013**. Mimeo, PJR, 2013.

PROSSER-BRAVO, G.; SALAZAR-SEPÚLVEDA, M. S.; PÉREZ-LIENQUEO, M.; PROSSER-GONZÁLEZ, C. Evaluación de un programa de educación ambiental desde la voz del alumnado. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales Niñez y Juventud**, v. 18, n. 2, p. 1-26, 2020.

REIS, R.O.B. Transformações geracionais e a luta em defesa do território no Vale do Javari - AM. In: BARCELLOS, S. B. (org.). **Juventude rural e conflitos socioambientais no Brasil: existências e resistências**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2021. p. 79-108.

SANTOS, E. G.; SILVA, R. A.; SATO, M. T. A percepção de gênero e ambiente das (os) estudantes da comunidade quilombola do Cavalo. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, p. 148-163, 2015.

SANTOS, J.R.P. **Juventudes quilombolas: memórias, resistência e construção de identidades**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **História: Debates e Tendências**, v. 7, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2007.

SCHUTZ, J.A. Estudo de caso: o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) como formação e construção do sujeito. **Revista Missioneira**, Santo Ângelo, v. 20, n. 2, p. 51-69, jul./dez. 2018.

SILI, M.; FACHELLI, S. & MEILLER, A. Juventud Rural: factores que influyen en el desarrollo de la actividad agropecuaria: reflexiones sobre el caso argentino. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP, v. 54, n. 04, p. 635-652, out./dez. 2016.
SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JUNIOR, L.A. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 4, p. 789-802, out./dez. 2018.

TROIAN, A.; DALCIN, D.; OLIVEIRA, S. V.; TROIAN, A. Jovens e a tomada de decisão entre permanecer ou sair do meio rural: Um estudo de caso. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, Viçosa, v. 1, n. 2, p. 349-374, jul./dez. 2011.

VIEIRA, F.B. **Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores**. 2008. 220 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rede Brasileira de Pesquisa e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 24 ago. 2021.

WANDERLEY, M.N.B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP, vol. 52, p. 25-44, 2014. Suplemento 1.

WANDERLEY, M.N.B.; FAVARETO, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. (orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013. p. 413-463 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 21)

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapas de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.